

**ALEXANDRE VIEIRA**

***MERCOSUL COMO IDÉIA DE AMÉRICA LATINA***  
***Políticas Culturais e Integração no Cone Sul***

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
Florianópolis/SC, 2000.

**ALEXANDRE VIEIRA**

***MERCOSUL COMO IDÉIA DE AMÉRICA LATINA***  
***Políticas Culturais e Integração no Cone Sul***

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa.

**FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2000**

Dedico esta dissertação a meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a meu orientador, Professor Fernando Ponte de Sousa pelo incansável apoio em todo o processo. Desde o encorajamento do enfoque, passando pelas indicações bibliográficas e documentais, pelos seminários de leitura, pelas defesas conjuntas desse processo que hoje aparece como resultado inacabado. Pela disponibilidade e companheirismo.

Aos professores do curso que levaram-me a questionamentos decisivos para a elaboração desta dissertação

À todos os colegas de curso que já defenderam ou ainda irão defender. À estes últimos um testemunho de que vale a pena completar o ciclo.

Aos amigos e amigas que tenho de longa data e que mesmo quando de brincadeiras e perguntas desinteressadas, não imaginaram o quanto contribuíram para a conclusão desse estudo.

À Universidade do Sul de Santa Catarina que apostou no êxito do processo, possibilitando a conquista de uma bolsa PICDT.

À CAPES que concedendo uma bolsa de estudo, pode constatar mais uma vez a boa aplicação de recursos públicos.

Às funcionárias da Secretária do curso, Fátima, e Albertina sempre atenciosas e preocupadas com o encaminhamento do processo, não somaram esforços para que tudo desse certo.

Aos meus pais, Miguel, Lili e irmãos e famílias, Junior e Duda, Miche e Ricardo e Rodrigo pelo apoio e incentivo tão peculiar à cumplicidade do seio familiar.

À você Patrícia por ser amiga e amante, fonte inesgotável de alegrias e encorajamentos.

Finalmente, à você, João Pedro, quando ainda semente, me apaixonei. Um abraço e um beijo de teu pai.

A história é a experiência mais intensa dessa fusão única entre o tempo e o evento, a temporalidade e a ação; a história é escolha, é liberdade e ao mesmo tempo fracasso, fracasso inevitável, mas não morte.



**Fredric Jameson**  
**As Sementes do Tempo**

---

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1.1. Estado Nacional e Mundialidade Cultural em Ortiz	8
1.2. Garcia Canclini e a degradação da política <i>en fin de siglo</i>	15
1.3. Consumo Cidadão em um Mundo Diferente	21
1.4. Universalidade moderna e particularismos regionais	27
1.5. Concepções preliminares dos Estudos Culturais	35
1.6. Jameson e a crítica aos Estudos Culturais	40
1.7. Transformação Material a partir de Mercado, Produção e Consumo	43
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2.1. Tradição e Tempo histórico na América Errada	49
2.2. O Mercosul e as instituições de uma nova pauta global	54
2.3. As Comissões Mundiais e a governança global	66
2.4. Dieterich Steffan e a crítica à lógica da governança global	74
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3.1. MERCOSUL: Breves notas sobre seus aspectos político-ideológicos	86
3.2. MERCOSUL CULTURAL: Aspectos Conceituais e Estrutura institucional	88
3.3. O 'Povo do Mercosul'	98
3.4. Mercosul como idéia de América Latina?	108
<b>CONCLUSÃO</b>	119
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	130

<b>LISTA DE TABELAS</b>		
Quadro 1	O Estado Global	
<b>Quadro 2</b>	<b>Síntesis de los elementos analíticos que componen el pensamiento de la CEPAL</b>	
Quadro 3	<b>Resultados da Modernidade: Identidades Culturais, Modernização Econômica e Democracias (Pós 50)</b>	

## RESUMO

Enquanto uma estratégia que parte de Estados Nacionais consolidados, o Mercosul promete ser uma resposta articulada à um momento de reorganização do conceito de Estado Nação, que vêm sendo questionado por conta de fenômenos globais que forçam a diluição de fronteiras e conseqüente abertura de mercado para os capitais transnacionais, tutelados por uma lógica de governo global.

Para tanto, valem-se de prerrogativas inéditas, se enfocada a história das políticas de integração que envolvem os estados parte.

A partir de 1992, são lançadas as bases para a constituição do que hoje denomina-se Mercosul Cultural, que é o responsável pelas políticas culturais empregadas pelo acordo. A idéia básica é contribuir para a coesão de povos e de identidades culturais, com vistas a formação de uma lógica voltada para a coalizão de setores sociais e políticos, tão necessário em momentos de decisão.

Pelo menos em dois momentos da história de constituição do acordo nos interessa avaliar o modo como essa lógica foi utilizada.

O momento em que foram tomadas posições conjuntas contrárias a proposição de constituição imediata do Acordo de Livre Comércio das Américas – ALCA, na IIª Cúpula das Américas realizada em Santiago no Chile abril de 1998.

O segundo momento é definido a partir da suspensão temporária das negociações, em julho de 1999, em decorrência do agravamento da crise dos modelos econômicos empregados, sobretudo, pelo Brasil e a Argentina.

De um lado, temos um quadro real de coalizão social e política capaz de promover a idéia de um Mercosul forte o suficiente para ser capaz de realizar o ideal de integração da América Latina. De outro temos um acordo tão fragmentado e frágil que a sua idéia se resume apenas à uma fração do que realmente é, percebido quando nem mesmo governos/ empresários, governos /governos e empresários /empresários se entendem.

## ABSTRACT

As a strategy based on consolidated National States, Mercosul promises to be an articulate answer for a moment of reorganization of the concept State-Nation which has been challenged the global phenomenon forcing the weakening of the borders and consequent market opening for the transnational capitals, monitored by a logic of global governance.

For so much they are been worth of unpublished prerogatives, if focused the history of the integration politics that you/they involve the states part.

From 1992, the base are established for the constitution of what is called today Cultural Mercosul, which is responsible for the cultural policies used in the agreement. The basic idea is to contribute for the cohesion of people and of the cultural identities aiming at the formation of a logic geared to the coalition of social and political sectors, so necessary in moments of decision-making. It interests us to assess how this logic was used in two moments of history of the constitution of the agreement: the first is the moment in which joint decision contrary to the proposition of the immediate constitution of the agreement of Free Trade of Americas – ALCA – in the II<sup>a</sup> Cúpula das Américas(II<sup>a</sup> Coup of Americas) held in Santiago, Chile en April 1998; and the second moment is procedural, although symbolically defined by us as starting from the temporary suspension of the negotiations, in July 1999, due to the deepened crisis of the economical model used mainly by Brazil and Argentina.

On one hand, we have a real picture of social and political coalitions able to promote the idea of Mercosul strong enough to accomplish the idea of the integration of Latin America. On the other, we have na agreement so fragile end fragmented that its idea is restricted to a fraction of what it really is, noticed when not even the government/business, government/government and business/business understand one another.

## INTRODUÇÃO

Como fatos recentes na história, a *Globalização da Economia* e a *Mundialização da Cultura* são inexoravelmente responsabilizados em maior e menor medida pelos avanços e atrasos, pelas conquistas e catástrofes deste final de século. Categorias são criadas ou apenas rescritas, procurando dar conta de abarcar os problemas causados pela nova forma de organização da vida e da produção humana.

Desde que Mike Featherstone organizou o livro *Global Culture: Nationalism, Globalization and modernity*, em 1990, no auge dos eventos decorrentes da derrubada do regime comunista na Europa é que passamos a conhecer o contemporâneo como um novo momento de organização mundial das relações econômicas, políticas e culturais a partir de uma perspectiva não meramente economicista e passamos a considerar a cultura como fator ou elemento de determinação de contextos complexos.

*Cultura Global, Sistema Mundial, Localização e Sociedade Global* apareciam como conceitos voltados para a explicação deste cenário. Os sujeitos desse novo momento deixam de ser as massas, as distintas classes sociais e surgem os turistas, imigrantes, refugiados, exilados.<sup>1</sup> Com a contribuição de *Global Culture* chegamos timidamente às primeiras teses sobre o desenho político e sobretudo cultural da década que iniciava.

Hoje a globalização aparece como um tema amplamente debatido, o que não equivale a dizer que seja um processo definido e de bases instaladas. À globalização somam-se termos correlatos como a própria *mundialização*, *planetarização*, *globalismo*, *mundialidade* e *internacionalização* que só demonstram como os nexos explicativos tendem para a redução como perspectiva de recortes que enfatizam novas análises e posicionamentos.

---

<sup>1</sup> É o que explica Arjun Appadurai, quando desenvolve o conceito de etnopanorama para caracterizar esse novo perfil sócio-mundial. Ver do autor, **Disjunção e Diferença na Economia Cultural Global**. In: Featherstone, Mike. **Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Nacionalidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Mesmo sendo um conceito em processo de elaboração, é possível desenhar um conjunto de características comuns ao fenômeno globalizador e que não deveriam ser deixadas para trás em hipótese alguma. Quem nos conta é PODESTÁ(1998, 293), que define globalização como sendo:

- “ - (...) um processo expansivo que, no campo econômico, vem limitando drasticamente as opções de política dos Estados;
- conta com o aparecimento ou com o acréscimo de grandes unidades econômicas que concentram poder cada vez maior, sendo, em grande parte, incontroláveis;
  - está impulsionada sobretudo pelo comércio, apesar de vir acompanhada de mudanças tecnológicas radicais, em especial no campo da telemática;
  - como processo, está acentuando a polarização social entre os países, apesar de, ao mesmo tempo, permitir que alguns deles, em grupo numericamente menor, dinamizem sua economia, aumentando sua riqueza;
  - no interior dos países, a globalização tende a ser sócio-economicamente excludente;
  - trouxe consigo o aparecimento de uma espécie de *apartheid* tecnológico, apreciável inclusive nos países desenvolvidos;
  - não é um processo tão absolutista nem incontestável quanto se pensava em 1990, quando diversos autores expuseram as primeiras teses sobre ele.”

Isto apenas para introduzir uma preocupação que incondicionalmente deverá aparecer ao longo deste estudo e que corresponde à dúvida causada por uma discussão que vem se fazendo em toda parte, sendo por isso inevitável, ao menos para nossos horizontes, que percorramos vias já muito discutidas e que de algum modo são lugares-comuns em outros centros.

Nosso interesse neste estudo é tentar compreender em que medida a lógica cultural do Mercosul<sup>2</sup> tem permitido uma consolidação da idéia do acordo como o principal modelo de integração regional a ser seguido na América Latina.

Em específico, iremos debater, no 1º capítulo, algumas das principais teses presentes em *Mundialização e Cultura* do teórico brasileiro Renato Ortiz,

---

<sup>2</sup> No contexto deste estudo, compreendemos por *Lógica Cultural do Mercosul* o conjunto de ações políticas voltadas para a consolidação do processo de integração econômico-comercial

obra já muito discutida mas que à medida que os acontecimentos ligados a questões históricas do continente, ou os avanços das políticas mundiais ganham novos contornos, demonstram igualmente que algumas insistências teóricas muito mais que modismos são capazes de permanecer e colocar sob suspeita os avatares da tradição do pensamento social.

Ao mesmo tempo iremos buscar referências nas recentes obras do Argentino, Nestor Garcia Canclini que aparece como um dos principais autores que, através de pontos de vista completamente autônomos, traça vários paralelos com o que se discute em torno dos Estudos Culturais.

Quando discutimos teses de Ortiz e Garcia Canclini acreditamos estar remontando a alguns dos enfoques essenciais pelos quais são vistos, no atual cenário mundial, os contornos de um sistema renovado, diferente em grau e proporção do que tínhamos como base de produção em décadas recentes e por isso mesmo repleto de incertezas que decretam a necessidade de um olhar mais atento para os prováveis reflexos em regiões como a que vivemos hoje.

Pressupomos que estender ao cone sul minimamente um debate que vem acontecendo em universidades norte-americanas, sob a égide de *estudos culturais* ou *latino-americanistas*, sua crescente influência nos círculos acadêmicos hispano-americanos e seu aporte em centros de produção de conhecimento de língua portuguesa como universidades do sudeste e nordeste brasileiro, será útil no sentido de que já é possível suspeitar que a riqueza dessas discussões poderá, como já vem acontecendo, exercer influência na delimitação de políticas culturais que surgem a partir do acordo e que em última análise poderão influir no aprofundamento técnico e teórico a respeito da dimensão cultural do Mercosul.

A tese de um mundo onde as identidades devem ser negociadas aparece com força a partir da reflexão desses autores que priorizam mais que as realidades nacionais, o fato de que agora as múltiplas interações tendem a acontecer, inelutavelmente a partir de uma ótica global.

A partir de então estabelecemos nossa crítica. Para tanto, nos valem de Fredric Jameson, importante teórico marxista da última geração que

desenvolve interessantes teses a respeito do que aparece hoje como a nova lógica hegemônica.

O faz por meio do ataque direto àqueles que insistem em substituir o concreto pelo mero particular, ocultando o geral. O próprio modo de produção, que Jameson avalia ser a continuidade do capitalismo (e aí denomina de *Capitalismo Tardio* ou *Multinacional*), neste fim de século, é insistentemente negado pela crença de que alcançamos níveis satisfatórios de interdependência e divisão de poder. O pluralismo a que se segue como lógica estabelecida de microgrupos (movimentos sociais dos 90) triangulam por três pseudoconceitos fundamentais: a democracia, a mídia e o mercado.

No IIº capítulo, seguimos com a tarefa de anexar valor ao objeto enfocado, e o fazemos quando tentamos descrever sobre quais bases se sustentam algumas das novas teorias integracionistas que relevam os aspectos de constituição histórico-ideológicos da região e que, a nosso ver, tendem a ser cada vez mais utilizados para significar o papel histórico da integração comercial de caráter sub-regional.

Achamos importante procurar demonstrar isto, pois no seguimento deste capítulo, veremos como e por que os governos partícipes do acordo, vem anexando à sua retórica oficial a imagem de um Mercosul capaz de cumprir com os objetivos integracionistas tão caros à história política e cultural da América Latina, e de que forma a construção desta imagem resulta em políticas culturais próprias do processo de integração.

Para tanto, deve ficar estabelecido que na literatura especializada, o termo integração é utilizado de vários modos para explicar situações que muitas vezes são completamente contrastantes.

Não nos ocuparemos, e é preciso demarcar desde já, no modo como o conceito de integração é utilizado na análise econômica para explicar a relação que existe entre o comércio internacional e as realidades nacionais ou regionais. Existem estudos como os de Rolim (1994) que procuram estabelecer um nexo entre a chamada *Teoria da Integração* e outras como a *Teoria das Uniões Aduaneiras* e a *Teoria do Comércio Internacional*. Partir por esta via

seria ter que direcionar nosso estudo para uma discussão que passaria por outras bases, e isto não é necessário. O contingente de autores que discutem e montam conceitos de integração é tão acentuado que Rolim(1994) considera que procurar caracterizá-los para aplicações metodológicas só demonstraria suas próprias imprecisões conceituais frutos de sua “pobreza teórica congênita.”

A continuidade deste capítulo percorre os canais de divulgação da lógica imperativa de governança global e seu aporte . Frente à considerável presença de diversos organismos de regulação das relações internacionais, sobretudo aquelas tuteladas pela Organização das Nações Unidas como a UNESCO, a CEPAL, o BID e as comissões mundiais, procuramos arrolar evidências que ligam a lógica de governança global ao novo sistema capitalista renovado, e que se reporta Jameson.

Nesta parte, quem nos dará ajuda fundamental é o professor da Universidade Nacional Autônoma do México, Heinz Dieterich Steffan, que desenvolve teorias sobre o novo Estado Global, pelas quais a governança, extraídas as retóricas oficiais, compõe um quadro de recomendações de Estados Nacionais privilegiados que competem entre si pelo controle econômico-comercial do globo.

Finalmente, no IIIº capítulo, reduzimos o nosso enfoque ao que acontece a partir de realidades nacionais organizadas no Mercosul que é o acordo de livre comércio que inicialmente vem criando agendas comuns entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Vamos avaliar se a lógica cultural que permeia o acordo comporta estratégias de coesão das diversas nacionalidades envolvidas.

Da mesma forma queremos discutir qual a real importância da constituição de um Mercosul Cultural, ainda mais quando nunca fez parte da tradição integracionista da América Latina, nesta segunda metade do século XX, a contemplação desse aspecto. A princípio pode-se partir de uma hipótese que parece óbvia: a de que o Mercosul Cultural é mais um instrumento para o fortalecimento do poder de barganha política do acordo. Mas, aprofundando-nos na análise da história de constituição dessa estrutura nos deparamos com

contradições que são ressaltadas nos momentos de maior risco para o futuro das negociações.

A pesquisa situa-se sobretudo no período que compreende dois marcos importantes para a compreensão da lógica cultural do acordo. Numa ponta, temos a IIª Cúpula das Américas realizada em abril de 1998, em Santiago no Chile, ocasião em que foram determinadas as bases de negociação do Mercosul com os EUA em torno da ALCA. Noutra ponta, encerra-se o período de agravamento da crise econômica entre Brasil e Argentina que resultou na suspensão temporária do processo negociador em julho deste ano.

Para a elaboração desta dissertação foram utilizados documentos que constituem fontes primárias, como protocolos, atas de reuniões e tratados de constituição, tanto do Mercosul quanto do Mercosul Cultural, além de consultas a bases de dados para a compilação de fontes secundárias. O uso extensivo de fontes bibliográficas e documentais determinou o perfil deste estudo como compondo uma pesquisa teórica e/ou bibliográfica, de cunho qualitativo.

Até o momento, há pouco material sobre o Mercosul Cultural. O que existe na sua maioria são frutos de ensaios rápidos, artigos de revistas especializadas e artigos inseridos em livros compilatórios. Encontramos um volume bem maior de referências sobre a dimensão social do Mercosul. Aqui também é possível tangenciar a dimensão cultural dependendo do enfoque de interesse e do conceito de cultura que se usa.

Hoje não é mais possível ignorar a importância e a facilidade que representa a consulta a informações de origem eletrônica. A partir da Internet, é possível acessar as principais bibliotecas do planeta. Volumes assombrosos de dados e referências para pesquisa estão disponíveis a todos os que possuam uma conta na Internet. Importantes bases de dados realizam pesquisas sob encomenda e nos apresentam grandes quantidades de dados compilados, provindos de qualquer região do mapa.

Para o pesquisador, além da facilidade no resgate de fontes, representa uma redução enorme de custos de pesquisa à medida que abrevia o deslocamento pessoal até os catálogos bibliotecários, aos arquivos e às bases de

dados. Outro fator de redução de gastos provém do fato de que as despesas com publicações ficam resumidas apenas ao indispensável uma vez que muito dos documentos e materiais necessários a qualquer estudo são disponibilizados para *download* com diversas extensões.

Para esta pesquisa, consultamos as bases de dados da Rede Acadêmica Uruguaia(RAU), o Banco de dados do Mercosul pertencente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil; a página da Sinapsis - Fundação para o desenvolvimento dos Espaços Econômicos Integrados - da Argentina; o Mercosul e a Sociedade Civil, página pertencente ao Instituto de Comunicação e Desenvolvimento(ICD) do Uruguai; o Centro de formação para a Integração Regional(CEFIR) que contém inúmeros artigos a respeito dos processos latino-americanos de Integração; o Projeto Brasil no Mercosul, desenvolvido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina; a Rede Prossiga ligada ao CNPq; o sistema SABI de consulta eletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a base de dados do CEDEP que apontou um número exorbitante de 2057 tópicos referentes ao Mercosul; a Biblioteca Nacional da Argentina

## CAPÍTULO 1

### 1.1. Estado Nacional e Mundialidade Cultural em Ortiz

Partimos de um tema que em Ortiz é fundamental. Na década de 90, a sociedade nacional vem sendo minada em seu poder de legitimação de um *Estado-Nação* forte, representativo e autônomo. Sendo assim, algo se coloca acima das sociedades nacionais em termos de prioridade, no caso, uma cultura mundializada. A relação atritiva entre uma cultura baseada em sociedades nacionais e em sociedades transnacionais, nesse preciso momento e na ótica de ORTIZ(1994), reflete que há algo de novo que precisa ser melhor conhecido e que se não é mais, pode-se culpar a própria insistência nas realidades nacionais.

O distanciamento histórico entre a globalização da economia e a mundialização da cultura praticamente é inexistente. E isso na mesma proporção em que os recentes acontecimentos de rearranjo das sociedades comunistas dentro de um modo de produção capitalista renovado determinam uma intensificação de novos territórios e de estabelecimentos de etnias sufocadas. Temos a ascensão das teorias organizacionais, a ênfase no livre mercado e nos acordos comerciais em bloco e, segundo diversos analistas, uma divisão do poder mundial que teria como novos sujeitos os setores empresariais transnacionalizados da economia capitalista.

Para disciplinas como a Sociologia, de um modo geral, estes novos delineamentos mundiais deflagram uma alteração no sentido de como vínhamos até então nos relacionando com os ideais da modernidade e como dentro dela se estruturava a idéia de nação. Desde o século XIX, o conceito de modernidade e de nação está vinculado ao conceito de *progresso*. É então que a nação surge como idéia universal, dentro de uma perspectiva evolucionista. Nesse sentido, nação e modernidade são idéias correlatas. A nação se constitui historicamente através da modernidade.

ORTIZ(1994) vê na nação a afirmação da mundialidade. Isto basta para que carregue em si o que denomina de uma *modernidade-mundo*, o que indica que a modernidade, sendo um valor do ocidente, pode ser assimilada por outras culturas, mesmo as mais distantes da cultura ocidental. Entretanto, para o autor, se no século XIX encontramos uma modernidade capaz de ser uma afirmação da mundialidade, em cujo contexto as nações encontram ambiente suficiente para incentivarem a internacionalização dos capitais produtivos, será em fins do século XX que teremos evidências concretas de que a construção de um circuito de trocas realmente global estaria acontecendo.

No caso do que interessa a Ortiz que é a cultura e seus correlatos mais ou menos comuns como as identidades, as etnias, as fronteiras, os costumes e as tradições em relação a um mundo globalizado, é possível elaborar o mesmo diagnóstico, partindo-se de uma única dimensão. As inovações tecnológicas tem um papel decisivo para a atual etapa do que denomina *mundialização da cultura*, em que o globo é visto como uma rede informacional através da qual as partes encontram-se interligadas. "*Ocorre inclusive uma tendência à unificação do sistema técnico existente, contribuindo para a integração mundial.*" (ORTIZ, 1994:63)

A mundialização, para Ortiz, pode ser detectada pelos seus sinais exteriores, espaço esse demarcado por uma série de objetos compartilhados em grande escala. Produtos das empresas transnacionais, esses objetos constituem a paisagem que determina familiaridade e reconhecimento, em qualquer cultura.

De 1994(ano da 1ª edição de *Mundialização e Cultura*) para cá tornou-se comum citar exemplos como o de que um carro não é totalmente fabricado em seu país de origem. Marcas de um tempo em que a fragmentação da produção domina a ética capitalista. Do modo como é colocado por Ortiz, apenas para o que lhe interessa, os objetos transformam-se em compostos resultantes da combinação de pedaços espalhados pelo mundo inteiro. Interessa menos no McDonald's a sua americanidade do que de fato a sua expressão de novo padrão alimentar: o *fast-food*. O restaurante e o *fast*

*food* tornam-se a preferência das opções. Isso implica na redefinição do conceito de alimentação e ganha corpo uma nova "instituição social", agregando os modos de vida de grupos e classes sociais. "*Os pós-modernos procuram vincular sua proposta estética à emergência desta nova articulação social, desta "aldeia global", na qual o consumo, o poder, a produção e as relações sociais se encontram cada vez mais descentralizados.*" (ORTIZ: 1994, 67)

O que torna mais atraente esse estudo de Ortiz é que representa não só a demonstração teórica da experiência da modernidade, mas, igualmente, a demonstração de como um conjunto de acontecimentos e tendências de análise política e social contemporânea atinge em cheio um teórico suburbano de um país em desenvolvimento e que, de toda sorte, o conduz à suplantação de argumentos e categorias outrora muito utilizados.

Ortiz reconhece que a "indústria da consciência"(referindo-se a Enzensberger) se desdobra em nível internacional, subjugando os indivíduos em escala planetária. Afirma que, por um lado, obtemos o reforço da dependência política e cultural de outros países em relação aos Estados Unidos e de outro lado, o enfraquecimento das culturas nacionais. "*A tese do Imperialismo cultural, independentemente de sua postura crítica, tem a meu ver um forte apelo devido à inúmeras evidências empíricas.*"(ORTIZ, 1994: 89) e arremata "*A articulação entre a indústria norte-americana e o complexo militar é verdadeira, não uma ficção ideológica.*" (idem)

Entretanto, para Ortiz, as certezas das evidências ocultam a parcialidade da interpretação, pois, para o autor, não cabe mais imaginarmos que uma única nação seja capaz hoje de impor sozinha formas imperialistas de dominação a outras nações menos favorecidas. Há sim um conjunto restrito de sociedades avançadas competindo em escala mundial.

O mesmo autor não hesita em afirmar que a dificuldade que há com a tese da americanização é que ela se fixa em demasia na difusão dos elementos nacionais, esquecendo seus defensores de compreender a globalização como um processo.

"A evidência dos balanços estatísticos(cultura importada *versus* cultura exportada) pertence ao reino da quantidade. Entretanto, para o autor, seu valor explicativo é frágil. Primeiro, porque o raciocínio opera uma redução da cultura a seus produtos - discute-se *McDonald's, Dallas, Cadillac*, e não o *fast food*, a serialização da dramaturgia televisiva, ou o automobilismo nas sociedades modernas. Segundo, as expressões culturais são assimiladas aos bens econômicos, sendo desta forma pesadas em função dos fluxos de importação e exportação." (ORTIZ, 1994: 94)

Ortiz se contrapõe à idéia de centralidade. Para ele, autores como Braudel e Wallerstein, a despeito de sua considerável obra, não suplantam a concepção de centralidade segundo o qual o capitalismo moderno teria sempre um núcleo sobre o qual se organizaria. A intenção é a de verificar que mesmo com a proeminência dos Estados Unidos como grande potência planetária do ponto de vista político, militar, econômico e cultural, não é possível dizer que o mundo se "*americanizou*". Neste sentido, o conceito de imperialismo cultural restringe a compreensão de mundialização.

Ao contrário, segundo Ortiz, é preciso entender que o problema da dominação não é algo que deva ser sublimado, mas sim indexado a um modo de vida mundial sobre a qual reside uma "mega-sociedade". Para explicá-la, vale-se de Bourdieu e da Lingüística, quando procura demonstrar que os fenômenos de diglossia esclarecem o fenômeno da mundialização. Neste caso, o inglês deixa de ser uma língua estrangeira e passa a ser uma língua segunda, a partir da qual os homens se pautam para superar os problemas colocados a cada momento por um mundo mais complexo. A informática e a publicidade são sinais dessa diglossia em escala planetária. Daí observa que o processo da globalização se assenta sobre interesses políticos e econômicos. Por si só já basta para que levemos em consideração que não se trata de eliminar o poder, mas sim de acrescer a ele a complexidade de um sistema que é como tal, por ser descentralizado. A autoridade adquire outra abrangência.

Esta reflexão leva o autor a proposição de que se concordamos com a tese da mundialização da cultura, então temos que nos contrapor, ao menos em parte, à idéia de cultura nacional. Isto colocado como um desafio, muitas vezes apareceria como uma afronta às certezas e convicções contidas nas clássicas análises da Teoria Política. Mesmo mostrando-se sensível à compreensão de que as sociedades nacionais, conseqüentemente as nações, são um fato recente na história dos homens, Ortiz defende a idéia de que não há o que temer pois a confluência de novas épocas traz consigo a possibilidade da identidade entre iguais.

Outro exemplo de revisão teórica de categorias de análise política recentes é o que diz respeito à relação entre a idéia de primeiro e terceiro mundo, que, se visto a começar, por uma perspectiva de uma civilização mundial, e enfocando-se o novo espaço das nações que não servem mais para garantir a coesão nacional, demonstram que a nova mundialidade vem sendo capaz de superá-las. Ortiz refere-se ao fato de que há um "primeiro" mundo nos países de terceiro e vice-versa. Os recentes estudos multiculturais seriam os responsáveis por tais demonstrações.

Ainda antes de analisarmos o que a nosso ver é central no pensamento recente de Ortiz que é a questão do consumo, e aí o faremos discutindo juntamente com Garcia Canclini, é importante destacar que existem outras questões que aparecem na sua teorização e que são comuns a muito estudos identificados pela relativização das teorias sociais que enfocam velhos problemas anexando prefixos que geralmente determinam uma inversão de valores, mas não completamente dissociados de seu radical. (Ex: *Pós-modernidade, Pós-marxismo, Pós-colonialismo, Neoliberalismo.*)

Ao focar a problemática das identidades nacionais, o autor faz questão de afirmar que não se trata tão somente de anular uma estrutura pela outra, as identidades nacionais pelas identidades transnacionais. "*No fundo, todo o debate sobre a autenticidade das identidades nacionais é sempre uma discussão "ideológica". Importa definir qual a identidade legítima, isto é,*

*política e culturalmente plausível para a maior parte da população de um território determinado.*"(ORTIZ, 1994: 138)

Se a questão das identidades habita muito mais o terreno das ideologias, encorpando-se na eterna luta entre o que é legítimo ou não, e ao contrário, se temos um sistema de vida social desideologizado, um mundo em que a forçada desterritorialização, ou o "apagamento das fronteiras" está na base da formação de uma *cultura internacional-popular* cujo fulcro é o mercado consumidor, então devemos ignorar de uma só vez tudo aquilo que se liga ao tradicional, ou ao menos às instituições políticas e sociais de um modo de organização social no mínimo diacrônico. Para uma *cultura internacional-popular* será necessária uma memória internacional-popular. E o que isto significa exatamente?

O que para a esquerda tradicional significa o desmonte das estratégias de resistência e luta política, para Ortiz é isso e muito mais. Assim fala da fragmentação da produção, ou da reestruturação produtiva. Esta é base para uma nova memória. A memória internacional-popular. O que a torna evidente é o simples fato de que somos o que consumimos. As novas estratégias de inversão produtiva colocaram os grandes conglomerados transnacionais como os mais prováveis responsáveis por uma memória *desterritorializada*, em cuja realidade somos sujeitos da rememoração daquilo que os diversos produtos fabricados pelo mundo e que consumimos nos tornaram. Consumimos uma cerveja concebida em um lugar e engarrafada em outro, ou um automóvel cujas peças vem de inúmeros países e assim sucessivamente. As principais aliadas dessa maneira inovadora de nos constituirmos como brasileiros, argentinos, venezuelanos ou sul-africanos, são as agências publicitárias. Vai além. Para Ortiz, os filmes de *Walt Disney* não são mais da América, constituíram-se elementos que somados às características mínimas de cada região tornaram-se o melhor dos exemplos de como nossa memória é atravessada por valores legítimos, porque são historicizados, mas mundiais em sua aceção mais radical.

Essas são as marcas, de acordo com o autor, de um sistema cultural baseado em novos atores que possuem estratégias renovadas de manutenção de um modelo produtivo baseado num capitalismo processual e que, de toda sorte, contribui para que se estabeleçam novos padrões vivenciais. Se ainda não é possível avaliar seus efeitos, ao menos o novo movimento da história(mundialização da cultura) não é de todo ruim.

É possível destacar em Ortiz a idéia de que os executivos globais possuem uma visão da história, e isto é o que os diferencia do conservadorismo e do arcaísmo dos executivos nacionais que vivem da tradição e por isso experienciam uma realidade de desvantagem funcional. A situação deflagrada, portanto, é a de que ironicamente o florescimento das democracias liberais promoveu uma sensível inversão de valores no campo daquilo que se considera necessário para a modernização da vida social.

Será nesse meio que o autor destacará a diferença existente entre o *Transnacional* e o *Multinacional*. Apesar de possuir um caráter diversificado e extraterritorial, a multinacional mantinha estreitos laços com o terreno nacional. Como característica central, a perda das raízes nacionalistas, as transnacionais seriam um conjunto articulado de megaconglomerados espalhados pelo mundo e sem sinais de identificação com qualquer nação.

" Na empresa global, as fronteiras entre a companhia e o país(...) estão sendo erodidas rapidamente. Em seu lugar, estamos testemunhando a criação de uma forma de capitalismo mais pura, praticada globalmente pelos administradores, os quais são mais frios e racionais nas suas decisões, abandonando as filiações com os povos e os lugares. (ORTIZ, 1994: 153)

Ortiz analisa que o conceito de multinacional pressupõe uma centralidade hierárquica. O núcleo de poder estaria situado no território nacional que controla rigidamente as subsidiárias estrangeiras. Esse é um momento pré-global e partindo daqui a diferença entre o que é multinacional e transnacional ficaria bem delimitada. O novo sistema universalizante é

globalizado e a literatura empresarial procura dar um tom preponderante para seu valor afirmativo-positivo.

## **1.2. Garcia Canclini e a degradação da política *en fin de siglo***

Se Ortiz parte da literatura empresarial global e dos estados nacionais para detectar as bases de uma nova organização da cultura e da política, Garcia Canclini dá ênfase ao modo como as culturas populares se transformam, sobretudo se enfocadas a partir do hábitat urbano.

No primeiro, o sentido de descoberta epistemológica é colocado como sendo o principal movimento para se chegar à problematização do tema. Já no segundo, a compreensão se faz muito mais pela aproximação da geopolítica e do poder à cultura.

Portanto é comum Garcia Canclini fazer assertivas como a de que são os países centrais que dominam a produção de bens simbólicos, acentuando as assimetrias em relação aos países dependentes. Nesse ínterim, as classes hegemônicas se beneficiam das transformações ocorridas nos modos de produção industrial para reduzir direitos coletivos há muito definidos como conquistas históricas de sentido público. A arte e a cultura agora estão subordinadas aos grandes grupos transnacionais que as utilizam para disciplinar e controlar a vida cotidiana. (CANCLINI, 1997: 346)

Ao mesmo tempo, sofremos de perda de poder explicativo no que se refere aos paradigmas clássicos de explicação da dominação, uma vez que houve uma disseminação dos centros da multipolaridade das iniciativas sociais, da pluralidade de referências.

Garcia Canclini parece estar muito mais enraizado nas recentes transformações de cunho político-participativo ocorridas nas sociedades latino-americanas nas décadas de 80 e 90 e que são traduzidas em primeira instância no surgimento dos modernos movimentos sociais, eclodidos em uma *brecha* democrática na história dos países que viveram intensamente o período de ditaduras e regimes autocráticos.

A necessidade de compreensão distanciada do problema leva Garcia Canclini a reportar o atual momento político e cultural na América Latina ao grau com que os efeitos da onda globalizadora vem imprimindo nessa parte do continente.

" A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo." (CANCLINI, 1995: 17)

Vemos aí explicita a tese do descentramento da qual fala Ortiz em seu trabalho. A questão não é mais acusar uma ou outra nação pela situação caótica das economias de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O que existe é uma interação funcional que pressupõe uma interdependência mesmo que seja assimétrica e cujo principal ente é a transnacionalização das relações.

Isto não quer dizer que não existam estilos ou formas transparentes de dominação. Ao contrário, Garcia Canclini acompanha o desenrolar da globalização com os olhos daquele que sabe que esta lógica dominante subjaz a um estilo neoliberal de manter uma relação de produção e circulação de bens. A maneira neoliberal de constituir um mundo globalizado consiste nitidamente na redução de custos, competição entre empresas transnacionais e cuja lógica é quase abstrata, o que seria suficiente para impedir o exercício dos interesses sindicais e nacionais. "*A consequência de tudo isso é que mais de 40% da população latino-americana se encontra privada de trabalho estável e de condições mínimas de segurança(...)*". (CANCLINI, 1995: 19)

Ao acreditar que a globalização é uma tendência inevitável, o autor não deixa de declarar que a simples concordância com esta inevitabilidade não o impede de sustentar dois pressupostos: "*(...) o daqueles que não crêem que o global se apresente como substituto do local, e o dos que não*

*acreditam que o modo neoliberal de nos globalizarmos seja o único possível.*" (CANCLINI, 1995: 19). A incitação à resposta dessa pergunta passa pelo aprofundamento dos debates econômicos sobre o que há de contraditório no modelo neoliberal, mas também pelo exame da globalização, do mercado e do consumo naquilo que possuem de cultura.

Convicto da tese da sociedade pós-política, Garcia Canclini afirma que juntamente com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem.

Em síntese, nos colocamos no limite entre o necessário e o desejável, e exatamente essa simbiose vista por Garcia Canclini como sendo uma luta histórica nos demonstra que há outros modos de construir nossas diferenças e nossas identidades.

Vivemos um mundo em que os objetos perdem sua relação de fidelidade com o território originário, e agora ser cidadão é estar envolvido com práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que a diferença apareça como sentimento para aqueles que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de satisfação e organização das necessidades.

Ao mesmo tempo, Garcia Canclini considera indispensável que aconteça uma melhor exploração conceitual da relação entre Estado e Mercado, uma vez que o *boom* dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 deixou "mais ou menos" resolvida a relação entre Estado e Sociedade.(CANCLINI, 1995: 23/24).

O que em parte explica o desgaste da política e das suas instituições como partidos políticos, associações, sindicatos, cooperativas e outros, segundo Garcia Canclini, reside na relação do público com a burocracia excessiva, e no refúgio das massas no rádio e na TV. Nesses espaços foi creditada e em certa medida alcançada a relação de troca e eficiência que as instituições cidadãos não mais conseguiram: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. Isto não como mera substituição de instituições

tradicionais por outras menos tradicionais, mas sim como a expressão de uma nova forma de conceber a relação entre público e privado.

De uma maneira mais geral, isso significa que os anos 90 tem sido marcados por um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do poder público; a reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbana; a reelaboração daquilo que nos é próprio pelo simples fato de que pertencemos agora a uma sociedade globalizada; em conseqüência a redefinição da idéia de pertencimento e identidade, e por fim a passagem de um cidadão como um representante de uma opinião pública para um cidadão que quer desfrutar de uma certa qualidade de vida.

Essas tendências conjugadas em uma fórmula cujos os elementos são as ondas privatizantes e desreguladoras e a concentração das empresas transnacionais foram, em grande medida, as responsáveis pela diminuição das vozes públicas, tanto nas culturas de elite quanto nas culturas populares.

O quadro descrito ou o resultado de tamanho distanciamento da vida política e participação pública fez com que Garcia Canclini percebesse o quanto essas reestruturações concentram de forma hermética o poder de decisões em elites tecnológico-econômicas pelo qual um novo regime de exclusão das maiorias aparece com o revestimento de clientes.

" Agora são menosprezadas as propostas de industrialização, a substituição das importações e o fortalecimento de Estados Nacionais autônomos por serem idéias antiquadas, culpadas pelo atraso das sociedades latino-americanas em seu acesso à modernidade." (Canclini, 1997: 27).

Neste momento, Garcia Canclini assume parte do discurso de redefinição dos sistemas produtivos como a transnacionalização da economia e da cultura, a renovação das fronteiras, das sociedades nacionais e das identidades e os aplica à percepção básica de elementos da história de constituição política e cultural latino-americana. O que ocorre, e aí antecipamos nossas análises, é que Garcia Canclini parece reivindicar o reconhecimento de um novo espaço de constituição político-cultural assim como Ortiz, mas não sabe

como lidar com questões históricas como a da modernização sem exclusão, ou com os estados nacionais que na América Latina possuem um papel preponderante para uma integração ainda não efetivada. Isto pressupõe nada mais que sua preocupação em como as *culturas híbridas*<sup>3</sup> dão conformidade à modernidade e sua correlação com a forma com que os fatos acontecem na América Latina. A mistura entre o tradicional e o modernizador demonstram a sua insistência em permanecer desafiando as ondas de transformação tecnológica e culturais no resto do mundo.

Apenas sabe que *"A transnacionalização da cultura efetuada pelas tecnologias comunicacionais, seu alcance e eficácia, são mais bem apreciadas como parte da recomposição das culturas urbanas, ao lado das migrações e do turismo de massa que enfraquecem as fronteiras nacionais e redefinem os conceitos de nação, povo e identidade."* (CANCLINI, 1997: 30)

É nesse momento em que há uma crise institucional, que lança as esquerdas para o ambiente da descontextualização e do atraso, que Garcia Canclini procura demonstrar que decisivamente houve uma substituição do popular pelo conceito de sociedade civil. *"A sociedade civil, nova fonte de certeza neste tempo de incertezas, parece outro conceito totalizador a negar o heterogêneo e desintegrado conjunto de vozes que circulam pelas nações."* (CANCLINI, 1995: 34)

A necessidade de refletir sobre esta permuta conceitual à luz do que ocorre aqui na América Latina aparece na extensão de toda sua obra recente e que expõe a preocupação central de Garcia Canclini com a extrema relação de dependência política e cultural dos latino-americanos, em contraste com as nações do norte. Ao mesmo tempo, em certas passagens fica evidente que mesmo essa relação precisa ser escrita novamente, enxertada de significantes que contribuam para desnudar suas complexidades. Vem daí suas declaradas influências com categorias gramscianas como as de *hegemonia* e

---

<sup>3</sup> Culturas híbridas é um termo correlato às transformações, sobretudo em fins de século, que ocorrem nas culturas mundiais. No entender de Garcia Canclini, que melhor tem representado esta perspectiva, as relações de negociação entre hegemônicos e subalternos nas fronteiras entre países como o México e os EUA definem muito bem as características básicas do hibridismo cultural. Ver: Garcia Canclini, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo, Edusp, 1997.

*subalternidade*, e como algo comum a todo um conjunto de estudos que ganham peso nesse momento não somente nos espaços acadêmicos, mas de representação de grupos e minorias:

"Hegemônico, subalterno: palavras pesadas, que nos ajudaram a nomear as divisões entre os homens, mas não a incluir os movimentos do afeto, a participação em atividades solidárias ou cúmplices, em que hegemônicos e subalternos precisam um do outro. Aqueles que trabalham na fronteira em relação constante com o turismo, com as fábricas e com a língua dos Estados Unidos vêm com estranheza aqueles que são absorvidos pelo império." (CANCLINI, 1997: 347).

Esta passagem contém todo o vigor de uma redefinição de explicação de categorias que anteriormente foram utilizadas para dar conta de definir o campo de interação entre forças sociais precisas, como por exemplo, a classe trabalhadora, o Estado e as classes industriais. Afirmando a existência de uma crise paradigmática, Garcia Canclini, sem abandonar completamente o horizonte marxista, desafia a explicação causal do universo de interação humana desde uma perspectiva intimista, pela qual tomando-se as fronteiras como pressuposto, poderemos perceber o grau de interdependência entre hegemônicos e subalternos. Uns precisam dos outros tanto quanto a realização de objetivos comuns determinar.

A força de demonstração de um novo movimento teórico pretensamente crítico e social aparece na citação acima e desnuda de uma só vez a órbita existente em torno de um centro que se chama *estudos culturais*, cujo conjunto matizado de perspectivas de análise vem arrematando, desde a década de 80, um número cada vez maior de intelectuais latino-americanos.

Aparece então, e aí Garcia Canclini não poderia ser mais preciso, uma série de categorias que credenciarão os chamados estudos da cultura a definirem-se enquanto tal, e mesmo não objetivando se tornarem uma disciplina, ganhar a cada momento *status* para tanto.

É o hegemônico e o subalterno, o pós-colonial, o transnacional, o neomarxismo, o chicano e outros.

Mas, ao menos por enquanto, esse não é o nosso foco. O que nos parece importante frisar é que com Garcia Canclini há um certo cuidado no uso de generalizações rotundas uma vez que a crise da noção de totalidade e a realização empírica desigual das transformações descritas nos países latino-americanos, impõe evitar generalizações. E aí aparece a principal locução: o caso não é nos termos nos modernizado, mas sim a forma desigual como a modernização vem se dando na América Latina.

### **1.3. Consumo Cidadão em um Mundo Diferente**

É particular, nos dois autores até aqui citados, a preocupação com os fenômenos ligados ao consumo. Mesmo sendo um dos temas de maior apelação para as recentes orientações da Sociologia e das Ciências Humanas em geral - o que faz com que cada vez mais se produzam teorias e debates sobre o tema<sup>4</sup> - encontramos especialmente nesses dois autores uma relação de anexação do campo teórico a novas possibilidades de realização e emancipação humanas. O que nos atrai a explorar melhor como Renato Ortiz e Nestor Garcia Canclini lidam com a questão do consumo em meio a sociedades que cada vez mais se mundializam é, em primeiro lugar, a possibilidade que encontramos para entender como podem ser aplicáveis essas discussões, desde as óticas propostas, a sociedades tão específicas como as que existem aqui na América Latina e, em segundo, como se comportam autores que outrora assumiram perspectivas de análise de realidades culturais específicas como a brasileira, argentina, mexicana e latino-americana, a partir de categorias exclusivamente marxistas. Podemos chegar ao cerne dessas preocupações quando verificamos, por exemplo, que a idéia de que o consumo é peça chave para se compreender o fenômeno da mundialização da cultura. Ortiz identifica que a ética do consumo não deriva somente de necessidades econômicas. Lidamos com a necessidade de orientar o desejo

---

<sup>4</sup> Quem melhor tem trabalhado com esta perspectiva, no sentido de promover revisão de bibliografia é Mike Featherstone em *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

dos consumidores e para isso a tradição torna-se insuficiente para orientar a conduta. Para ele, não se deve relevar a centralidade do mercado como uma das principais forças reguladoras. Seguindo adiante, Ortiz quer nos fazer perceber que diversos símbolos das identidades nacionais são frutos da circulação de mercadorias transnacionalizadas. Isto torna a compreensão do papel das sociedades nacionais ainda mais complexo à medida que ultrapassa a idéia de fronteira quando se trata do conceito de circulação. Completa-se então o ciclo pelo qual é possível constatar que o mercado não se contenta com os limites nacionais e por isso o processo de globalização e desterritorialização da cultura contribuiriam para que fosse rompido o vínculo entre memória nacional e os objetos.

Mesmo entendendo esse conjunto de afirmações como uma aproximação a um tema que se torna cada vez mais comum, sobretudo se enfocarmos a literatura empresarial global como denomina Ortiz, não é possível deixarmos de perceber que há uma concordância implícita com muito do que se coloca como lógica hegemônica nesse discurso. Vemos isso quando o autor percebe que não há muito o que fazer em relação ao modo como o mercado, promove o consumo, ou ao contrário, incentiva o extrapolamento dos limites nacionais. Como já havíamos notado, este é o princípio sedutor que praticamente determina que a crítica, no máximo de sua inventividade e capacidade de contraposição deve encontrar nesse novo mundo, fetichizado pelo consumo das massas, pela desvinculação entre a memória nacional e os objetos, um meio de subsistir sem que para isso seja considerada utópica, atrasada, anacrônica.

Qual a saída encontrada por Ortiz? Levando-se em consideração a sociedade de consumo, é preciso constatar que à medida que são violentadas as antigas fronteiras nacionais, em nome de um mercado renovado, um novo espaço para a cultura e para a relação entre os povos é inaugurado. Voltamos à memória internacional-popular, que é o mecanismo social encontrado para que se forjem novas referências culturais, só que desta vez mundializadas.

A negação da modernidade e da pós-modernidade faz com que Ortiz credite a uma modernidade-mundo a base de desenvolvimento de um novo formato de interação humana. Agora, a força dessa nova orientação é sentida como sendo fruto de um novo movimento teórico quando encontramos citações como a do tipo: "*O trabalho deixa de ser um valor no momento em que a ética do consumo supera a ética anterior.*" (ORTIZ, 1994: 136). Aqui está o cerne da questão. Não se trata de afirmar que agora possuímos uma sociedade do não-trabalho, como outros preconizaram, mas que houve ou está ocorrendo a substituição de uma ética pela outra. Em última análise a substituição do interesse por um fenômeno que reside em uma determinada esfera por um fenômeno que habita outra, no caso, a migração da esfera da produção para a esfera da circulação.

O mesmo movimento é encontrado em Garcia Canclini que vai além de Ortiz quando o que está em jogo é a necessidade de ver quais as reais possibilidades de realização de um projeto emancipado dentro desta nova realidade mundial.

Garcia Canclini(1995: 21) procura entender como as transformações no modo de consumir vem alterando as formas de exercer a cidadania. Parte da hipótese de que quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, estamos definindo aquilo que de modo público consideramos valioso e isto é válido igualmente para as formas como nos integramos e nos distinguimos na sociedade, ou o modo como combinamos o pragmático e o aprazível.

O que diferencia Garcia Canclini de Ortiz é uma certa agudeza crítica que o lança para um conjunto de reflexões que ora o tornam um cético em relação às possibilidades da sociedade de consumo, ora um otimista. Esta ambígua relação é traduzida quando compreende que, como consumidores, formamos uma massa populacional pronta para entrar no século XXI, mas que, como cidadãos, estamos sendo lançados de volta para o século XIX.

O que é necessário fazer então, é ligar uma coisa à outra. Primeiro, devemos desconstruir a arcaica concepção de que, na linguagem corriqueira,

consumir é estar se ocupando com gastos inúteis e compulsões irracionais. Segundo, que coloquemos no lugar uma concepção de consumo que realize a interação entre o que sempre quisemos como consumidores e conseguimos e o que sempre quisemos como cidadãos e continuamente nos foi negado.

Chegamos assim, à definição cancliniana de consumo: o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos. Neste sentido, pelo consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade.

Para que o consumo possa ser ligado ao exercício refletido da cidadania, é necessário que se reúnam ao menos uma vasta oferta de bens e mensagens representativas da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil para as maiorias; informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja garantido pelos consumidores; a participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos.

O elo dessas práticas se faz com a cidadania e com a política, e tendo como palco o desenvolvimento de um mercado não como simples troca de mercadorias, mas como parte de interações mais complexas. Voltamo-nos, assim, à idéia de que o consumo deve ser visto não como ato isolado, individualista, mas como apropriação coletiva, no qual subsistem fortes laços de solidariedade.

" Só através da reconquista criativa dos espaços públicos, do interesse pelo público, o consumo poderá ser um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e agir significativa e renovadamente na vida social. Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços públicos, do interesse pelo público." (CANCLINI, 1995: 68).

Não há como não perceber que Garcia Canclini procura manter muito dos vínculos que o unem há uma nítida tradição política de esquerda. O

interesse pelo o que é público torna esta evidência cabal. É importante ressaltar que em tempos de transnacionalização da cultura e da economia há uma acentuada valorização da capacidade de determinação das empresas no que diz respeito à capacidade de escolha dos usuários dos mais diversificados produtos e sobretudo dos usuários das tecnologias comunicacionais como a televisão, o rádio, a Internet e outros. Isto reflete que, se não é possível determinar se estamos passando por um novo estágio do capitalismo, ao menos é possível dizer quem são os sujeitos sociais que se impõem e suplantam a condição histórica da velha burguesia. Os donos das tecnologias de comunicação, os grandes agentes publicitários e os mais variados empresários transnacionais detém boa parte do poder mundial e elevam de vez o mercado à categoria de espaço absoluto de sociabilidade e reprodução social.

*"Consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora."* diz CANCLINI(1995: 59) em seu célebre artigo *O consumo serve para pensar*. Além de uma paródia de uma máxima marxiana, isto significa que mercadorias e produtos, que são em última proposição mediações de desejos e estruturas, servem também para ordenar politicamente cada sociedade.

Esta linha discursiva em Garcia Canclini desemboca facilmente nas discussões sobre as fronteiras nacionais, na reestruturação dos Estados-nação e nas identidades culturais.

Por exemplo, chegamos ao lugar-comum discutido por Ortiz, quando nos deparamos com a seguinte passagem:

"Uma nação, (...) a esta altura é pouco definida pelos limites territoriais ou por sua história política. Sobrevive melhor como uma comunidade hermenêutica de consumidores, cujos hábitos tradicionais fazem com que se relacione de um modo peculiar com os objetos e a informação circulante nas redes internacionais."(CANCLINI, 1997: 62)

Esta compreensão advém, entre outras, da própria obra *Mundialização e Cultura* de Renato Ortiz, em nítido sinal de concordância, e com a tese ortizniana de que bastaram décadas de construção de símbolos transnacionais para que surgisse uma cultura internacional-popular, fruto de uma memória coletiva feita de fragmentos de diferentes nações. "(CANCLINI, 1997: 63)

Estes fragmentos são objetos circulantes, produtos ou mercadorias que tornaram o gosto popular numa tal miscelânea que fez com que "(...) *enquanto alguns escutam Santana, Sting e Carlos Fuentes, outros preferem Julio Iglesias, Alejandra Guzmán e as telenovelas venezuelanas.*" (CANCLINI, 1997: 64)

No entanto, indaga o autor, o que há de mal nisso? Desde que represente um espaço de encontro de pessoas, da coletividade, podemos, como cidadãos, habitar apenas um dos processos de interação que o mercado regula, a partir da reconquista de vários outros espaços dentro dos quais o Estado e o seu sentido do público nos faz obter um valor cognitivo, "(...) *útil para pensar e agir significativamente e renovadoramente na vida social.*" (CANCLINI, 1997: 64)

Por trás desse otimismo político, há uma incomensurável necessidade de suplantação do que denomina "concepção gutemberguiana de cultura", segundo o qual partidos políticos críticos ao neoliberalismo e aos movimentos sociais tem de se esforçar por fazê-lo, e isto significa que teremos que deixar de falar menos de patrimônio e arquitetura para fazer valer as discussões que se centrem no interesse público pelas rádios, televisões e tecnologias de ponta. Como os fatos acontecem sobretudo numa cadeia integrativa transnacional, Garcia Canclini considera que devemos recuperar o público partindo-se desse ponto. Portanto, chegamos a um coletivo multicultural que é um conjunto de atores nacionais e internacionais que como cidadãos, agem no sentido de controlar as ações de outros atores transnacionais, os quais já citamos algumas vezes neste estudo.

A sociedade civil e boa parte de suas organizações, nesta altura do século, já provaram que foram incapazes de erigir projetos globais.

Façamos justiça a Garcia Canclini, pois o mesmo vê com ressalvas o próprio conceito de sociedade civil e sabe inclusive de onde deriva. Apoiando-se em Lechner, constata que as organizações civis foram incapazes de arrolar políticas de reestruturação dos aparelhos estatais e economias em declínio. Por isso, e talvez para o autor seja suficiente, surge a alternativa como a única possível de que essa mesma sociedade civil se modifique apenas amplificando suas antigas funções para uma esfera pós-nação, em cujo campo de batalha se efetiva realmente. Chegamos à "cidadania global" ou à "internacionalização da cidadania" como projetos de um futuro não mais visionário e na qual sociedade civil e Estado passam a ser sinônimo de multiculturalismo democrático. Quanto às identidades, nesse novo domínio, devem ser negociadas de modo racional e crítico para que o que impere seja o espaço do não-simulacro.

#### **1.4. Universalidade moderna e particularismos regionais**

Se estivermos de acordo com Calderón e Ottone de que hoje em dia, na América Latina vivemos uma complexificação ainda maior no que diz respeito à relação entre modernidade e identidade cultural ou entre universalidade "moderna" e particularismos regionais, poderíamos partir desse ponto para a colocação do nosso referencial de análise.

À medida que tomamos o Mercosul como uma possível particularidade regional capaz de fazer frente, gerar oposição diante de um universalismo "moderno", o colocamos perante uma interseção histórica significada pela constante busca por parte de segmentos sociais e forças políticas tradicionais na América Latina, de um desenvolvimento econômico da região sem a perda da soberania e das identidades nacionais. A nossa história é toda marcada por incansáveis lutas em torno da independência e autonomia. Essas mobilizações geraram diversos focos de análise e diversos autores se especializaram na defesa de um modo de existência autóctone, através da

produção ideológica da integração cultural das várias identidades latino-americanas.

Neste final de século, o tema da identidade cultural e formas de integração ganha nova ênfase devido principalmente à forma de configuração do atual modo de produção. Temas como *pós e neo-colonialismo, migração, conflitos raciais, multiculturalismo, fim dos Estados-Nação*, e outros que são discutidos à exaustão desde centros exteriores, refletem na América Latina e por conseqüência estimulam a reflexão sobre o papel histórico que a porção latina do continente americano vem cumprindo até então.

Uma vez que a idealização histórica de uma América Latina integrada em todos os níveis sempre residiu no modo de organização do povo, das culturas interligadas e do desenvolvimento econômico, podemos dizer que um novo problema está colocado para reflexão. Acredito que é função das ciências humanas e sociais, em específico, dar sua contribuição para o encaminhamento desse problema.

Hoje se coloca que a nova totalidade histórica mundial suplantará as antigas totalidades históricas nacionais, e que isso significa que passaremos a lidar por exemplo com uma sociedade civil mundial. Esta é uma característica de um mundo globalizado e desterritorializado, e em se tratando de discutir o acúmulo teórico e explicativo dessa recente base de produção e reprodução social a que chegamos até agora e as correlações possíveis com os impactos culturais dos recentes tratados de livre comércio nas Américas, não há como negar que Garcia Canclini vem dando significativa contribuição, estabelecendo pautas para discussão das políticas culturais empregadas pelos estados-parte dos acordos.

A compreensão básica é a de que esses acordos são produtos diretos das novas configurações institucionais exigidas para a passagem do nacional para o global e do público para o privado. (CANCLINI, 1995)

Enfocando o ângulo específico da eficácia das políticas culturais de integração, Garcia Canclini alerta para os prováveis limites praticados pelos

gerentes dos tratados de livre comércio no que diz respeito à valorização de monumentos e patrimônio folclórico, às artes cultas, que são campos de sensível esvaziamento de espectadores. Em vez disso, ou seja, do estabelecimento desses limites, é preciso que as políticas culturais se voltem para onde se formam os gostos de massa e cidadania, ou seja, as indústrias culturais baseadas nas tecnologias da comunicação (cinema, televisão e vídeo).

Para efeito de ancoramento das suas análises, concebe um esquema classificatório para definir o que chama de *circuitos de desenvolvimento cultural* existentes e reproduzidos na América Latina. São eles:

1. O *Histórico-territorial* como o conjunto de saberes, hábitos e experiências, organizado ao largo de várias épocas e em relação com territórios étnicos, regionais e nacionais e que se manifesta sobretudo no patrimônio histórico e na cultura popular tradicional.
2. A *Cultura das elites* constituída pela produção simbólica escrita e visual (literatura, artes plásticas). Abarca as obras representativas das classes médias e altas com maior nível educativo.
3. A *Comunicação massiva* formada pelos grandes espetáculos de entretenimento (rádio, cine, tv, vídeo).
4. Os *Sistemas restritos de informação e comunicação* como satélites, fax, telefones celulares e computadores.

Este modo de divisão dos circuitos de desenvolvimentos culturais proposto pelo autor lhe possibilita trabalhar com um campo de vinculação temática que compreende as relações entre os tratados de livre comércio e a cultura, a identidade nacional e os processos de integração em campos não necessariamente comerciais.

Por esses circuitos, as identidades se formariam e renovariam, mesmo que cada vez menos em relação a elementos culturais histórico-territoriais e culturais de elite como denomina CANCLINI(1996), e passariam a se constituir cada vez mais a partir de centros exteriores desvinculados e decididamente desinteressados com a construção de uma cultura nacional autóctone, mesmo que ela seja um conjunto de expressões mundializadas.

Por essa e por tantas outras questões é que CANCLINI(1996) diz ser necessário distinguir como estão influenciando os acordos de livre comércio e as tendências mais profundas de globalização nos diversos cenários nos quais há muitas décadas vem se transformando as identidades. É nesse âmbito que surge a preocupação com o tratamento dado pelas instâncias decisórias e o papel dos diversos setores sociais a respeito da construção do que vem se constituindo como hegemônico na conformação do Mercosul e dos demais acordos de integração comercial.

Garcia Canclini é incisivo ao colocar, reportando-se a um espaço mais regionalizado, que se recorrermos aos documentos de outros organismos preocupados com o desenvolvimento da América Latina(OEA, SELA, CEPAL...) e as reuniões intergovernamentais(Grupo do Rio, dos Oito, dos Três...), veremos que as questões culturais ou estão ausentes ou são tratadas sem conexão com as encruzilhadas do desenvolvimento continental.

Na área cultural, em que pese a multiplicação de organismos integradores desde os anos cinquenta (...), não conseguimos sequer estabelecer entre os países da América Latina formas de colaboração duradouras e de conhecimento recíproco."  
(CANCLINI: 1995, 202)

É possível constatar esta afirmativa verificando-se qual a intensidade de circulação de livros, de material audiovisual, obras musicais que são produzidos na América Latina. Para Garcia Canclini, estes e outros levantamentos devem constituir parte da pauta integracionista dos modernos tratados de livre comércio.

O que está em jogo é o modo como as diferenças étnicas, regionais e nacionais estão sendo tratadas pelos atores envolvidos nas instâncias decisórias do acordo. Agregue-se a isso a tão citada heterogeneidade e a coexistência de tempos históricos diversos na América Latina.

CANCLINI(1995) reporta-se ao acordo de integração econômica firmados pelos EUA, Canadá e México, o Nafta, bem como o acordo firmado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul, e genericamente a outros convênios para constatar que até agora pouco se ocuparam das possibilidades e dos obstáculos colocados pela crescente desintegração social e baixa integração cultural do continente. Ao contrário a " (...) *heterogeneidade multitemporal e multicultural não é um obstáculo a ser eliminado, mas um dado básico em qualquer programa de desenvolvimento e integração.*"

Neste ponto surge uma das questões que deveria ser assimilada como estratégia no atual momento político-cultural pelo qual vem passando o continente. Trata-se da necessidade de que as políticas culturais de cada país e seus respectivos sistemas de troca cultural sejam planejados e orientados tendo-se como horizonte imediato a globalização econômica e a transformação tecnológica, que em definitivo atuam fortemente reorganizando as identidades, as crenças e os vínculos com os outros.

Garcia Canclini vê como inimigo da América Latina o que chama de regime neoliberal. As políticas econômicas com esse cunho acentuaram, sobretudo na última década, a pobreza, a marginalização de índios e mestiços, resultando no agravamento da migração e o desenraizamento de populações inteiras, com seus conflitos inerentes, como a luta pela terra e pelo poder político. O referido autor ainda vê uma intensificação dos conflitos interculturais e multirraciais nas fronteiras nacionais e nas grandes cidades do continente. Este seria o caso dos *Trabalhadores Sem Terra*, dos nordestinos, dos chicanos, dos indígenas bolivianos e peruanos, dos bolivianos na Argentina, das persistentes guerrilhas e de outros movimentos sociais.

Esses conflitos apontariam para o fracasso das políticas neoliberais que definitivamente se equivocaram com a falta de flexibilidade dos programas

de modernização, com a incompreensão cultural dos seus programas e finalmente, com a manutenção de hábitos discriminatórios das instituições consolidadas e dos grupos hegemônicos.

Ainda segundo o autor, a representação imediata desse fracasso, além dos conflitos citados acima, vem incidindo paulatinamente sobre os efeitos do desenvolvimento e acentuação do terceiro circuito de desenvolvimento cultural, a dos meios de comunicação massiva.

"A escassa integração nacional, propiciada pelos livros de texto concentrados na história nacional e freqüentemente distorcedores da história dos países vizinhos, não é melhorada ao ser complementada pela informação sem espessura histórica, superficialmente conectada com a "atualidade mundial" na televisão e no rádio" (CANCLINI, 1995: 208).

Voltamos ao problema do consumo cultural. Só que desta vez pela avaliação de como os meios de comunicação modernos tem contribuído ou não para o melhoramento e intensidade de trocas culturais entre os países que compõem a América Latina. *"A representação da diversidade das culturas nacionais é baixa em todas as nossas nações, e menos espaço se concede ainda a outros países latino-americanos."* (CANCLINI, 1995: 208).

Esta constatação leva Garcia Canclini a se perguntar, em relação aos atuais processos de integração, quais os países aptos para tanto e quais as condições para que ocorra a democratização das integrações transnacionais.

Parte da resposta vem quando identifica quatro pontos que a seu ver demonstram como essas questões são tratadas.

1. As políticas culturais dos Estados continuariam atreladas à preservação de patrimônios monumentais e folclóricos e na promoção da arte culta, que está perdendo espectadores. As ações públicas em relação às indústrias eletrônicas estão resumidas a privatização de rádios, canais de televisão e demais circuitos de difusão de massa.

2. Com relação às grandes empresas de comunicação de massa, como as redes televisivas transnacionais(Globo, CNN, MTV...) circulam em seus programas de entretenimento uma grande quantidade de material que tem mais a ver com culturas minoritárias ou regionais do que com o *folclore-mundo*. Destaca-se, nesse ponto, a censura imposta aos debates sobre a própria sociedade e a ausência de informação diversificada, necessária à construção da cidadania e sobretudo à integração com outros países da região.

3. No tocante as ações culturais dos organismos internacionais e provindas das reuniões de ministros da cultura, que representam, estes últimos, a posição do próprio Estado, a preferência tende a uma visão preservacionista da identidade e a manutenção de um enfoque de integração, vinculado aos bens e instituições culturais tradicionais.

"(...) estudos de consumo cultural nas grandes cidades latino-americanas realizados pelo Grupo de Políticas Culturais do CLACSO revelam que o setor vinculado a essas manifestações consideradas pelas políticas oficiais não supera 10% da população. Sem dúvida, é necessário expandir o apoio à literatura e às artes não-industrializadas, mas no final do século XX não parece convincente dizer que estamos promovendo o desenvolvimento e a integração cultural quando carecemos de políticas públicas para os meios de comunicação de massa, através dos quais 90% dos habitantes do continente se entretém e se informam." (CANCLINI, 1995: 210).

4. Na América Latina existem vários grupos culturais, ONG's, artistas e comunicadores independentes que mobilizam recursos culturais muitas vezes de modo gratuito ou com escassos fundos locais. O grande problema é que a precariedade de investimentos e de apoio não permite que se expandam e deixem de constituírem-se apenas como setores sociais de nível local. Desta sorte, esses grupos independentes dificilmente chegam a cenários de comunicação de massa, influenciando pouco nos hábitos culturais e no pensamento das maiorias.

Nesse cenário, coloca-se em xeque de vez a competência do Estado não mais no campo político-representativo e social mas na manutenção das identidades que garantem sua própria coesão. Nesse meio de redução de investimentos públicos e fracas iniciativas privadas, surge um estranho paradoxo para Garcia Canclini: o comércio entre os países da América Latina é intensificado, justamente no momento em que menos se produz livros, filmes e discos. O comércio é sobrevalorizado no momento em que menos poder de troca e consumo há entre a maioria.

Garcia Canclini segue com o receituário, enfatizando a necessidade de formação de mercados comuns latino-americanos de livros, revistas, cinema, televisão e vídeo, em cujo contexto ocorra livre circulação dos bens culturais; a fixação de cotas mínimas de tempo de exibição, de emissão de rádio o de outros bens culturais latino-americanos em cada país da região; a criação de um fundo latino-americano de produção e difusão audiovisual.

Estas propostas procuram demarcar a necessidade de que os acordos de livre-comércio não venham a operar uma abertura indiscriminada, através da qual as formas de desenvolvimento desiguais aos dos seus sistemas de produção e de trocas culturais, sejam desprotegidas, excluindo assim a proteção dos direitos de consumo de etnias e grupos minoritários.

De acordo com o autor, faremos o contrário disso se regularmos a participação do capital estrangeiro, incluindo a dos países latino-americanos mais poderosos e a das transnacionais com sede na região, a fim de que sejam controladas as formações de cartéis ou de corporações - monopólios, que influam negativamente nas indústrias culturais dos países mais fracos.

Novamente surge a necessidade de que o Estado e a sociedade civil sejam reformulados para que juntos possam assumir a representação dos interesses públicos. "*Não se trata de restaurar o Estado proprietário, mas de repensar o papel do Estado como árbitro ou assegurador de que as necessidades coletivas de informação, recreação e inovação não sejam sempre subordinadas ao lucro.*" (CANCLINI: 1995, 218).

Considera ele que o novo papel dos Estados e dos organismos internacionais (SELA, UNESCO, OEA, ALADI e outros) será o de reconstruir o espaço público compreendido como sendo o *coletivo multicultural*, uma vez que será nesse espaço que os diversos agentes políticos e sociais irão negociar os acordos sejam de qual natureza forem, que reflitam de vez o interesse público.

Talvez nesse ponto sobrecaia o hiato que separa a tradição, entendido como o moderno, do novo, visto como o não-moderno. A perspectiva de resposta política a uma situação sobretudo cultural agrega valor à hipótese de que a idéia de mudança nos rumos dos projetos integradores e emancipadores na América Latina deve ser incondicionalmente institucional e marcada por um nível de interação nunca antes visto, como um estado e uma sociedade civil moderna, com um governo internacional não-moderno e de história recentíssima em nosso planeta.

### **1.5. Concepções preliminares dos Estudos Culturais**

Chegamos a um ponto, neste estudo, em que é possível responder a perguntas que se impuseram desde o início e que propositadamente protelamos: Por que Garcia Canclini e Renato Ortiz? Qual a necessidade de enfocar suas obras para estudar um tema como o da relação entre Mercosul, políticas culturais e integração latino-americana?

Em princípio, os estudos culturais na sua dimensão mais inovadora e levando-se em consideração a América Latina como local de produção, tem nesses autores uma de suas expressões centrais. Não somente pelo que suas obras, sobretudo nesta segunda metade da década de 90, representam, mas porque os mesmos vivem nos principais países do acordo que estamos estudando. Isto colocado de outro modo, de certa forma há uma atenção maior para as opiniões, estudos e investigações desses autores no campo da cultura nos países como o Brasil e a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

No entender de Garcia Canclini, a inovação dos estudos (e frisa que não são vários) que se diferenciam das antigas metodologias, tanto na Antropologia quanto na Sociologia recente, a despeito da tenacidade com que vem sendo conduzidas no México e acima de tudo nos Estados Unidos, em grande parte é creditada a brasileiros como Roberto Da Matta, Antônio Augusto Arantes, Eunice Durham, Ribeiro Durham e, Renato Ortiz, cujas obras deste último “(...) *oscilan entre la investigación antropológica de la identidad nacional y como se reformulan las tradiciones en medio del avance de las industrias culturales.*” (CANCLINI, 1991: 22)

Igualmente, os autores em questão estão inseridos em dois dos campos mais visados para o desenvolvimento dos chamados estudos culturais – a Antropologia e a Sociologia - e decisivamente são fortes candidatos, juntamente com mais alguns poucos, a transformarem-se em ícones da *nova teoria cultural*.

Junto a isso, há algo que Garcia Canclini chama de *modernización de desarrollo cultural*, que aparece como sendo uma das duas formas tendenciais de pesquisa para a década de 90. Significa que temas *como tecnologias da telecomunicação e eletrônica, produção, circulação e consumo de bens provindos da indústria cultural, formação e requalificação de trabalhadores, formação técnica de recursos humanos para a administração cultural e finalmente, diagnóstico de conflitos interculturais de rápida transformação*, deverão ser colocados na ordem do dia, e creditado ao seu estudo e compreensão o movimento necessário para se ‘*entrar o salir de la modernidad*’.

A outra forte tendência deverá ser a que irá manter as modalidades tradicionais de desenvolvimento cultural, ou seja, a relação entre educação e cultura, cultura política e novas formas de hegemonia, gênero e família, etnias indígenas, religiosidade popular, e manifestações folclóricas.

O que mais preocupa Garcia Canclini não é o fato de essas modalidades devam existir ou não, mas sim que muito se tem prestado atenção a este segundo conjunto de temas que remontam o que há de mais

tradicional nos estudos de desenvolvimento cultural da modernidade. Este é o chamado que o autor faz para as ciências sociais que muito lentamente tem demonstrado ânimo em sair da inércia, no que tange à necessidade de dar maior atenção ao circuito de desenvolvimento cultural voltado para as novas tecnologias da comunicação. Renato Ortiz habita esse espaço, propondo-se transitar por entre os dois circuitos de desenvolvimento cultural. (não esqueçamos que Garcia Canclini se auto-referencia junto a esse espaço)

Se optarmos pela insistência na tese de que o que vem se chamando de estudos culturais dos anos 90, deverá refletir concomitantemente nas políticas culturais desenvolvidas a partir do Mercosul, então já nos basta o escrutínio dos principais argumentos que tem aportado por aqui e vem arrebatando diversos adeptos.

Entretanto, sendo os estudos da cultura uma forma tendencial de teorização que vem se preocupando com a relação entre cultura, integração e desenvolvimento, e responsáveis pela formulação de denúncias e emissão de ‘pareceres’ sobre o que deveria ou não se fazer para resolver os problemas inerentes a uma nova ordem mundial - e ainda havendo a disposição por parte de organismos internacionais e governos de acatá-los, pelo menos naquilo que lhes parece mais brilhante - torna-se suficiente para, numa intenção meramente investigativa, desconfiar curiosamente daquilo que está prestes a se tornar um consenso dentro dos estados parte.

Para Garcia Canclini, os Estudos Culturais se tornaram, nos últimos tempos, uma das áreas mais criativas das ciências sociais. A partir dessa área, há um reposicionamento da cultura em relação ao desenvolvimento social e a confrontações políticas. A orientação básica para o início da década de 90 é que o debate promovido tenha o compromisso de verificar quais as implicações de questões como a modernidade, a pós-modernidade e o processo de modernização, exclusivamente neste continente “heterogêneo” e “híbrido” que é a América Latina.

Em última análise, Garcia Canclini contrasta as diferentes ferramentas das disciplinas citadas com a crescente unificação dos objetos de

estudo, que a seu ver, são o popular, o culto e o massivo. (CANCLINI, 1991: 11)

Num estudo publicado em 1991<sup>5</sup>, aparecem na apresentação feita pelo autor quatro critérios que lançam as bases para o que hoje percebemos como sendo a tendência predominante nos circuitos em que se discute a relação da cultura com categorias específicas da Sociologia e da Antropologia como a *migração, identidade étnica, integração, fronteiras, estado e sociedade num mundo globalizado*, entre tantos. São eles: a) a combinação de investigações empíricas novas com estudiosos que reformularam suas matrizes teóricas e metodológicas convencionalmente utilizadas para estudar esses novos fenômenos; b) a construção de soluções teóricas para os problemas propostos pela cultura, sustentados em diversas disciplinas; c) uma ampliação de estudos comparativos, o que possibilita a compreensão do mesmo problema colocado em diversos países; d) o exame da repercussão intercultural de certos fenômenos.

Nessa mesma obra, Garcia Canclini apresenta um texto que incide sobre a relação histórica entre a Antropologia e a Sociologia, no sentido de situar suas bases epistemológicas e seus campos de atuação para este final de século.

A intensificação, nesta década, dos debates alinhados com os Estudos de Cultura foi precisamente sintetizada por Castro-Gomes e Mandieta:

“ Una Segunda vuelta del debate tuvo lugar en el congreso de LASA celebrado en Guadalajara (Abril de 1997), en donde fueran leídos varios de los trabajos presentados (...). Algunos de los temas debatidos entre 1991 y 1993 se mantienen todavía vigentes, pero la discusión se ha diversificado mucho más debido a varios factores: la consolidación de los Estudios Culturales (Garcia Canclini, Brunner, Ortiz, Sarlo, Calderón, Hopenhayn, Martín-Barbero, Yúdice, etc) como nuevo paradigma de teorización de lo latinoamericano a finales del siglo XX; la incorporación de nuevos debatientes provenientes de otras disciplinas (Antropología

---

<sup>5</sup> Cf. Garcia Canclini, Néstor (comp.) *Cultura y pospolítica: El debate sobre la modernidad en América Latina*. México, D.F. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 1991.

cultural, semiología, historia, filosofía); la fundación del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos; la publicación de libros como *The Darker Side of the Renaissance* (W. Mignolo), *Cultura y Tercer Mundo* (ed. B. González Stephan) y *The Postmodernism Debate in Latin America* (eds. J. Beverley/ J. Oviedo/ M. Aronna), así como la participación crítica desde Latinoamérica de autores como Hugo Achúgar y Nelly Richard.” (CASTRO-GOMES & MANDIETA, 1998: 10 de 15)

A função predominante e autoproclamada daqueles intelectuais que se situam nos limites desta nova teorização será de realizar uma releitura da relação entre Estado e Sociedade, a partir do culturalismo proposto pelos chamados estudos subalternos, estudos pós-coloniais e estudos latinoamericanistas.

É comum que estes três modos de compreensão da realidade política e cultural da América Latina, neste final de século, apareçam textualmente como uma única coisa. Não há, em princípio, uma distinção precisa do modo como deva ser encarado um problema qualquer sob a mira de uma especialidade ou outra. Apenas é possível inseri-las em um mesmo campo de especialização que é o dos Estudos Culturais. É possível detectar isto no próprio documento que inaugura o surgimento nos Estados Unidos do *Grupo de Estudos Subalternos*:

“ El problema central de la poscolonialidad es lo que Guha llamase “la incapacidad histórica de la nación para realizarse a si misma”, incapacidad debida al liderazgo inadecuado de las elites gobernantes. La nueva economía política global trae consigo la necesidad conceptual de desconstruir los paradigmas de la *nación* y la *independencia*, lo cual explica los cambios que viene experimentado últimamente la terminología de las ciencias sociales. Conceptos tales como “pluralismo”, “democracia”, “consenso”, “subalternidad”, desplazamientos de poder”, “nueva orden mundial” y “Gran Área” son ejemplos de tal mutación. Ellos han sustituido a conceptos como “modernización”, “dictadura”, “partido”, “revolución”, “centro-periferia”, “desarrollo”, “nacionalismo”, y “liberación nacional”. (GRUPO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998: 6 de 9)

Partindo desse ponto, quando apenas por um momento passamos a enfocar o que se produz nos centros exteriores, como os Estados Unidos, por exemplo, encontramos níveis de argumentação que não se diferenciam muito do que Ortiz destaca em seu *Mundialização e Cultura*.

A preocupação, por parte do Grupo de Estudos Subalternos, com a reconceitualização da relação entre o *Estado, Nação* e a *Sociedade Civil* não esconde a extrema similaridade com conceitos como o de memória internacional-popular, fruto de um mundo transnacionalizado, ou de uma cultura internacional-popular predominante no planeta e que põe em xeque as antigas fronteiras nacionais. “ (...) *en la nueva situación de globalización, el significativo "Latinoamérica" hace referencia también a un conjunto de fuerzas sociales al interior de los Estados Unidos, que se han convertido ya en la cuarta o Quinta (entre veinte) nación de habla española más grande del mundo.*” (GRUPO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998: 5 de 9).

Ou colocado de outro modo: “ *La des-nacionalización es, simultáneamente, el límite y el umbral de nuestro proyecto.*” (GRUPO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998: 6 de 9).

Todos tópicos comuns em um universo de produções que, os quais desfazendo-se de pretensões maiores, vem demonstrando sua capacidade de exploração e ocupação de espaços inabitados, desde a perspectiva com que vem sendo impressos. De um modo genérico, a necessidade imediata é a de reafirmação da herança marxista em algum nível, que é sempre muito variável, mas que pela própria expressão do movimento, sabemos que tem muito de Gramsci. Aliado a isso, o estranhamento ao que se denomina de pós-modernidade, por conta da refutação de qualquer anglo-eurocentrismo exagerado.

## **1.6. Jameson e a crítica aos Estudos Culturais**

Como movimento de reação a essas novas formas de teorização, encontramos autores que ocupam a outra ponta na análise dos fenômenos

políticos e culturais no primeiro e no terceiro mundos. Somente para exemplificar, obtemos ótimos referenciais dessa crítica nos trabalhos de Heinz Dieterich Steffan, James Petras, Atílio Boron, Michéle Barret, Terry Eagleton e Fredric Jameson. Entretanto, de todos esses, nenhum tem merecido mais atenção ou mais desprezo dos intelectuais ligados aos Estudos Culturais do que Fredric Jameson. As críticas por ele tecidas possuem a fama de serem objetivas e diretas e muitas vezes destruidoras, o que lhe rende forte ataque de pós-colonialistas, sobretudo daqueles ligados a universidades de elite norte-americanas.<sup>6</sup>

Os Estudos de Cultura desembocam na explicação daquilo que se denominou chamar de novos movimentos sociais ou microgrupos, porque acolhem de bom grado o feminismo e o movimento negro, o movimento gay, os estudos chicanos e os crescentes grupos de estudos pós-coloniais, "(...) *ao lado dos adeptos mais tradicionais das várias culturas populares e de massa( eles também podem ser considerados uma espécie de minoria estigmatizada e perseguida no contexto acadêmico tradicional), e os diversos (sobretudo estrangeiros) remanescentes marxistas.*" (JAMESON, 1994: 20)

Promovendo fortes ataques aos “Novos Movimentos Sociais” e à sua ideologia implícita de “grupos”, Jameson vê, por exemplo, na *Euforia* uma formação compensatória em uma época em que a política autêntica(ou “totalizante”) não é mais possível. Isto vai ao encontro do que chama de ‘política autêntica’ e pressupõe que para o próximo século ainda permanecerá politicamente produtivo que se atente vigilantemente para aqueles sintomas que demonstrem o definhamento da capacidade de dar visibilidade à dimensão global, em que esteja implícita “ (...) *a resistência ideológica ao conceito de totalidade, e para uma lâmina epistemológica do nominalismo pós-moderno, que ceifa pretensas abstrações tais como o próprio sistema econômico e a totalidade social, de tal forma que a antecipação do*

---

<sup>6</sup> Ver Beverley, John. “A little Azúcar. Una conversación sobre Estudios Culturales: Siglo X/20<sup>th</sup> Century. 1997, 15-35. Castro-Gómez, Santiago. *Crítica de la razón latinoamericana*. Barcelona: Puvill Libros, 1996.

“concreto” é substituída pelo “meramente particular”, eclipsando o “geral” (na forma do próprio modo de produção).” (JAMESON, 1997: 333)

Enquanto para aqueles que participam de grupos como o dos Estudos Subalternos, há a necessidade de resgatar a diferença específica dos movimentos sociais - como Diaz e Alonso(1988) que pejorativamente proclamam a necessidade de resgatar o valor de uso que há por sobre o valor de troca, a qualidade dos distintos mais que a quantidade dos contrários e das exclusões que imperam por sobre a estratificação - para Jameson, essa visão como alternativa e voltada para a legitimação de pequenos grupos, representa apenas, enquanto uma ‘micropolítica’, uma forma de celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo. No entender de Jameson, o sistema se rejubila por produzir cada vez mais sujeitos estruturalmente não-empregáveis. (JAMESON, 1997: 323)

“ Nunca fui capaz de entender como se pode esperar que as classes desapareçam, exceto no cenário especial do socialismo, mas a reestruturação global da produção e a introdução de tecnologias radicalmente novas - que arrancam trabalhadores das velhas fábricas e de seus empregos, deslocaram novos tipos de indústrias para lugares inesperados do mundo e recrutaram uma força de trabalho diferente das tradicionais em muitos aspectos, do gênero à habilidade e à nacionalidade - explicam porque tantas pessoas queriam pensar assim, pelo menos por um certo tempo.” (JAMESON, 1997: 323)

Jameson está preocupado com a problematização do pós-modernismo, compreendendo-o como a expressão mais fiel do mais recente modo de produção, que nada mais é do que o sistema capitalista renovado. Natural, portanto, que essa grande variedade de práticas políticas e de ‘microgrupos’, sem base em classe social, seja considerada pelo autor como um fenômeno profundamente pós-moderno.“ *O Pluralismo é, então, a ideologia de grupos, um conjunto de representações fantasmagóricas que triangulam três pseudoconceitos fundamentais: democracia, mídia e mercado.*” (Jameson, 1997: 323)

Isto levará Jameson a se perguntar se, em primeira instância, não seria a tolerância à diferença um fato social resultante da homogeneização social e da estandardização responsável pela verdadeira diferença social.

Como expressão acadêmica, os Estudos de Cultura refletem certa insatisfação com outras disciplinas. Aspirantes a ser um tipo de novo historicismo, na tentativa de textualizar-se em um 'novo mundo' ascendem à pretensão de sucessão discreta e respeitável do marxismo.

### **1.7. Transformação Material a partir do Mercado, Produção e Consumo**

Se aceitarmos a tese de Jameson(1997) de que a pós-modernidade é a nova expressão de um capitalismo globalizado, que denomina de *Capitalismo Tardio* ou *Multinacional*, estaremos confluindo para um tipo de leitura que mesmo direcionada para o nosso objeto, envolverá a compreensão mínima de temas do tipo: *modernidade e pós-modernidade cultural, cultura de consumo, sociedade civil mundial, declínio dos Estados-Nações, mercado* e outros. Segundo Jameson, essa seria a nova cara do capitalismo mundial e sua força, não mais a economia e sim a cultura.

Nesse momento, cultura e mercado passam a se confundir, e como nova força conceitual surgem como totalidade social e portanto, é necessário que esse novo movimento seja explicado. Na proporção em o que cultural e o mercadológico se processam a cada dia como a expressão de um mesmo modo de organização social, em torno de um novo valor que é o consumo, deparamo-nos com uma forma ideológica que há mais de cem anos já havia sido questionada por Marx nos *Grundrisse*. Toda a circulação produzida por essa nova interação, em extrema concordância com Marx, embora sendo fruto da vontade consciente dos indivíduos, surge como uma totalidade que não faz parte das suas consciências e nem é totalmente abarcada por eles. Esta forma de alienação retira do indivíduo o poder de interferir nas relações sociais como um todo.

De acordo com Jameson(1997), o que houve foi uma mudança na esfera da cultura cuja produção estética se incorporou de vez à produção de mercadorias. Tal fato que choca-se definitivamente com o anticolonialismo e o pós-capitalismo de Ortiz, Canclini, e dos Estudos Culturais como um todo. Quem dominaria esta nova forma produtiva seriam ainda os Estados Unidos, portanto, o principal modelo dessa nova totalidade histórica, presentificada na nova cultura global pós-moderna. Como expressão maior de um complexo sistema de dominação, teríamos, por um lado, a imposição ao restante do mundo de formas culturais específicas e, por outro a aceitação incontestada dessas formas por parte de muitas nações subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

Concordamos com Perry Anderson que Jameson, a despeito de todas as acusações infundadas de pós-marxista, marxista vulgar ou de defensor do pós-modernismo, é o autor que, neste final de século, e a partir das discussões sobre o cultural que há no capitalismo, possui o conjunto de teorizações mais estruturado para responder, a partir de uma perspectiva eminentemente marxiana, aos teóricos dos estudos culturalistas.

Frente ao que está sendo colocado hoje pelas teorias das sociedades de consumo, e procurando realizar o contraponto ao modo como Garcia Canclini e Renato Ortiz compreendem o problema, encontramos em Jameson o esforço máximo para restituir a categorias estritamente tratadas sobre a ótica marxiana como *produção, distribuição, circulação, valor de uso e valor de troca*, apenas para citar algumas, o vigor explicativo que são capazes de sustentar ainda hoje em tempos de capitalismo renovado.

E o que queremos com isso? Por certo que não nos interessa realizar aqui qualquer tipo de defesa aberta ao marxismo, mas não há como introduzir as preocupações com as formas de consumo e com o mercado, neste final de século, que Jameson apresenta em sua obra, se não enfatizarmos o que mais o autor coloca como instrumental para suas conclusões.

Discutindo a relação entre ideologia e mercado<sup>7</sup>, Jameson, lamentando-se pelo que ocorrera com as esquerdas( e aí incluímos com certa resignação, as escolhas metodológicas de um incontestável esquerdismo em cada estudo da nova teoria cultural) nesse processo de rendição às várias formas de ideologia de mercado, enfatiza que o que houve de imperceptível, demonstrou-se, ao final, tremendamente universal. Assim sendo, aparece o diagnóstico de que o “*mercado está na natureza humana*” e que, como proposição que não se pode deixar sem questionamento, torna-se o “(...) *terreno mais crucial da luta ideológica de nossa época.*” (Jameson: 1996, 282)

O que nos parece indispensável ressaltar é que o que Jameson detecta como movimento específico das novas teorias explicativas da relação entre o mercado e a realidade mundial de final de século é a expressão maior da lógica que condiciona decisivamente as políticas empregadas a partir dos modernos tratados de livre comércio. “*Presumivelmente, contudo, o lema do mercado e toda a retórica que o acompanha foram concebidos para garantir um desvio e um deslocamento decisivos da conceitualidade da produção para o da distribuição e do consumo (...).*”(Jameson, 1996: 285)

Aqui aparece uma crítica que se adapta perfeitamente aos intelectuais dos estudos culturais mas que da forma como é empregada por Jameson, remonta a uma crítica que é transversal à cultura e à economia política da grande maioria das esquerdas em particular, e à lógica do capitalismo multinacional em geral.

Perante essas afirmações, convém retomar a tese sobre a relação entre produção e consumo contida nos *Grundrisse*, para nos darmos conta do que fala Jameson.

---

<sup>7</sup> Jameson, Fredric. **O pós-modernismo e o mercado**. In: Zizek, Slavoj.(org.) **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Para Marx, a produção e o consumo acontecem num mesmo momento, portanto dialeticamente. “ (...) *a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.*” (Marx, 1974: 116)

É esta relação dialética que dá, em termos filosóficos, ao sujeito a condição de se apropriar daquilo que é, situando-se historicamente no tempo e no espaço e podendo assim desfazer-se dos grilhões que o reificam.

Nessas proposições em termos culturais, veremos com Jameson que, quando consumimos algo que foi feito para ser um produto cultural, não queremos e muito menos necessitamos esquecer quem o produziu. No processo acentuado de reificação da cultura de hoje o que temos é exatamente uma separação radical entre consumidores e produtores. O que não deixa de ser uma separação falsamente fabricada, se enfocarmos os conceitos marxianos descritos logo acima.

Uma vez que para Marx(1974) a produção não produz apenas o objeto do consumo, mas sobretudo o modo de consumo, ou seja, não só objetiva como subjetivamente, pressupõe-se com certo grau de obviedade que a produção deva criar o consumidor. O famoso exemplo cultural de Marx deve colaborar para uma explicação mais objetiva: “ *O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza.*” (Marx, 1974: 116)

Se a produção não se separa da circulação(consumo), e hoje teimosamente as forças sociais produtivas forçam essa radicalização, então confluímos para a principal preocupação de Jameson, que vê como tendencial para esse final de século uma nova forma de irracionalismo e falta de profundidade histórica.

Nesse momento, trazemos presentes as discussões realizadas por Ortiz acerca do papel protagônico que as grandes agências publicitárias possuem neste novo momento do capital transnacional no planeta. É como se esse campo produtivo por excelência fosse o portador maior dessa intenção de separação imaginária entre produção e consumo. E isso valendo-se do que há de mais corrosivo nessa lógica que é a reificação cultural. Tais agências

impõem um ritmo frenético aos processos de interação humana que forçam sobremaneira uma compulsão a tudo, como se tivessem valor de uso. Jameson ajuda a complementar esta idéia: “ (...) *um valor de uso (...) pode ser qualquer coisa, desde a satisfação sexual até um lugar conveniente para descarregarmos a raiva em nossos filhos, se o mundo externo revelar-se inclemente.*” (Jameson, 1996: 286)

Na ótica de Jameson, devemos desconfiar que as defesas essencialistas do mercado implicam temas e questões que atribuem aos prazeres do consumo pouco mais do que apenas uma característica de conseqüências ideológicas fantasiosas, disponíveis para consumidores ideológicos que acatam a teoria do mercado da qual eles próprios não fazem parte.

“Aliás, uma das grandes crises da nova revolução cultural conservadora - e, além disso, uma de suas grandes contradições internas - foi manifestada por esses mesmos ideólogos, quando começou a surgir um certo nervosismo em torno do sucesso com que a América consumista havia suplantado a ética protestante, e se mostrou capaz de desperdiçar suas economias (e sua renda futura) no exercício de sua nova natureza de compradora em tempo integral.” (Jameson, 1996: 289)

E assim, neste final de século, nunca o debate envolto na filosofia política que vai de Hobbes a Adam Smith, esteve tão centralmente implicado com a ideologia de mercado reinante. O que a nova teoria cultural realiza é apenas adaptar essa ideologia aos moldes culturalistas que servem de expressão ao novo capitalismo multinacional, procurando demonstrar que qualquer tentativa de controle do mercado (leia-se socialismo; planejamento) resulta num abismo, na medida em que significa a mesma coisa que o controle do destino.

No máximo da aproximação do processo da produção, as interações provindas das novas realidades socioculturais identificam o produto(resultado) com a sua imagem, o que limita *a priori* qualquer possibilidade de apreensão do processo de produção como um fenômeno histórico. Tal qual solicitam as forças livres do mercado, o consumo desligado

da produção cria sujeitos aptos para a acumulação, concentração e reprodução do capital.

Jameson(1996) torna-se proposicional quando evoca a necessidade de que postulemos um outro tipo de consumo. Trata-se de consumir o próprio processo de consumo, acima e além de seu conteúdo e dos produtos comerciais imediatos. Força-se, com isso, um curioso fenômeno que na visão do autor implicaria na revelação de que o próprio mercado venha se mostrar tão utópico quanto se afirmou ser o próprio socialismo.

Ironicamente Jameson e Canclini se reúnem num desejo incontido de que o que se “ (...) *requer é um grande projeto coletivo da qual participe uma ativa maioria da população, como algo pertencente a ela e construído com sua própria energia.*” (Jameson, 1996: 296)

Fica-nos a lembrança de um antigo aprendizado marxiano que determina que assim como não devemos julgar o que é um indivíduo pelo próprio julgamento que faz de si, não podemos julgar uma época em transformação a partir da sua própria consciência. De outro modo, é necessário que essa consciência seja explicada a partir das contradições que a vida material nos coloca no momento em que o conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção se entrecrocaram. (Marx, 1974: 116)

Portanto, nunca foi tão apropriada a tese, segundo a qual, no momento em que há uma revolução social presentificada na transformação da base econômica, toda a superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. Isso pressupõe, em última análise, que é primariamente necessário fazer distinção entre a transformação material das condições econômicas da produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas(acrescentaríamos hoje culturais) que dão conformidade às formas ideológicas pelas quais as sociedades possam vir a tomar consciência do conflito e se determinem coletivamente em razão disto.

## CAPÍTULO 2

### 2.1. Tradição e Tempo Histórico na América Errada

*¿Se puede admitir la posibilidad de que los países mueran?* Esta é a pergunta que faz Francisco Weffort em seu conhecido texto “La América Equivocada”, escrito na entrada dos 90 e que expressa sua inquietude diante do papel da América Latina frente a uma nova ordem mundial. A dúvida central é saber se a identidade do que quer que se convencionou chamar de América Latina estará segura para a entrada do novo milênio.

O foco temporal de Weffort certamente se fixa nos processos de democratização de vários países latino-americanos, ocorridos nos anos 80, conjugados à crise da dívida externa, mas o peso de seus constantes questionamentos carrega em si a reflexão de toda uma história de constituição político-cultural da região.

Tal como Touraine(1989) a angústia diante de nosso futuro comum é expressa em Weffort, com um misto de admiração e repulsa(palavra e sangue), que melhor seria traduzida pela situação de perplexidade com o modo como as coisas são refletidas e desfechadas no sub-continente.

Na crença de que o que se observou na década de 80 foi uma conquista - a democracia - e uma profunda crise econômica e social, Weffort(1995) afirma que a reconquista da viabilidade nacional, o reinício do desenvolvimento econômico somente se estabelecerão se questões como a própria democracia, a construção nacional, a integração e a modernidade forem encaradas em conjunto. O objetivo maior seria o de obrigar os latino-americanos a criar uma imagem de seu próprio futuro, recuperando assim sua capacidade de formular projetos.

Mas aí, nos indagamos: a construção de uma imagem do próprio futuro, deveria ou não estar ligada à visão que temos do nosso próprio passado? Ou dela depender? E devemos recuar até que ponto da nossa história

para levantar elementos de análise que nos possibilitem chegar à compreensão do que acontece hoje por aqui?

É o próprio Weffort que ensaia uma resposta para estas indagações ao afirmar que os desafios que surpreendem a nós todos, na América Latina, em meio à crise atual são fundamentalmente os mesmos que nos acompanham desde o começo da nossa história de colonização. Mas esta resposta não é suficiente para Weffort que, procurando entender o movimento de constituição histórica da região, ainda permanece com a dúvida se esta crise é igual ou não a de tantos outros países em formação.

A seu ver, a América Latina é uma região que, sobretudo nos anos 80 deste século, viu na emigração um dos mais fortes ingredientes de constituição de sua própria cultura. E mais do que nunca, a despeito de tantas invasões, conflitos e formas imperialistas de um passado não muito distante, os Estados Unidos ainda marcam presença, desta vez pelo acolhimento de massas de emigrados latino-americanos. É o caso, por exemplo, do que acontece em El Salvador que, segundo Weffort, no início da década de oitenta possuía 5 milhões de habitantes, sendo que cerca de 800 mil migraram para a América do Norte.

Weffort(1995) cita isto como um forte dado para demonstrar que a década de sessenta foi realmente o último período tipicamente americano. Nossa imagem de hoje seria a de uma porção continental degradada, à deriva, que leva o autor à dúvida se não se trataria de “¿una nueva Edad Média?

Fala em “degeneração social” ao se referir à perda de controle, por parte do Estado, sobre territórios que pertencem às guerrilhas de El Salvador, sobre zonas de Medellín, ou certas favelas do Rio de Janeiro. Igualmente válido para os processos abertos de corrupção administrativa que se converteram em fenômenos de massas.

Essas avaliações são compartilhadas, aceitas ou refutadas por diversos estudiosos que partem das mais variadas bases epistemológicas e tempos de vida diferente, e que, a partir de um debate cada vez mais secularizado, enfocam épocas, atores, contextos políticos localizados ou mais genéricos,

disciplinas e campos de conhecimento que, sobretudo para as gerações mais recentes de estudiosos e interessados na problemática latino-americana, tem permitido que novos enfoques sejam pensados, como é o caso, por exemplo, dos Estudos Culturais que vem forçando um posicionamento de vanguarda sobre as questões que envolvem os aspectos culturais e políticos da América Latina em tempos de globalização.<sup>8</sup>

Isto nos ajuda a entender melhor o movimento de leitura das desventuras e sortilégios da região que Weffort realizou no início da década. Hoje, como Ministro da Cultura de um dos países do acordo monta e assina as ações, os programas e os tratados tendo como substrato mais profundo uma tradição política secular ou “centenária”, e isto deve ficar bem colocado. Quando o campo de análises extrapola a realidade nacional e envolve fatos tão recentes como o processo de integração do Mercosul, constatamos que tudo o que se julgava como sendo do campo ideológico e utópico, da história passada, e que deveria ser veemente refutado pois representava o atraso, reaparece vigorosamente ao menor sinal de crise política e econômica e assume o sentido de emblema à medida que sustenta retóricas montadas para criar identificações com amplos setores sociais e políticos.

Se refletir e debater sobre nossos símbolos nacionais, somente nos serve para reposicionar e contrastar teses cada vez mais polêmicas sobre nossos temas comuns, que não dizer do amplo debate social aberto no Chile às custas do caso Pinochet. E das ameaças ao Mercosul pela situação da política cambial da Argentina, ou das recentes ameaças de golpe de Estado no Paraguai e do papel delicado do governo brasileiro em dar asilo político a Raúl Cubas? Como disfarçar a atual crise econômica e política brasileira, evidenciada por acordos financeiros com o FMI e denúncias de corrupção aberta no Banco Central? Como justificar a persistência das guerrilhas na Colômbia, Peru, México? Os conflitos fronteiriços entre a Bolívia e o Chile, ou entre o Peru e o Equador? A existência da Cuba socialista, como um dos últimos ícones da revolução

---

<sup>8</sup> Ver especialmente os diversos textos históricos compilados por Leopoldo Zea e publicados numa trilogia pelo *Fondo de Cultura Económica*. Leopoldo Zea. **Fuentes de la Cultura Latinoamericana**. México: Fondo da Cultura Económica. 1993. V.I, II e III.

vermelha de 1917? Por onde ficam os massacres aos movimentos ligados à causa da terra no Brasil? E a pressão estadunidense por um ALCA o quanto antes?

Ficariamos aqui por horas, descrevendo processos recentes que se desenvolvem por todos os cantos em nossa América, e que, a despeito do seu tempo histórico, nos remetem à tradição constitutiva de movimentos rebeldes, revoluções, mobilizações e que nos forçam a compreender, se considerarmos as teorias liberais-desenvolvimentistas, os “desabafos” weffortianos ao ver a América Latina, ao menos em parte, como um projeto errado, equivocado.

Seria muito fácil afirmar que muitos dos acontecimentos políticos recentes como os citados acima, remontam a uma América de fortes contrastes, onde tudo podia acontecer, mas que o modelo integracionista do qual se origina o Mercosul não reproduz ou participa totalmente da lógica de outros tempos históricos porque parte do pressuposto de que existem alternativas mais racionais de organização dos planos de desenvolvimento nacionais, via blocos regionalizados, e que, bastam tratados, cláusula de proteção e controle, visitas oficiais, declarações, para que o Mercosul fique imunizado de qualquer ataque ao seu projeto de inserção em um mundo globalizado e mais interdependente do que nunca.

Não é possível estar imunizado aos contrastes políticos, culturais e sociais que fazem parte das nossas realidades nacionais, e, para muitos *mercocratas*, o fizeram desde os mais remotos períodos do expansionismo mercantilista europeu, no século XVI. E à medida que o Mercosul se populariza ou ganha expressão no meio social, os *mercocratas* perdem parte de sua autoridade na responsabilidade de traçar a identidade do processo de integração, abrindo margem para que leituras do processo, como esta por exemplo, apareçam como “secundárias” por serem mais “ideologizadas”.

Em se tratando de Mercosul, em que ponto devemos deixar a reflexão sobre nossas periodizações? E se forem consideradas, como anexá-las?

Os ideários bolivarianos, tanto podem ser entendidos dentro de um desejo histórico integracionista, - que deu partida ao período revolucionário das

lutas pela independências coloniais e à construção das nações latino-americanas, ocorridas entre 1810 e 1824, - como também podem expressar, se analisados em profundidade, o movimento realizado pelas elites locais, os *criollos*, que manteve regimes escravocratas e exploratórios por boa parte do século passado. É preciso ressaltar, nesse contexto, que esse movimento garantiu, sob a égide de regimes liberais, que governos autoritários mantivessem nossa porção continental mergulhada em condições de atraso social, ignorância e violência.

Pensar em livre comércio para as Américas, remete-nos imediatamente para o debate montado entre Immanuel Wallerstein e Steve Stern<sup>9</sup> sobre a posição latino-americana colonial, frente aos modos de produção predominantes no período. Seria a América Latina, durante o período colonial, uma região capitalista ou medieval? A resposta a esta pergunta desemboca em uma polêmica, pois estava integrada a um sistema mundial. O que não era consenso é saber até que ponto esta integração permitiu um crescimento econômico planejado para as colônias. O que é certo é que, desde sempre, a América Latina serviu de corredor para o exercício do livre comércio e que, de sua existência, dependeram o crescimento das modernas economias capitalistas européias.

E, ao que parece, para o século XX, mesmo que parte da *intelligentsia* mundial afirme que o mundo pós-guerra trouxe novos marcos de constituição para as nações, a revisão do que foi esta última metade do século nos leva por um via de análise em que o *boom* desenvolvimentista e a ideologia do Estado de bem-estar concorreram diretamente com os dados alarmantes que esses próprios organismos divulgaram.

---

<sup>9</sup> Wallerstein, Immanuel. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo.** Conferencia Magistral en el XX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, México, 2 al 6 de octubre de 1995. Stern, Steve J. **Feudalismo, Capitalismo y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe.** In: Revista Mexicana de Sociología. Año XLIX/Núm.3, Julio-Septiembre de 1987.

## **2.2. O Mercosul e as instituições de uma nova pauta global**

Se precisamos lidar com o fato de que, sobretudo nesta segunda metade do século, surge no planeta um conjunto de organismos que passam a determinar politicamente a relação do desenvolvimento da economia e da política global, e que, neste final de século esses organismos não podem deixar de inserir em suas pautas globais o posicionamento frente aos recentes acordos econômico-comerciais e suas perspectivas políticas integracionistas, então cremos que é preciso revisitar seus enfoques e procurar entender como estruturam suas estratégias de influência nos recentes acordos de integração sub-regionalizados, sobretudo por na região do Mercosul.

No caso da América Latina, a peculiaridade reside no fato de que, pelo menos desde as primeiras revoluções pela independência de nações latino-americanas, as políticas de desenvolvimento freqüentemente possuem um fundo ideológico que remonta a um ideal integracionista, para além de uma esfera meramente econômica ou racionalista. Além disso, os constantes acontecimentos mundiais, - principalmente envolvendo a criação da ALCA e a presença dos Estados Unidos como o principal protagonista, aliados ao amplo interesse da Comunidade Européia nas intensificações de relações comerciais com a América Latina, via blocos econômicos, - vem colocando novos elementos para a análise e suscitando outras opiniões que aparentemente tendem a migrar mais para o campo político-ideológico em detrimento da visão extremamente racionalista do processo de integração regional.

No caso do que ocorre em nosso continente, - diante de todo um clima positivo criado a partir da crença de que o poder hegemônico dos Estados Unidos vem sendo dividido sistematicamente e que o principal fator de tal divisão é a opção dos países de se agruparem em blocos regionais para a troca comercial, - alguns autores não economizam suspeitas de que o jogo está apenas começando. É o caso, por exemplo, de Hélio Jaguaribe(1998) e Maria

da Conceição Tavares(1998) que combinam na avaliação de que é impossível a participação de um Mercosul na ALCA. Os interesses norte-americanos vão até o momento em que se torna possível ter parceiros comerciais individuais, ou seja, é muito mais fácil lidar com interesses de países isolados do que com países organizados em fortes e representativos blocos econômicos.

Em recente declaração do *Foro Parlamentar* ocorrido junto a *Primeira Cúpula dos Povos da América*, em abril de 1998, em Santiago no Chile, é possível perceber o quanto vem sendo conflitivo para os setores representativos da sociedade na América Latina a idéia de constituição da ALCA. Definida como uma estratégia básica das hegemonias regionais, muito mais que uma área de livre comércio, a ALCA tencionaria pelo enquadramento dos países latino-americanos a um acordo global que permitiria uma ampliação da entrada de empresas transnacionais em todos os setores de serviços, de telecomunicações, saúde e seguridade social dos sistemas financeiros, da propriedade intelectual, das compras governamentais e inclusive das inversões. (Declaración del Foro Parlamentario, 1998: 1)

Isso demonstra bem a disposição que tanto forças representativas da esquerda quanto da direita, inicialmente reunidas em organizações civis e sociais intercontinentais, vem tendo para que se estabeleça um clima de representação do Mercosul ou das estratégias de acordos econômicos regionais como sendo parte de um novo projeto histórico, passível de se contrapor a qualquer atitude de ataque aos nossos interesses nacionais: “ *Na hipótese de formação da ALCA, a identidade do Mercosul, enquanto somente zona de união aduaneira, seria extinta no âmbito hemisférico. Logo, é necessário que se aprofunde a integração sub-regional em campos não exclusivamente comerciais, para que se preserve a identidade do Mercosul.*” (PEREIRA, 1997: 58).

E perguntamos: o que, de fato, poderia significar o aprofundamento de uma integração sub-regional em campos não exclusivamente comerciais?

O que se coloca para nós, e talvez aí surja como questão inicial, é saber exatamente se a partir dos acúmulos da nossa história econômico-

comercial e principalmente político-cultural da América Latina é possível projetar uma estratégia de integração regionalizada, em nosso caso o Mercosul, como sendo a mais eficaz para a contraposição de projetos impostos pelas perspectivas hegemônico-globalizantes.

Acreditamos que à medida que o Mercosul e os demais acordos integracionistas ganham extensões conceituais que suplantam sua idílica posição de pacto comercial, - e se voltam também para as questões referentes à política e à ideologia, - temas como o da identidade latino-americana e da integração cultural ganham espaço de discussão, concorrendo e confluindo com outras teorias integracionistas de base epistemológica mais recente como a da integração econômico-comercial do continente.<sup>10</sup>

Nesses últimos anos, surgiram novas bibliografias e espaços de discussão, ressaltando-se aí a imprescindível presença da Internet para a disponibilização de informações, procurando dar ênfases diferenciadas ao fenômeno da integração continental ou sub-regional.<sup>11</sup> Outras dimensões passaram a ser mais discutidas, como a participação popular nos espaços decisórios. Isso tem servido para que ampliemos a noção de que esses acordos e seus resultados de fato possam influir diretamente nos vários modos de organização da sociedade.

No caso do Mercosul, surgiram tantos novos elementos que é necessário que acompanhem seus movimentos, os objetivos e os lances reais dos sujeitos até agora envolvidos. O que está colocado é que necessitamos abordar o tema com o compromisso de quem precisa desnudar a lógica subjacente ao acordo, forçando com isso uma descentralização dos espaços de discussão e decisão.

Diante dessa realidade surgem alguns questionamentos, tais como: quem apóia ou não o acordo? Seus resultados até agora, tem sido mais ou menos

---

<sup>10</sup> Consultar o estudo bibliográfico que realiza Alfredo da Mota Menezes em seu livro: **Do Sonho à Realidade. A integração Econômica Latino-americana**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

<sup>11</sup> Guevara Niebla, Gilberto/García Canclini, Néstor(coords.) **La educación y la Cultura ante el Tratado de Libre Comércio**. Nexos-Nueva Imagen. México, 1992. Straubhaar, Joseph D. **Más allá del imperialismo de los medios. Interdependencia asimétrica y proximidad cultural**, en *Comunicación y sociedad* 18-19, Colima, Mayo-diciembre de 1993. Achúgar, Hugo. (ed.) **Identidad, políticas culturales e integración regional**. FESUR. Montevideo, 1994.

benéficos para a região? Qual a situação social das sociedades do Mercosul? Que tipos de impactos as políticas desenvolvidas até agora, em torno do Mercosul, atingiram os modos de vida e as formas culturais existentes na América Latina? Qual a interferência das forças político-ideológicas a respeito do traçado da integração impresso até o momento? Por que parece que as sociedades dos países envolvidos no acordo, em sua forma de representação mais popular, permanecem alheias? Afinal de contas, o que tem a ver o Mercosul, como forma predominante no subcontinente de idéia de integração econômica, com as questões referentes à cultura política da América Latina?

Subentendido como parte de uma nova estratégia de inserção internacional latino-americana, o Mercosul surge cada vez mais com forte apelo integracionista, num sentido que vem estendendo a discussão do campo econômico-comercial para os campos social e político-cultural.

Mas surge de onde? Quem são os responsáveis por essas novas perspectivas? Que fatos são determinantes para que o Mercosul tome outros contornos?

Como já dissemos, as recentes atitudes dos governos norte-americano e europeus de levar a sério a atual presença internacional da América Latina via blocos econômicos, surgem como variáveis decisivas para que o Mercosul seja também levado mais a sério por setores diversos das sociedades existentes na porção latina do continente. A ampliação das perspectivas de compreensão do que é e do que pode vir a se tornar o Mercosul vem sendo permeada pela anexação de mitos, símbolos, tradições, personagens e diversos outros elementos que acompanham nossa história de quinhentos anos. Ainda mais nesse momento em que se tem discutido e produzido muita coisa a respeito do V centenário das Américas.

Disso resulta que hoje se torna possível pensar e encontrar eco em avaliações segundo as quais as teorias integracionistas desde uma perspectiva cultural até uma perspectiva econômico-comercial podem desenvolver níveis de interação social antes nunca vistos.

Por certo que muitas das nossas questões históricas foram suplantadas, outras permanecem e ganham novo contorno. Uma das principais é a tão esperada modernização sem exclusão social. Para tanto nos dizem " Façam bem o dever de casa." É preciso escolher um modelo a seguir, uma forma de inserção internacional que nos possibilite obter um lugar reconhecido no ocidente.

Nos anos 90, ganha força a idéia de globalização e de resposta a seus efeitos perversos via regionalização e blocos comerciais. Nesse contexto o Mercosul aparece como um dos modelos que, na América Latina, procura demonstrar o quanto é possível dar essa resposta a um mundo competitivo como nunca antes visto. Entretanto, também vivemos um momento de ascensão e multiplicação dos organismos de regulação e proteção das políticas mundiais de integração.

O agrupamento dos países dentro do sistema das Nações Unidas traz reflexos importantes para a história recente da planeta. É indiscutível que desde a Organização dos Estados Americanos(OEA) até a Organização da Unidade Africana(OUA), passando pela Liga dos Estados Árabes, a Conferência Islâmica(OCI), o Conselho da Europa e a Comunidade Econômica Européia(CE/CEE) e outras organizações similares, todas tem sido expressão de acirramento ante a necessidade de um modelo de integração.

Na América Latina, algumas dessas organizações perderam prestígio e foram substituídas, como é o caso da ALALC(Associação Latino Americana de Livro Comércio) que fracassando cedeu lugar a ALADI(Associação Latino Americana de Integração). Outras vem perdendo espaço como é o caso da OEA(Organização dos Estados Americanos) que no momento vem sendo substituída pelo SELA(Sistema Econômico para a América Latina). Porém, é preciso reafirmar que nenhuma dessas alterações, no caso da América Latina, deixou de ser tutelada pela ONU(Organização das Nações Unidas) e sua subsidiária aqui no continente, a CEPAL(Comissão Econômica para a América Latina).

O Mercosul surge nesse meio como um acordo comercial bilateral entre Brasil e Argentina, logo se estendendo pelo cone sul e abrangendo quatro países: Os dois citados mais o Uruguai e o Paraguai. Em pouco tempo desperta o interesse de outras nações latino-americanas como o Chile, a Bolívia e a Venezuela. A agilidade de suas negociações, o cumprimento das agendas e o interesse de divulgação e estudo do Mercosul o colocam como uma força crescente e representativa no continente, um modelo a ser seguido.

Desde a sua criação em 1991, com a assinatura do *Tratado de Assunção* pelos países membros até o momento da *Iª Cúpula das Américas* em 1994, na cidade de Miami nos EUA, pode-se dizer que o tema Mercosul possui interesse exclusivo para os setores oficiais mais representativos do acordo.

Tanto é assim, que durante a *Iª Cúpula das Américas*, os EUA propõem a criação de uma Área de Livre Comércio para a região, que por enquanto surge como intenção e compromisso de encaminhamento.

Os países membros do Mercosul, bem como a quase totalidade dos países latino-americanos com exceção de Cuba, assinaram a carta de intenções do Acordo. Nesse momento, já é perceptível que a nova forma de composição da imagem dos EUA de liderança pela coação ou pelo consentimento, é o livre-comércio como argumento de manutenção de hegemonia.

A partir desse evento até a *Reunião Ministerial e Foro Empresarial de Belo Horizonte* em maio de 1997, os debates vem se intensificando mas ainda não se acirraram. Todavia, podemos apontar algumas conseqüências dele advindas:

1. É a partir dessa reunião que os EUA se posicionam claramente desfavoráveis à quebra das suas barreiras alfandegárias. Como exemplo temos que os americanos prejudicaram 26% das exportações brasileiras, sendo que os índices para produtos como a laranja e o açúcar chegaram a 50%. (O Estado de São Paulo, 1997)

2. Ficou claro o descontentamento da opinião pública norte-americana endossada pelo congresso no momento da desaprovação do *fast-track*, que seria uma medida indispensável para o apressamento dos processos de negociação da ALCA.
3. O Mercosul emerge como um forte instrumento de barganha política na América Latina, após a firme posição de não apressar as negociações a respeito da ALCA. A conquista de importantes posições no acordo, como por exemplo o caso do Brasil na partilha da presidência da fase final do processo da ALCA junto com os EUA, demonstra a dinamização e correlação de forças de que o acordo é capaz.
4. A União Européia aponta uma contra ofensiva à proposta hegemônica dos EUA e propõe uma reunião de Cúpula com o Mercosul para 1999.

Estes e outros fatores promovem uma ampliação e um crescimento vertiginoso do interesse pelo fenômeno Mercosul. Declarações governamentais reforçam a idéia de que as tarifas comerciais fazem com que empresários se entendam, mas isso não significaria necessariamente a união do povo(FHC. O Estado de São Paulo, 1997). A sociedade abre suas portas para a discussão do acordo. Outros atores que não empresários, chefes de Estado e sindicatos produzem idéias e passam a fazer vigília atentos ao que é discutido e encaminhado nos espaços de decisão do Mercosul.<sup>12</sup>

Projetos do tipo de pactos econômicos e comerciais regionalizados e sub-regionalizados, em específico o Mercosul, longe de serem o modelo de desenvolvimento ideal, a partir da Iª Cúpula das Américas(1994) foram crescentemente preenchidas pela crença de que poderiam vir a se tornar de alguma forma instrumentos estratégicos para interesses da região.

---

<sup>12</sup> Com uma consulta à página eletrônica da Rede Acadêmica Uruguiaia que concentra grande parte de sites sobre o Mercosul, é possível perceber o quanto o tema vem despertando interesse de universidades, movimentos sociais e instituições afins. Cf. [www.rau.edu.uy/mercosur/](http://www.rau.edu.uy/mercosur/)

Em setembro de 1996, em uma declaração do Grupo do Rio, trinta líderes de Estado da América Latina subscrevem que estão convencidos da importância da cultura como fator de integração dos povos latino-americanos. A diversidade das culturas por aqui existentes expressaria a riqueza das nossas sociedades. Frente a isso, seria de extrema importância que os chefes de governo participantes do Grupo do Rio voltassem brevemente a se encontrar para desenhar um plano de ação no campo da informação, buscando a cooperação para a integração cultural na região. (Declaración de la X Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno del Grupo de Rio, 1996: 4 de 5)

O lugar-comum que compreende essa retórica política é quebrado, de um lado, por estudos acadêmicos que expressam as mesmas necessidades, mas predominantemente, partindo de uma constante: a primazia do novo papel histórico do regionalismo econômico-comercial como carro chefe ao qual devem ser adicionadas as esperanças de integração do continente.

"Para caminar y hasta llegar a la integración económica comercial desde nuestras heredadas economías no complementarias, hemos de partir de nuestra reciproca solidaridad basada en nuestra identidad cultural común para comenzar (ya que estamos desmonatizados) por el trueque de servicios, materias primas y limitadas tecnologías disponibles en nuestros países."(Treto, 1996:49)

Idéias de autores polêmicos são reeditadas como é o caso de Jorge Castañeda que, enfocando a situação das esquerdas latino-americanas, arriscasse nas respostas aos tempos difíceis e defende que ao mesmo tempo que as esquerdas devem se opor a desenvolver formas de integração com países mais ricos terão que aceitar as formas de integração regionalizadas como o possível a ser feito nesse atual estágio do capitalismo mundial(Castañeda, 1994). Do contrário, não haverá viabilidade econômica para a América Latina, e isto deve ser colocado para uma esquerda que atualmente está completamente destituída de projeto de futuro.

“A integração do continente como um todo pode ser um processo tão árduo e lento que implicitamente adiaria qualquer ampliação real do espaço econômico para as calendas gregas. Em compensação, a integração econômica regional amplia os mercados, cria economias de escala, acentua a autonomia regional e concentra comércio e investimentos entre parceiros equivalentes, desviando-os de outros sócios economicamente muito mais poderosos.” (Castañeda, 1994:262)

Aqui percebemos o quanto estamos sujeitos ao único modelo de desenvolvimento econômico e por que não social e cultural, possível de nesse momento se aproximar das velhas intenções de integração latino-americana.

Entramos, portanto, em um mundo de extrema racionalidade instrumental, de eficácia produtiva, de progresso técnico, quesitos prioritários para uma efetiva inserção internacional da região.

Entretanto, por mais que se planejem estratégias de superação dos problemas, o princípio da convergência e correlação das forças aparece como devendo ser o mais realista. Weffort(1995) representa muito bem essa posição, ao dizer que as diferentes acepções do conceito de integração não se contradizem necessariamente, ao contrário, elas podem se reforçar reciprocamente. A integração social seria reforçada com a integração regional, que por fim deveria desembocar na integração internacional da América Latina com vistas à participação das correntes dinâmicas que se observam no mundo moderno.

Essas correntes poderiam fazer parte de um projeto de modernidade via projetos interligados de integração. Do social iríamos ao regional e daí à nova ordem mundial. Na lógica de Weffort, torna-se perfeitamente possível a junção de um projeto muito antigo e representativo de uma América Latina integrada plenamente, contrastada por exemplo, com os interesses de nações como os Estados Unidos.

Hoje, passada a IIª Cúpula das Américas, realizada em abril de 1998 na cidade de Santiago no Chile, muitas das predisposições assumidas pelos países constituintes do Mercosul continuam de pé, da mesma forma que os

EUA permanecem nas promessas de redução das barreiras tarifárias. O *fast track* é item a ser discutido a partir de 1999.

Nesse intervalo muitas coisas importantes foram definidas, como a proposta de uma agenda de discussões entre o Mercosul e a União Européia, a adesão a um compromisso democrático ao qual filiaram-se formalmente o Chile e a Bolívia e o prenúncio de relações futuras e objetivas com a África do Sul.

O acontecimento simultâneo com a IIª Cúpula das Américas, a Cúpula dos Povos das Américas, iniciativa de diversas entidades civis americanas, entre elas a AFL-CIO, a ORIT e a CUT Brasil<sup>13</sup>, demonstra o quanto o atual cenário internacional vem sendo questionado e que as coisas não estão tão bem assim. Cada dia fica mais evidente que o que pareciam vozes isoladas de repúdio às ações de governantes e reduzidos mas representativos grupos de interesse, agora ganham corpo e fazem eco entre as forças populares da América Latina.

E essas mobilizações, mesmo circunscritas a fatos políticos demarcados, nos forçam a refletir que não há como escapar que a idéia de integração política e cultural da América Latina passa necessariamente pela construção das sociedades nacionais, por meio da afirmação das suas identidades via revoluções e revoltas populares, sempre frente a um inimigo de fora. De todos os elementos de constituição latino-americana a identidade é central. Dieterich(1994) afirma que característico da América Latina é o fato de que a Identidade sempre foi constituída a partir de um centro exterior. Para confirmar essa tese, Dieterich volta-se para o período do segundo pós-guerra, no momento em que surgem as corporações multinacionais que passam a criar um mundo internacional a sua própria imagem, que pela visão do autor,

---

<sup>13</sup> Ver: Relatório: **Perspectivas para a Alca e o Mercosul após a Reunião da Costa Rica e a Cúpula de Santiago**, 1998, escrito por Maria da Conceição Tavares e distribuído pela assessoria do Partido dos Trabalhadores da Câmara dos Deputados Federais em Brasília.

A Professora e deputada federal pelo PT/RJ Maria da Conceição Tavares participou do *Cumbre de los Pueblos de América*, realizado no Chile dia 17 de abril de 1998 e contribuiu para a elaboração da Declaração do Foro Parlamentario que, entre tantos tópicos desenvolvidos, questionou a validade de um processo de integração pan-americano em que não é prevista a participação de Cuba como uma das nações beneficiadas pelo acordo.

encontram um novo apogeu ante as novas estruturas supranacionais como é caso do Nafta e da União Européia. Acrescentaríamos, a presença dessas estruturas na América Latina através da OMC, da CEPAL e da ALALC.

Estes últimos, como já citamos, foram ou são todos organismos regulatórios de proposição de políticas de integração que compreendem diversos campos de abrangência: desde o comercial, passando pelo social e chegando às políticas que envolvem recomendações de medidas de caráter político-cultural.

Nesse ínterim, como veremos mais adiante, os vários documentos, textos e discussões arrolados por esses organismos, de um modo geral, utilizam-se de uma relação de explicação do futuro do continente com base nos acúmulos históricos vivenciados pelos povos e nações aqui presentes, mas sempre pautados pelos seus interesses políticos e comerciais. Fazendo-nos crer que os seus interesses devem ser os interesses da América Latina, passam a idéia de que há um real investimento para que a porção latina do continente ganhe um papel central na economia mundial.

Todavia, mesmo com graves problemas de transparência política, o conceito de integração vai ganhando contornos que o aproxima de nossa época e da lógica hegemônica que o condiciona.

Um forte trabalho de convencimento por parte desses organismos dita que uma maior integração cultural dos países latino-americanos e destes com outras culturas e o mercado mundial se está produzindo já desde há uns 50 anos por meio do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, da indústria cultural e da intervenção dos próprios organismos transnacionais e intercontinentais. Primeiro o rádio e o cinema, logo após a televisão e as últimas tecnologias (fax, correio eletrônico, Internet, comunicação por satélite) tem nos vinculado de modo fluídico e simultâneo com as informações internacionais uma vez que facilitam a exportação de alguns produtos culturais latino-americanos, como as novelas brasileiras e as mexicanas e certas tendências como a músicas latina e a afro-brasileira.

Hoje, encontramos uma boa margem de referências na literatura especializada que liga a história de constituição desses organismos e a crescente interdependência relativa dos países do terceiro mundo aos países do norte.<sup>14</sup> O que está em questão é o quanto esses organismos legitimam e definem a manutenção desta relação de desvantagem histórica, principalmente em uma época em que o discurso se renova e os mesmos organismos passam a ter um papel cada vez mais proeminente em porções continentais como a América Latina, ou, ainda, em programas de políticas regionalizadas como as de integração, ou as que ligam a modernização com a abertura direta dos mercados, ou mesmo o incentivo às políticas de desenvolvimento presentes em diversos programas de assistência social, políticas culturais, ou financiamento do chamado terceiro setor.

Reafirmamos nossa preocupação no modo como alguns dos organismos internacionais que possuem inserção direta na região do Mercosul, tais como a CEPAL, o SELA, a ALADI, o BIRD, o Banco Mundial e a UNESCO entendem as questões referentes à integração. Entendemos que esta compreensão de algum modo interfere na visão que os próprios estados-partes possuem do seu papel histórico na elaboração de políticas de integração.

Somente nos arriscamos por esse caminho por perceber que hoje torna-se possível, para qualquer cidadão atento, conseguir acesso a informações que demonstrem de modo mais transparente como vem se constituindo a inserção desses organismos e de inúmeros outros em campos específicos como o do financiamento direto em políticas de integração e políticas culturais. O número de relatórios, dados disponíveis através do acesso a bancos e bases de dados *on line* ou não e a literatura específica, tornaram possível o levantamento de informações mínimas para o exercício proposto aqui.

---

<sup>14</sup> As seguintes obras ilustram o nosso argumento. Em especial, Araújo, A. **O governo brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto**. Brasília (IPEA/131), 1991. Soares, M. Clara. **50 anos de Bretton Woods**. Revista Democracia, IBASE, v. 10, n. 106, set-out. 1994. Da mesma autora, **Quem ganha e quem sofre os danos das políticas do Banco Mundial/FMI**. Cadernos do IBASE, n. 16, julho de 1993. Tommasi (et al.) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 1996.

### **2.3. As Comissões Mundiais e a governança global**

A década de 90 está se caracterizando como sendo o tempo marcante de um espaço político globalizado e universalizante. Até aí nada de novo. Tudo se baliza por uma nova ética, pós-comunista, que deve ou deveria ser desburocratizada, de economias abertas e de renovado ânimo para a superação das desigualdades sociais, acumuladas como ‘entulho’ histórico por um século militarizado, polarizado ideologicamente e revolucionário.

A perspectiva de superação de velhos dogmas, de formas tradicionais de governo de Estados industrializados, e a constatação de que boa parte dos programas de reconstrução nacional levados adiante por diversos organismos internacionais fracassou nos seus objetivos mais basilares, trouxe para boa parte do ocidente, entendendo-se aí os países desenvolvidos e seus organismos de operação programática, a disposição para reverem seus projetos de desenvolvimento econômico e de combate aos efeitos perniciosos do atual modo de produção.

Por conta disso, montaram-se receituários específicos para cada região do planeta, em cujo âmbito a conjunção dos esforços dessas diferentes instâncias, ou seja, Estados e organismos supranacionais deveria resultar no endosso de uma política internacional única.

Não seria exagero falarmos em década do gerenciamento. Assim vem se constituindo como paradigma que pressupõe um acervo de códigos específicos que serve para determinar de que ponto se está falando. Gerenciamos recursos humanos, financeiros e, sobretudo, ambientais. Temos que sustentar o desenvolvimento e isto não é feito somente em nível de encaminhamento de políticas intragovernamentais ou geopolíticas. As metas traçadas são consensos que devem chegar ao nível do local, e produzir efeito social, transformando a base de sustentação valorativa da vida em sociedade.

No momento em que sobram críticas para o desempenho político de determinados organismos como a ONU, a UNESCO ou a OTAN por exemplo<sup>15</sup>, uma das estratégias de manobra encontrada é o estabelecimento de comissões mundiais. Surgem diversas: *a Comissão Brandt*, *a Comissão sobre Governança Global*, *a Comissão mundial de Cultura e Desenvolvimento*, *a Comissão Sul*, *a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente* que em nome de uma provável maior autonomia, produziram documentos de extremada importância para aqueles interessados em perceber como são afinadas as políticas mundiais ocidentais com as realidades nacionais, sobretudo de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

O *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*, elaborado na primeira metade desta década sob o comando de Javier Pérez de Cuéllar,<sup>16</sup> demonstra logo de início que há um processo de desencanto a respeito do progresso material da humanidade, aliado ao elevado nível de consumo por parte de privilegiados, em meio a um quadro de miséria de massa e a persistência de índices elevados de desemprego, colocando a cultura e a identidade cultural como um dos elementos mais relevantes da agenda pública a tal ponto que “ (...) *integrar as questões culturais nas estratégias globais de desenvolvimento, bem como nas pautas mais efetivas de ação, deveria ser a etapa seguinte no processo de reavaliação de desenvolvimento*” (Cuéllar: 1997, 11)

Realizados os ajustes econômicos, definidas as pautas de financiamento e administração das crises financeiras, abre-se espaço para a discussão de temas como a migração, a troca e a produção de bens culturais, o desenvolvimento educacional e o incentivo à ciência e à tecnologia. São

---

<sup>15</sup> Dois autores tem experimentado analisar a chamada sociedade global na perspectiva de procurar desvendar qual a lógica interna que faz dela nada mais do que uma nova roupagem política que mascara velhas relações de dominação e controle. Trata-se de Noam Chomski, e Heinz Dieterich Steffan que dos EUA e do México colaboraram, respectivamente para a publicação das seguintes obras: Steffan, Heinz Dieterich. **Globalización, Exclusión y Democracia en América Latina**. México: Joaquim Moritz. 1997. Steffan, Heinz Dieterich. **América Latina: Educación e identidad cultural**. In: Educação & Sociedade, nº 48, agosto de 1994. e finalmente, Chomsky, Noam & Dieterich, Heinz. **La Sociedad Global: Educación, Mercado y Democracia**. México: contrapuntos, 1995.

<sup>16</sup> Cf. Cuéllar, Javier Pérez de. (Org.) **Nossa Diversidade Criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas, SP: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.

itens, pressupomos, que devem merecer maior atenção da nova governança global. Não resistiríamos no reconhecimento de que a superação de alguns desses itens, que podem ser vistos como problemáticos, coexistem sob forma de incentivos e investimentos em programas de desenvolvimento levados adiante pela UNESCO, pelo BID, pelos próprios estados nacionais, mas não é difícil de entender porque Cuéllar os considera incipientes.

A *Comissão* culpa o período da Guerra Fria que por muito tempo escondeu diversas reivindicações e tensões locais, por causa da escassez de recursos ou da má administração da sua distribuição. Não por outro fator vivemos este jogo de empurra produzido por esses conflitos passados que se renovam hoje sob forma de novos confrontos entre comunidades étnicas, religiosas e nacionais. (Cuéllar: 1997, 13)

A saída para a resolução desses problemas, em que pese a função da *Comissão* de sugerir ações inovadoras à Unesco, vai de encontro aos paradigmas de desenvolvimento das nações predominantes no planeta há pelo menos 50 anos. A nova roupagem determina que a cultura deve estar aliada ao desenvolvimento. Tentar resumir a cultura à posição subsidiária de mera promotora de crescimento econômico, seria muito fácil. Portanto, a cultura deve ser entendida como a finalidade última do desenvolvimento, definido, por sua vez, como o florescimento da existência humana em seu conjunto e em todas as suas formas. (Cuéllar: 1997, 33)

Entramos definitivamente no campo dos valores humanos mais básicos. A cultura em toda a sua complexidade e infinidade de acepções somente representará o que realmente deve ser e é, se estiver sintonizada em uma ética universal. E o que pressupõe tal ética?

Para a *Comissão*, significa a emergência, em primeiro lugar, de uma cultura cívica global. A legitimidade democrática é o fator creditado pela *Comissão*, para expressar sua percepção de que a escolha do método de governo já não ser vista como uma preocupação puramente nacional. A comunidade mundial admite que a participação democrática representa uma grande preocupação internacional.

Esta perspectiva disfarçadamente pró-intervencionista coloca que determinado conjunto de valores culturais, devem estar atrelados a um *modus vivendi* estabelecido como num contrato social rosseauniano que tem o poder de alçar a humanidade das mazelas em que está mergulhada. Seus elementos estão descritos do seguinte modo no relatório da *Comissão*:

Não deve faltar a uma ética universal;

1. Direitos Humanos e responsabilidades;
2. A democracia e os componentes da sociedade civil;
3. A proteção das minorias;
4. O compromisso com as solução pacífica das controvérsias e com as negociações eqüitativas;
5. A equidade em cada geração e entre as gerações;

Estes são os princípios básicos que deveriam reger os programas de desenvolvimento implementados e estimulados pela Unesco. Apenas não devemos esquecer que se trata de uma comissão a serviço da própria Unesco mas que, ao menos contratualmente, deveria lançar novas questões, para que os erros do passado não fossem amplificados ainda mais.

Apesar de excessivamente genérico, o relatório é um documento muito extenso e repleto de postulados que mereceriam a melhor atenção possível. Consideramos importante frisar que a proposta de continuidade ou o desfecho de tal documento são constituídos por uma série de itens que deveriam compor a agenda internacional para os próximos anos e que talvez seja relevante apresentarmos neste momento.

Na configuração de uma agenda internacional, a Comissão sugere à Unesco :

1. Que estabeleça e patrocine um grupo independente para a elaboração e a publicação de um relatório anual sobre cultura e desenvolvimento, a partir de 1997. Seria um relatório à Unesco e não da Unesco. Um terreno para novas idéias e políticas;

2. Direitos de auto-regulamentação das comunicações, traduzidas pela promoção de um debate global a fim de gerar uma melhor compreensão e uma melhor coordenação dos esforços nacionais. Auto-regulação para proteger, sobretudo as crianças e os adolescentes de cenas de violência, degradação humana e exploração sexual (Cuéllar: 1997, 374-5)
3. A ética global na governabilidade mundial: Deve-se revisar o processo decisório do G-7; os países ricos devem dar o exemplo quanto ao cumprimento dos direitos humanos; as nações ricas devem estar dispostas a abrir suas economias e empreender ajustes estruturais na mesma medida em que pressionam as nações pobres a fazê-la;
4. Uma organização das Nações Unidas centrada nos povos: é chegado o momento de as Nações Unidas praticarem o que pregam. Os povos não tem voz direta nas operações das Nações Unidas, pois representantes governamentais assumiram todos os órgãos, incluindo a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança; Deve-se incentivar as ONG's autorizadas na Assembléia Geral das Nações Unidas a se reunirem em um Foro Mundial.

Enfoque similar desenvolve a Comissão sobre Governança Global, que resume seus esforços à necessidade de “(...) *desenvolver uma visão comum acerca do rumo a ser tomado pelo mundo na transição na Guerra Fria e na passagem da humanidade ao século XXI.*” (Comissão sobre Governança Global: 1996, XV)

Essa Comissão faz questão de frisar que um sistema de governança global não pode ser resumido ou confundido com governo global. Se assim fosse, pondera, teríamos um mundo ainda menos democrático que o atual.

Estabelece então o que deva ser uma pauta de assuntos globais que teria o poder suficiente para fomentar o equilíbrio, através da representação dos interesses de toda a humanidade, sem esquecer dos valores humanos básicos e das realidades que constituem a diversidade global. Governança, na perspectiva conceitual e pragmática pode ser assumida na proporção em que são

administrados os problemas comuns que envolvem as diversas formas de existência, como os indivíduos e as instituições públicas e privadas. Mesmo sendo global e universalizante, no entender dessa Comissão, sua interface local aparece por meio das cooperativas comunitárias, dos conselhos municipais, das bolsas de valores e dos organismos multiurbanos. As iniciativas globais seriam assumidas pelas ONG's, movimentos civis, empresas multinacionais, mercados de capitais globais e pelos meios de comunicação de massa.

Para a *Comissão sobre Governança Global* a história deste século foi definitivamente marcada pelo que surgiu no segundo pós-guerra, momento em que os EUA, por serem a única economia próspera do mundo industrializado, foram levados a uma posição de incomparável liderança econômica. A referência ressalta o papel que tanto norte-americanos como ingleses exerceram para que fosse idealizado o conjunto de instituições internacionais, visando promover a recuperação econômica, o pleno emprego, o livre comércio e a estabilidade econômica. “A *Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas, as instituições de Breton Woods e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), juntamente com o Plano Marshal criado pelos EUA para recuperar a Europa, ajudaram a lançar as bases da mais rápida e duradoura expansão da economia internacional já verificada em toda a história.*” (Comissão sobre Governança Global: 1996, 14)

Esta forma de narrativa da história e das políticas internacionais deste século demonstra que o princípio da despolitização dos fatos permanece ditando a propaganda oficial e as estratégias de legitimação de uma racionalidade ocidental, centrada em esquemas precisos de determinação ideológica, e que as regras do jogo apenas possuem sua seqüência óbvia em tempos da globalização.

Não é possível garantir nada. A *Comissão* trata de cautelosamente demarcar isto, quando avalia que as organizações regionais poderão também colaborar para que políticas protecionistas dividam o mundo. (Comissão sobre Governança Global: 1996, 19)

Visando à imunização deste que é um perigo anunciado, estabelece que para uma sociedade civil global é necessário que se desenvolva uma ética civil global que seria basicamente a qualidade desta nova relação comunitária.

Não é preciso se estender na discussão de como se estruturaria esta ética, porque segue o receituário de outras comissões. Basta apenas citar que os pilares da Comissão em questão baseiam-se em valores globais como o respeito à vida, à liberdade, à justiça e equidade, ao respeito mútuo, à solidariedade, à integridade. Este conjunto de valores devem levar os cidadãos e os povos a experimentarem uma vida mais segura, a ter tratamentos equitativos, a ter oportunidade de ganhar a vida dignamente e de prover seu próprio bem-estar, à definição e à preservação de suas diferenças por meios pacíficos, à participação em todos os níveis de governança, a igual acesso à informação e assim por diante.

Na perspectiva da atuação dos grupos econômicos regionais, a *Comissão* recomenda que as inimizades históricas devem ser sepultadas, criando com isso vínculos econômicos e políticos mais estreitos, ampliando economias de escala, desenvolvendo infra-estrutura e cavando meios eficazes para aumentar a integração numa perspectiva do desenvolvimento do progresso em nível global. (Comissão sobre Governança Global: 1996, 114)

Sendo assim, o regionalismo deve estar aberto ao mercado e a troca estimulada entre parceiros com iguais condições de negociação. Portanto, em se tratando de concorrência global somente o GATT poderá dar sentido à necessidade de maior interdependência econômica entre os países. As desigualdades econômicas atuais entre países pobres e em desenvolvimento poderiam ser resolvidas mediante reforma nas políticas internas e redução drástica das dívidas.

Isso seria levado a efeito através da caracterização de um estado formal análogo à falência comercial, por meio do qual um Estado concorde que seus interesses sejam geridos, temporariamente, por representantes da Comunidade

Internacional, podendo assim regularizar sua situação e começar do zero de novo.

Como recomendação, estes itens representam parte da disposição para que o modo de funcionamento econômico das verdadeiras economias de escala se mantenham na posição em que se encontram. Mas, e as interfaces diretas com as especificidades regionais, como são tratadas? Qual a roupagem que justifica a necessidade do desenvolvimento de uma ética global a partir das realidades das porções continentais e subcontinentais?

No caso da América Latina, é suficiente citar o exemplo da própria CEPAL, que a despeito de sua história de constituição guardar um percurso de várias fases específicas e níveis ideológicos contrastantes, surge no rastro da idealização dos organismos internacionais de regulação política e econômica e supomos que hoje compõe o conjunto de organismos regionais passível de, segundo a ótica da *Comissão sobre Governança Global*, tanto consolidar uma ética cívica global quanto contribuir para o aprofundamento do fosso que separa as realidades de muitas nações e as mantém num quadro de estagnação e isolamento.

Para a década de 90, a CEPAL desenvolve o conceito de *Transformação Produtiva com Equidade*, pelo qual são gestados as noções básicas de inserção internacional das economias latino-americanas, de modo a que os tecidos interculturais dêem conformidade à constituição de sociedades equitativas e integradoras, livres, tolerantes e com maior capacidade de autodeterminação, sustentabilidade ambiental e estabilidade democrática. Esta perspectiva culturalista da TPE somente é possível porque a teoria permite tal plasticidade.

Calderón(1994, 109) utiliza o novo direcionamento programático da CEPAL para fundamentar uma leitura traspassada pelos bens simbólicos históricos e contemporâneos da América Latina, conseguindo com isso repassar as principais recomendações ditadas pelos organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Tanto isso é relevante que esta percepção aparece como uma das suas principais hipóteses. A transformação produtiva com equidade, como proposta de desenvolvimento para os países da região, não pode prescindir das principais características culturais da sociedade latino-americana. (Calderón et al: 1994, 110)

A nosso ver, em parte isso justifica o porquê das políticas econômicas e socioculturais da região estarem tão intimamente ligadas aos financiamentos desses organismos ou bancos internacionais. O sistema de tutela prevê a administração dos bens simbólicos de modo que seu gerenciamento não atrapalhe o fluxo de investimentos, transações financeiras e intervenções políticas na região.

Entretanto, não é possível reduzir a atuação da CEPAL na América Latina como sendo simplesmente um processo tutelar constituído por uma demanda estruturada isoladamente ou desvinculada de processos políticos e econômicos anteriores. A formulação da TPE como paradigma dominante na América Latina é seqüência direta da “década perdida”, resultante, entre outras coisas, da crise da dívida externa da década de 80.

Mesmo assim, não é possível desvinculá-la das agendas comuns construídas pelas mais diversificadas reuniões de comissões, grupos, agentes sociais e que encontram meios diversos para atingir consensos.

## **2.4. Dieterich Steffan e a crítica à lógica da governança global**

É interessante notar com Dieterich(1995:62-3) que o que se estabelece como sendo o momento mais perigoso para a existência dos Estados Nacionais, quando se fala em sociedade global, ou lógica capitalista transnacional, não passa de mais um dos papéis ativos dos Estados Nacionais dominantes para a criação de uma sociedade política global, da qual fazem parte estruturas como o G-7, a ONU, o FMI, a OMC, entre outras.

Dieterich nos pede para analisarmos a estrutura atual do sistema mundial e do que chama de Estado Global. Atenta para o fato de que todas as

suas esferas de reprodução estão organizadas de modo hierárquico, anti-democrático e exploratório.

“ La importancia de una instancia superior de concentración del poder de las clases dominantes nacionales, se repite a nivel internacional. El Consejo de Seguridad, el Grupo G-7, la OTAN, el GATT, el FMI, el BM, etc., son todos ellos elementos constitutivos del protoestado mundial capitalista que há comenzado a cumplir funciones normativas y de imposición represiva de los intereses transnacionales a nivel planetario, mientras no se haya institucionalizado aún la sociedad política definitiva de la burguesía mundial” (STEFFAN, 1995: 63-4)

Sem desmerecer as críticas muito bem montadas sobre estruturas centrais para a regulação do capitalismo mundial como a ONU, o FMI, o Banco Mundial, Dieterich julga ser de extrema relevância que se possa observar para além deles, já que são como que órgãos executivos da sociedade global. O cérebro, ou o centro das decisões, segundo ainda o autor, se encontra no distinto Grupo dos Sete, que faz valer suas objeções através do seu braço político-militar - a OTAN. Suas decisões possuem tal relevância e capacidade de mobilização de vontades como nunca antes visto no seio do sistema capitalista. E, a despeito de tanto poder acumulado, não sobra espaço sequer para que seja comandado de modo democrático pela sociedade mundial.

Enquanto isso, os organismos que possuem instâncias formal-democráticas vem restringindo seu campo de ação por limitações econômicas e políticas, impostas por Estados Nacionais do primeiro mundo. O esquema abaixo procura didatizar sua compreensão do posicionamento político e do poder de influência desses organismos no mundo contemporâneo.

**Quadro 1: O ESTADO GLOBAL**

	<b>Econômico</b> BM, FMI, OCDE, OMC		
<b>GOVERNO GLOBAL Grupo G-7</b> Estrutura Executiva	<b>Político</b> ONU Conselho de Segurança	<b>Região</b>	Europa Oriental Ásia(neocol.) África América Latina
	<b>Social/Ideológico</b> ONU, Assembléia Geral, UNESCO, PNUMA, PNUD, OIT		
	<b>Militar</b> OTAN		

fonte: Heinz Dieterich Steffan

Se considerarmos o esquema de Dieterich, então facilmente veremos que o que se denomina de uma “nova ética cívica global” não passa de um conjunto de procedimentos táticos que tem por função responder às intenções de um grupo reduzido de países que compõem uma estrutura executiva transnacional, que o autor chama de Governo Global.

O estilo de vida de fim de século, predominantemente racionalista e otimizador, determina que o mercado deve ser regulado para ser livre e mundializado. O mundo globalizado, mais do que estandardizar, busca promover níveis de interação de culturas e formas de vida como nunca antes visto. Começamos a colher agora os frutos semeados pelos esforços nortistas do imediato pós-guerra. A nós é dada a possibilidade de partir definitivamente para o rumo de desenvolvimento e consolidação da democracia como padrão definitivo. A governabilidade global não deverá ser um novo Estado Global, mas sim um conjunto de procedimentos e práticas participativas de proteção de valores de vida. A vitória do modo de vida ocidental representará a entrada do planeta em uma nova fase sustentável de tolerância, desenvolvimento equitativo, respeito às liberdades individuais e distribuição de riquezas.

Esta esperança contínua num futuro negociado remonta às mais remotas teorias internacionalistas, e dependendo da época enfocada, aparece sob uma ou outra roupagem ideológica.

Vamos aproveitar um quadro-síntese dos momentos históricos de atuação da CEPAL, na América Latina para aprofundarmos um pouco melhor este enfoque.

**Quadro 2: Síntesis de los elementos analíticos que componen el pensamiento de la CEPAL**

Elementos permanentes	Análisis histórico-estructuralista		
Períodos y temas	Inserción internacional (centro-periferia y vulnerabilidad externa)	Condiciones estructurales internas (económicas y sociales) del crecimiento/progreso técnico, y del empleo/distribución del ingreso	Acción estatal
1948-1960 (industrialización)	Deterioro de los términos del intercambio; desequilibrio estructural de la balanza de pagos; integración regional	Proceso de industrialización sustitutiva; tendencias perversas causadas por la especialización y la heterogeneidad estructural y desempleo.	Conducir deliberadamente la industrialización
1960 (reformas)	Dependencia; política internacional de reducción de la vulnerabilidad en la periferia	Reforma agraria y distribución del ingreso como requisito para redinamizar la economía; heterogeneidad estructural; dependencia	Reformar para viabilizar el desarrollo
1970 (estilos de crecimiento)	Dependencia, endeudamiento peligroso. Insuficiencia exportadora	Estilos de crecimiento, estructura productiva y distributiva y estructuras de poder; industrialización que combina el mercado interno y el esfuerzo exportador	Viabilizar el estilo que lleve a la homogeneidad social; fortalecer las exportaciones industriales
1980 (Deuda)	Asfixia financiera	Ajuste con crecimiento; oposición a los choques del ajuste, necesidad de políticas de ingreso y eventual conveniencia de choques estabilizadores; costo social del ajuste	Renegociar la deuda para ajustar el crecimiento
1990-1998 (transformación productiva con equidad)	Especialización exportadora ineficaz y vulnerabilidad a los movimientos de capitales	Dificultades para una transformación productiva social eficaz	Ejecutar políticas para fortalecer la transformación productiva con equidad

Fonte: Cepal. Transformación Productiva con Equidad, 1995.

Se notarmos bem, a constante relação entre a CEPAL como organismo específico das Nações Unidas e os Estados Nacionais Latino-Americanos sempre foi de administração de crises. Vamos pensar na idade de ouro do planeta representado pelo segundo pós-guerra e compararmos com as fases históricas da CEPAL. Está tudo ali. As respostas a um mundo bipolarizado, via industrialização precária, dependência, deteriorização social, desemprego, dificuldades de inversão e outros desajustes. Todos os símbolos, ou motivos de lutas sociais que hoje são lidos como formas populistas, mobilizações de massas ou devaneios ideológicos aparecem nas agendas cepalinas cronologicamente sincronizadas. É o caso da industrialização tardia e urbanização da região nas décadas de 40 e 50, das lutas pela terra na década de 60, das lutas pelos direitos humanos contra os regimes autoritários, - responsáveis pelo salto do endividamento externo nos 70, - do fim dos regimes autoritários e da retomada dos movimentos populares de massa em meio à crise da dívida nos anos 80 e, finalmente, da década dos 90, desideologizada, marcada pela democracia como valor passível de finalmente se universalizar. Os esforços para garantir essa predestinação estabelecem que onde hajam formas de fundamentalismos que ameacem os processos de modernização planetária, medidas devem ser tomadas para dissipá-las.

Nunca como antes os estados nacionais latino-americanos estão sendo forçados a agir para garantir esse modo de vida. A própria pauta da *Transformación Productiva con Equidad* e as exigências decorrentes dela, induzem as nações latino-americanas a reforçarem seu envolvimento com os receituários globais.

A visão de que o novo estilo de governança global encontrou condições concretas de existência, na década final deste século, não indica necessariamente que as diferenças culturais e os mais variados conflitos decorrentes delas tenham se tornado ponto pacífico. Portanto, falar no continente sob o prisma de uma ética universal, centrada sobretudo numa forma específica de relação econômica - regionalismo aberto; social - transformação

produtiva com igualdade; política – valores democráticos acima de tudo; cultural – desenvolvimento com máximo respeito aos tecidos interculturais específicos, supõe que existe um modelo que há muito vem sendo gestado, e que em hipótese alguma é o modelo constituído no Brasil, no Perú, na Bolívia ou no México. Tampouco, o modelo criado a partir das realidades sub-saarianas, ou indianas, ou chinesas.

A lógica da Governança Global que é apresentada pelas comissões mundiais a todas as regiões do planeta, aporta por aqui com uma função muito bem demarcada, que é a de induzir os países latino-americanos a modernizarem-se, tendo sempre em seu horizonte o conjunto de valores alcançados nestes últimos 50 anos, por poucas nações.

Autores já citados como Fernando Calderón, Martin Hopenhayn e Ernesto Ottone fornecem elementos para que os problemas decorrentes dessas novas tendências sejam compreendidos em suas relações específicas com as produções de identidades culturais na América Latina. Seus estudos apontam para a orientação de que esta nova ética global, ou os efeitos planejados e ‘controláveis’ da globalização devam ser assumidos aqui e para a nossa região. Mesmo assim, a lógica dominante é a que afirma que nossas diferenças substanciais, hoje devendo ser auto-refentes e auto-afirmativas (lembrem-se *do idiota latino-americano*)<sup>17</sup> nos apresentam ao mundo como uma porção continental fechada, sendo o inverso prioritário, isto é que possamos constituir uma mentalidade aberta que permita “(...) *alcanzar síntesis enriquecedoras entre tradición y cambio, y entre apertura al mundo y afirmación de identidad propia*” (Calderón et al: 1994, 125)

Porém, fica a pergunta: de qual mundo os autores estão falando? Porque o que estabelecem como parâmetro de condução de políticas de desenvolvimento certamente está alinhado com as recomendações das Nações

---

<sup>17</sup> A tese central do livro **Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano**, de Plinio Apuleyo Mendoza, Carlos Alberto Montaner e Álvaro Vargas Llosa, publicado no Brasil pelo Instituto Liberal e pela Bertrand Brasil em 1997, coloca a nós mesmos, latino-americanos, como os responsáveis pelo que somos. Portanto, não cabem mais falsos moralismos que nos vitimizam diante do outro. A “síndrome do fracasso” ou a “fracassomania” nos leva a uma espécie de idiotice intelectual, como declara Mario Vargas Llosa que apresenta o livro escrevendo de Paris, no inverno de 1996.

Unidas. A própria *Transformação Produtiva com Equidade* representa este alinhamento à medida que compõe o receituário para a região, nesta década final.

O quadro montado pelos autores e apresentado a seguir, pode nos dar mais pistas para nossa pergunta.

**Quadro 3: Resultados da Modernidade: Identidades Culturais, Modernização Econômica e Democracias (Pós 50)**

<i>Culturas</i>	<i>Identidades</i>	<i>Capacidade Integradora</i>	<i>Regime</i>	<i>Resultado</i>
Japão/Sudeste Asiático	Assumidas não-pluralistas	Includente	Democracias com limites	Expansão secularizadora pouco conflitiva
Índia	Assumidas parcialmente	Parcialmente includente	Democracias com limites	Conflitualidade econômica e cultural crescente
Países Islâmicos	Escassamente assumidas (ocidentalização nas elites)	Restringidas	Autoritário	Reemergência neo-fundamentalista
Ex-URSS	Escassamente assumidas (processo de homogeneização de cima)	Includentes parcialmente	Autoritário	Conflitualidades culturais e econômicas crescentes
América Latina	Escassamente assumidas (processo de homogeneização de cima)	Truncadas e de inclusão muito restringida	Democracias frágeis	Conflitualidades culturais e econômicas crescentes
Europa-EUA	Assumidas auto-referidas	Includente	Democracias estáveis	Conflitualidades culturais e econômicas parcialmente crescentes

Fonte: CALDERÓN, Fernando, HOPENHAYN, Martín & OTTONE, Ernesto. Hacia una perspectiva crítica de la modernidad: Las dimensiones culturales de la transformación productiva com equidad. In: Educação e Sociedade, nº 47, abril de 1994.

Neste quadro que representa um esquema-síntese dos vários projetos civilizacionais do planeta, podemos ver bem qual o critério de elegibilidade adotado pelos autores para definir qual o melhor mundo para estarmos abertos.

De todas as regiões caracterizadas acima, é possível considerar que valores como direitos humanos, democracia, sociedade civil, proteção as minorias, soluções pacíficas e negociações equitativas, ocorrem em grande escala nos EUA e na Europa. Somente ali estes valores existem em grandes proporções, pois as identidades são auto-referidas, suas capacidades integradoras são altamente includentes, partilham de sistemas de vida construídos com base em democracias estáveis e como resultado, nesse final de século, apresentam índices parcialmente crescentes de conflitos culturais e econômicos.

Nada mais justo para os autores do que considerar suas realidades próprias como sendo o *ethos* referencial de uma ética cívica global.

Entrar no jogo dos esquemas fáceis como o montado pelos autores significa correr o risco de reforçar tendências de análises. Em nosso caso funciona muito bem, e voltaremos a Steffan mais à frente para nos ocuparmos mais um pouco disto como um problema.

Um outro exemplo de montagem de esquemas fáceis é o apresentado por Carlos Moneta(1996: 1 de 13) que reproduz o mesmo quadro de Calderón, Hopenhayn e Ottone, mas apresenta algumas peculiares modificações. Para o autor, no caso da América Latina, as democracias em vez de frágeis aparecem como em consolidação. Surgem os conceitos de moderno e pós-moderno para justificar que nossos perfis culturais aparecem distribuídos geograficamente em poucas regiões onde se percebe uma real incorporação das culturas moderna e pós-moderna. E o projeto de ocidentalização ainda é apenas assumido pelas elites.

O sentido montado por Carlos Moneta ultrapassa as leituras de Calderón e seus amigos no sentido de que a América Latina é vista como um processo tardio, mas em andamento.

O então Secretário Permanente do Sistema Econômico para a América Latina – SELA - aceita as teses da globalização cultural que determinam entre outras coisas, que as nações latino-americanas devam intensificar seus

processos de incorporação de instrumentos e práticas que darão ingresso garantido à nova ordem mundial (Moneta: 1996: 7 de 13)

A incorporação de teses de intelectuais que levam à frente os estudos culturais na sub-região, como de Calderón e seus colegas, demonstra bem como os conceitos podem ser adaptados de modo a justificar políticas sistêmicas globais pré-estabelecidas.

Entretanto, assumir uma teoria apenas naqueles pontos que reforçam teses já constituídas, pode ser perigoso, no sentido de revestir tradicionais tendências de controle regional com roupagens vanguardistas.

Não podemos afirmar em que proporção o próprio Moneta interferiu no esquema montado por Calderón, Ottone e Hopenhayn. O acesso ao quadro dos autores foi realizado por documento distinto do que consultamos. Mas, acompanhando o argumento de Moneta, encontramos evidências que reforçam nossas suspeitas de uso restrito de teorias para justificar ações hegemônicas.

Já falamos muito sobre a possibilidade concreta de que os intelectuais reunidos nos grupos dos *Estudios Culturais* venham a ser a principal fonte para que toda uma agenda de formulação de políticas culturais em nível dos organismos internacionais possa se tornar legítima e encontrar respaldo junto aos governos, instituições e população dos países da região.

Pois bem, Moneta(1996, 9 de 13) ao afirmar que “(...) *lo que importa ahora, esencialmente, es que las políticas culturales nacionales tengan en cuenta la nueva situación y logren superar la tradición, limitada a focalizar su esfuerzo en la preservación del patrimonio histórico.*”, repete integralmente as reflexões de Nestor Garcia Canclini, ao admitir que os processos de integração econômica e de livre comércio podem vir a servir preferencialmente para ampliar o espaço das indústrias culturais transnacionais. Os produtos resultantes dessa indústria, destinados ao consumo massivo, dariam rentabilidade econômica aos países, organizados ou não em blocos comerciais, mas que, em última instância, transformam a população em mercado. Tal qual Canclini, repele as políticas nacionais e transnacionais de investimento maciço no patrimônio histórico dos países, e questiona o porquê de não haver maior

atenção à indústria da comunicação, como os meios televisivos, radiofônicos, o cinema, e as novas tecnologias informacionais. Passa muito longe de reafirmar o protagonismo consentido dos monopólios do setor. Os grandes conglomerados empresariais são tão eficientes na produção de formas culturais, quanto nocivos para o desenvolvimento da própria democracia participativa.

Análise montada, esperamos por uma linha propositiva que seja eficiente na sua argumentação. Mas não, Moneta se resume a propor uma drástica mudança de conteúdo e enfoques culturais. A especialidade de Moneta como *Secretário Permanente da SELA*, reside na apresentação de recomendações, tais quais a maioria dos organismos de atuação regional e as comissões mundiais. A recomendação é feita para os Estados, que devem forjar novas alianças estratégicas com diferentes estamentos da própria sociedade, grupos e atores transnacionais. E pára por aí.

Forjar novas alianças para quê? Para dividir o poder investido nos monopólios setoriais de redes televisivas como a Globo, Televisa, CNN, SBT? Para combater os efeitos perniciosos dos processos de privatização das grandes empresas de telecomunicações? Para mostrar aos povos das Américas que as produções cinematográficas dos países sulistas podem concorrer em pé de igualdade com indústrias culturais respaldadas politicamente e sedimentadas culturalmente, por exemplo nos países latino-americanos?

Preferimos permanecer com as análises de Steffans:

Si en el Primer Mundo la “ética del universalismo” inventada por los tecnócratas lleva una existência demagógica, en el Tercer Mundo se vuelve absurda: ¿qué igualdad formal y material puede obtener un campesino analfabeto afrobrasileño frente a los dueños de *O Rede Globo* a fin de expresar su opinión ante la nación brasileña? ¿Qué igualdad de oportunidades puede tener el estudiante de comunicación mexicano para crear un monopolio televisivo como el de Televisa?” (STEFFAN, 1995: 103)

Combinamos com Steffans na avaliação de que a pretensão de uma igualdade de oportunidades formais na América Latina é, como diz o autor,

“(…) *una piedosa ficción. pero si la analizamos en su dimensión material, se vuelve un concepto apriorísticamente irreal.*” (STEFFAN, idem)

A piedosa ficção da qual fala Steffans aparece neste mundo globalizado justamente na demarcação das diferenças que passam pela afirmação das desigualdades reais. O que se espera de uma porção continental que vive de crises políticas e econômicas crônicas, que não possui regimes democráticos seguros, onde seus povos vivem à razão das disparidades entre a cultura das elites e a violência massiva das periferias, ou entre a ilusão de constituição de uma sociedade civil e a violência estatal no repúdio às lutas pela terra? Qual será o destino de uma região tão marcada por revoluções armadas, que vive a ameaça constante de ver sua autonomia ferida pela presença impositiva de capitais financeiros especulativos, que atrasam o projeto de construção nacional por lucrarem com as crises e com o rendimento dos juros das dívidas acumuladas por durante toda uma história de constituição?

O que significa a inversão direta, a ordem de 18 bilhões de dólares efetuada durante o ano de 1998 pelo BIRD para o financiamento de programas de saneamento básico, projetos culturais e sociais, quando a dívida social paga pela maioria da população da América Latina, simbolicamente ultrapassa em muito os mais de 500 bilhões de dólares de dívida externa acumulada pelos países da região?

Fechamos este capítulo remetendo-nos à reflexão sobre o modo como a presença de um mundo globalizado que necessita de uma ética universal irá interferir diretamente no que é decidido em nível de projeto político de integração de Mercosul.

Quando nos preocupamos com as possíveis fontes de influência das políticas culturais que serão defendidas oficialmente e estimuladas no seio das sociedades dos estados-parte do acordo, e discutimos as possibilidades de que os mentores intelectuais das idéias de integração cultural do Mercosul estão afinados com as idéias de uma sociedade global, que tende a forçar a constituição de uma ética global, podemos colocar em questão a idéia de êxito do próprio acordo, uma vez que a idéia de integração mais ampla de América

Latina está cindida em sua base de auto-referenciação, em cujo contexto, os ícones de uma história oficial são usados extemporaneamente apenas para causar impacto social e agregar valor discursivo aos tratados e protocolos assinados.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 MERCOSUL: Breves notas sobre seus aspectos político-ideológicos

Frente a um contexto de mundo globalizado, não é mais novidade que estratégias regionalizadas de integração econômica são colocadas aos países subdesenvolvidos e emergentes para permitir uma melhor inserção internacional. Essa é a mais recente estratégia sul-americana de participação em um mercado mundial competitivo. O Mercosul - Mercado Comum do Sul - como uma proposta de integração econômica e comercial sub-regional (cone sul) participa dessa lógica à medida que implica diretamente na construção de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina, ou ao menos para parte dela.

Muito se tem falado e especulado sobre os rumos das políticas encaminhadas a partir do Mercosul. Dependendo do setor da sociedade que emite a opinião, teremos melhor ou pior avaliação do que se tem realizado dentro das políticas de integração comercial. O certo é que até o momento parece que tudo o que é dito e produzido de maneira mais massiva e planejada provém de uma tripolarização de sujeitos sociais. De um lado, os *mercocratas* que são o corpo de funcionários dos governos dos países do acordo situados nos ministérios de Relações Exteriores e os representantes das agências econômicas especializadas pela condução do processo de integração (Hirst: 1996) e que podem ser facilmente identificados pela atuação nas chancelarias dos países envolvidos no acordo, nos documentos regulamentários confeccionados pelos órgãos administrativos do Mercosul e pela linha de atuação dos chefes de Estado, ministros e secretários junto às reuniões de Cúpula e fóruns de decisão; em uma outra ponta estão os *empresários* com seus interesses específicos nas políticas industriais e no aumento de vantagens de investimento; e, por fim, em decorrência do reflexo de políticas de ajuste de mercado e todo o impacto que vem gerando ao mundo do trabalho, temos um

terceiro sujeito que é o *movimento sindical* e que a muito custo conseguiu impor sua presença, mesmo que ainda incipiente em termos de poder decisório, no que vem sendo discutido no âmbito do Mercosul.

Hirst(1996) identifica uma diferenciação entre esses atores e os classifica em dois níveis de participação: em um primeiro nível de participação e decisão estariam a burocracia, os grupos empresariais e as máximas lideranças políticas, no caso os chefes de Estado. Em um segundo nível, correspondente a uma escala inferior de representação, junto aos espaços decisórios, estão os partidos políticos, as organizações sociais e as organizações sindicais.

O diálogo entre esses atores tem se realizado ou de forma exógena, pela qual predominam os interesses pelas políticas desenvolvidas a partir das relações internacionais, ou tem sido realizado de modo endógeno, cuja ênfase recai nos processos intragovernamentais. Entretanto, de uma forma ou de outra, o modo como o Mercosul vem sendo conduzido deixa muito explícito qual o perfil do acordo e em que nível ele deve ser decidido.

Por conta da compreensão de que há uma disparidade nas formas de participação desses atores é que vamos gradativamente encontrar nas comunidades inseridas no acordo um maior interesse de setores sociais e grupos políticos específicos, que vem resultando numa ampliação forçada das perspectivas de leitura do Mercosul.

É necessário ainda confirmar o gradual processo de inserção de parte da *intelligentsia* latino-americana nas discussões relativas a esse modelo de integração.

Na perspectiva do contorno ideológico dos atores envolvidos nas linhas de frente do acordo, Hirst(1996) aponta para forças políticas de centro, centro-direita e centro-esquerda, às quais credita a situação de estabilidade do que é implementado, independente da mudança ou não de chefes de Estado. Como os partidos políticos não possuem representativa participação no Mercosul, a autora acredita que esse perfil de despolarização relativa, aliado às

posições integracionistas das forças políticas não radicais é que garante o seguimento do acordo.

Esses elementos reunidos dão contorno a uma caracterização do Mercosul como sendo predominantemente constituído e gerenciado pelos interesses comerciais. O ambiente criado pelas forças político-ideológicas do acordo favorece para que os interesses dos Estados envolvidos não se contraponham aos interesses da classe mais interessada nas benesses das práticas comerciais, no caso os grupos empresariais e transnacionais.

Alguns dados são particularmente importantes para que tenhamos uma compreensão de como vem se constituindo o Mercosul. De acordo com o *Boletim de Integração da América Latina* de junho de 1996, a quantidade de decisões, resoluções e diretrizes aprovadas no âmbito do Mercosul chega a 71% para o campo do mundo dos negócios em comparação, por exemplo, com 0,8% do campo do Mundo do Trabalho e Educação ou 0,7% para as questões referentes ao Meio Ambiente.

Quando os discursos governamentais passam a enfatizar a necessidade de que o Mercosul se torne algo semelhante ao que vem se constituindo a União Européia, num sentido de integração que vá além do meramente comercial, torna-se urgente verificar de que forma isso conflui para uma prática marcada pela fraca participação da sociedade e em que as decisões privilegiam uma classe que há muito se mantém nos espaços estratégicos, cujos interesses específicos aparecem antes de tudo.

### **3.2. Mercosul Cultural: Aspectos Conceituais e Estrutura Institucional**

O chamado Mercosul Cultural representa hoje para os Estados Partes apenas uma das extensões dos processos de constituição e consolidação da própria idéia de Mercosul num sentido mais amplo. Sendo assim, sua estrutura básica segue todas as particularidades burocráticas, e se, por um lado, a implantação de suas ações deve passar prioritariamente pela estrutura

institucional constituída especificamente para esta temática, por outro lado, *a posteriori* deve tramitar nas instâncias mais representativas da hierarquia do acordo. Por isso, resolvemos iniciar esta discussão revisitando um pouco da estrutura institucional do Mercosul, como acordo mais geral e em seguida abordaremos os processos de constituição do chamado Mercosul Cultural.

A princípio, o Mercosul é um acordo comercial que prevê a ampliação das dimensões de mercado dos países que o compõe. Basicamente levado adiante pelo Brasil e Argentina como um projeto de cooperação bilateral na segunda metade da década de oitenta, resulta, em 1991, num processo de ampliação do qual assumem posto o Paraguai e o Uruguai, além de se estabelecer agendas comuns com o Chile, a Bolívia e a Venezuela, expresso em alguns protocolos e acordos de compromisso com vista a possíveis adesões futuras.

Esse processo de ampliação deu origem ao *Tratado de Assunção*, assinado em março de 1991 pelo Brasil, Argentina, Paraguai e pelo Uruguai.

*O Tratado de Assunção:* De acordo com esse Tratado a estratégia básica comercial permitirá aos países participantes lograrem uma melhor e mais adequada inserção internacional. Para tanto, o Mercosul serviria como instrumento de continuidade dos objetivos do Tratado de Montevideú(1980), sobre o qual repousariam as mais fortes perspectivas de integração latino-americana.

Os estados parte, como passam a ser reconhecidos, decidem constituir um mercado comum que foi estabelecido a 31 de dezembro de 1994. É possível encontrar de modo sintético no artigo I do Tratado quais as implicações pretendidas pelo estabelecimento de um Mercado Comum do Sul. São elas:

1. A livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre países;
2. O estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum(TEC) e a adoção de uma Política Comercial Comum(PEC);
3. A coordenação de políticas macroeconômicas e a harmonização das legislações nas áreas pertinentes.

No Tratado de Assunção a Estrutura Orgânica do Mercosul está dividida em duas instâncias: 1. O Conselho do Mercado Comum(CMC) e o Grupo Mercado Comum(GMC).

O primeiro é o órgão superior do Mercosul, responsável pela condução política e pela tomada de decisões. No período de vigência do Tratado, o Conselho é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia dos estados Parte.

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul e é coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores. Sua função básica é velar pelo cumprimento do Tratado.

Nesse momento, o GMC conta ainda com a Secretaria Administrativa, responsável pela guarda de documentos e comunicação de atividades.

Para facilitar a implementação política do Mercosul, o Tratado de Assunção estabelece a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul(CPCM).

O Tratado, no seu artigo 20, deixa claro que novas adesões somente serão possíveis mediante negociação, mas apenas para os países que fazem parte da Associação Latino-Americana de Integração(ALADI).

*O Protocolo de Ouro Preto:* Cumprindo com o disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, estabelece-se o protocolo adicional sobre a estrutura institucional do Mercosul no dia 17 de dezembro de 1994.

A partir desse Protocolo, a estrutura institucional passa a contar com: 1. O Conselho Mercado Comum(CMC); 2. O Grupo Mercado Comum(GMC); 3. A Comissão do Comércio do Mercosul(CCM); 4. A Comissão Parlamentar Conjunta(CPC); 5. O Foro Consultivo Econômico-Social(FCES) e ; 6. A Secretaria Administrativa do Mercosul(SAM)

As duas primeiras instâncias permanecem do Tratado de Assunção com suas funções básicas e sujeitos mantidos. Também permanece a Comissão Parlamentar Conjunta como órgão representativo do Parlamento dos Estados Partes no Mercosul.

A Comissão do Comércio do Mercosul como nova instância é a encarregada de acompanhar o GMC velando pela aplicação dos instrumentos de política comercial.

Outra instância criada pelo Protocolo foi o Foro Consultivo Econômico-Social que tem a função de dar representação aos setores econômicos e sociais dos estados parte.

O apoio operacional continua a cargo da Secretaria Administrativa do Mercosul.

*A Consolidação da União Aduaneira:* Como etapa central, teve início em primeiro de janeiro de 1995 e se estenderá até 31 de dezembro de 2005. Tem por prioridade a implementação dos instrumentos da Política Comercial Comum (PCC) e a elaboração do quadro normativo complementar necessário para o funcionamento da União Aduaneira.

A primeira prioridade visa assegurar a credibilidade interna e internacional do Mercosul. Cabem aqui os esforços oficiais para se estabelecer um ordenamento jurídico dos compromissos assumidos no âmbito do acordo.

Quanto à segunda prioridade, estando mais a cargo da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), os objetivos foram direcionados para que fossem dados tratamentos adequados a temas como: Eliminação de restrições não-tarifárias intra-Mercosul; Defesa do comércio e da concorrência; Defesa do consumidor e, Proibição de Práticas desleais de comércio e salvaguardas.

As avaliações do período de transição (do Tratado de Assunção ao Protocolo de Ouro Preto), que resultaram nessa etapa de consolidação da União Aduaneira, demonstraram a necessidade de incrementar a estrutura institucional do Mercosul por meio da criação de dez Subgrupos de Trabalho, duas Reuniões Especializadas e sete Reuniões de Ministros. São eles:

SGT -1(Comunicações); SGT -2(Mineração); SGT -3(Regulamento Técnico); SGT -4(Assuntos Financeiros); SGT -5(Transporte e Infra-estrutura); SGT -6(Meio Ambiente); SGT -7(Indústria); SGT -

8(Agricultura); SGT -9(Energia); SGT -10(Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social); Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia; Reunião especializada de Turismo; Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais; Reunião de Ministros da Educação; Reunião de Ministros da Cultura; Reunião de Ministros da Justiça; Reunião de Ministros da Saúde; Reunião de Ministros do Trabalho; Reunião de Ministros da Agricultura.

Todos os Subgrupos de Trabalho, Reuniões Especializadas e Reuniões de Ministros já produziram diversos documentos, estando a grande maioria à disposição nos meios eletrônicos como na Internet e bases de dados.

No que se refere especificamente à definição dos aspectos culturais e a seu tratamento por dentro da estrutura organizacional do Mercosul, temos o seguinte:

Durante os dias 9 e 10 de março de 1992, ocorreu o *1º Encontro de Secretários de Cultura dos Estados Partes do Mercosul*. Neste encontro, foram discutidas formas de iniciar processos de consultas periódicas e que dissessem respeito à coordenação e à integração das políticas culturais dos estados parte. Nesse encontro foi solicitado ao *Grupo Mercado Comum* que examinasse a possibilidade de o *Conselho do Mercosul* criar uma reunião especializada dos secretários de cultura dos Estados Partes a fim de cumprir com necessidades que foram relacionadas da seguinte maneira:

1. Constituir um banco de dados responsável pela compilação de estatísticas sobre circulação regional de bens e serviços culturais. Isso se daria pela identificação das entidades regionais que se dedicam à cooperação cultural e também pela identificação dos centros de excelência nas diversas áreas culturais e do conhecimento.
2. Forçar a desregulamentação e compatibilizarão das legislações nacionais para permitir a livre circulação de bens e serviços culturais, com o objetivo de formar, no futuro, um mercado cultural comum de

bens e serviços. Isso não poderia estar dissociado da adoção de uma legislação interna que permitisse a disponibilidade de incentivos à cultura.

3. A criação de uma rede regional de centros nacionais de produção de televisão cultural, aliada à criação de uma rede regional de bibliotecas nacionais.
4. Finalmente, a estipulação de uma agenda de ações conjuntas que resultariam no apoio a empreendimentos nas diversas áreas culturais, em estudos para a salvaguarda e restituição de bens culturais e do patrimônio histórico da região. Essas ações conjuntas dariam incentivo ao intercâmbio e à cooperação no campo da formação de profissionais e técnicos nas diversas áreas da cultura e na coordenação de posições conjuntas nos foros culturais internacionais.

Em agosto de 1992, novamente em Brasília, ocorreu a 2ª reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

Nesta reunião foram examinadas mais a fundo as áreas em que os processos de coordenação, cooperação e intercâmbio culturais deveriam ser desenvolvidos prioritariamente.

Reafirmou-se então a necessidade de tornar compatíveis entre si as legislações nacionais e de adotar uma legislação interna para o incentivo da cultura. Destaque igualmente para a necessidade de se utilizar os meios de comunicação de massa para veicular as expressões culturais dos países membros.

Na discussão das ações conjuntas houve apenas um maior detalhamento do que havia sido levantado na reunião anterior, no sentido de apontar para atividades práticas de como organizar e desenvolver o “Projeto Missões” visando ao estudo, à preservação e à valorização do patrimônio móvel e

imóvel das missões jesuíticas. É apontada também a preocupação com a falsificação de obras de arte e seu respectivo comércio ilícito.

No documento em que se apresentam estas propostas, aparece um item bastante interessante. Sugere-se um maior estímulo ao ensino e divulgação das culturas nacionais, sobretudo para revisar estereótipos possivelmente prejudiciais ao processo de integração.

A cooperação técnica e a inversão de financiamentos são previstos na exata medida em que se reafirma a necessidade de que ocorram posições coordenadas nos foros culturais internacionais, para que, a partir do apoio institucional de organismos como a OEA ou a UNESCO, os acordos e projetos comuns possam ser implementados.

Aparecem outros tópicos como a criação de unidades administrativas nas secretarias e ministérios ligados à cultura e às relações exteriores, ao incentivo do turismo cultural, para a informatização das bibliotecas nacionais e para a promoção de foros culturais com vistas a uma maior aproximação dos governos com os setores empresariais. Além disso, são tratadas em questões como a necessidade de fazer inventários para levantamentos de patrimônio cultural conjuntos, publicações de guias de entidades culturais, criação de bancos de dados, organização de calendários, promoção de fundos editoriais.

Outro ponto de debates residiu na discussão sobre o problema dos direitos autorais. A proteção dos direitos de produção e guarda de bens culturais necessita ser imediata. Urge que se comece a pensar na harmonização e compatibilizarão das legislações nacionais para que melhor sejam protegidos esses direitos, bem como facilitar a arrecadação do *copyright* e sua distribuição aos beneficiários.

Ainda em 1992, o GMC baixa a Resolução nº 34/92 que em seu único artigo define a criação da *Reunião Especializada sobre Cultura*, como sendo o espaço para a promoção da difusão da cultura dos estados parte. Este seria o germe da constituição da *Reunião de Ministros da Cultura* e seu resultado imediato materializado em duas reuniões, a primeira em Buenos Aires na

Argentina, realizada somente em 1995, nos dias 13, 14 e 15 de março ocasião em que participam os ministros da cultura da Argentina, do Brasil, o Secretário da Cultura do Paraguai, o Subsecretário de Cultura do Uruguai e representantes da Bolívia e do Chile além de vários técnicos do setor cultural.

Na agenda dos dois primeiros dias da reunião, constavam temas como a legislação cultural, a circulação de bens culturais, indústrias culturais, a formação e intercâmbio de recursos humanos e eventos regionais. Foram divididas experiências e preocupações as mais diversas que englobaram áreas culturais como o cinema, a literatura, a música.

Particularmente interessante foi a abordagem dos temas relacionados à indústria cultural e ao patrimônio cultural.

Figuraram como questões básicas a serem resolvidas a relação entre a indústria discográfica, com a distribuição de produtos na região, e futuros acordos de gravação; a distribuição e co-produção de filmes para cinema; e com referência ao mercado de artesanato, marcou-se uma nova reunião para abordar os problemas de comercialização e exportação.

No tocante às políticas voltadas para o patrimônio cultural, as delegações presentes centralizaram seus esforços para constituir um conjunto de iniciativas de proteção à região das missões. Então aparecem proposições como a implementação de intercâmbio técnico-científico para a conservação e investigação do patrimônio missioneiro existente. Ou a criação de um centro de documentação e investigação em São Miguel das Missões, que consistiria basicamente na implantação de bancos e bases de dados eletrônicos e levantamento de acervo de instituições públicas e privadas localizadas na América e Europa.

A única referência que consta na documentação oficial da reunião ao papel da TV para os projetos comuns do Mercosul cultural foi a de que era necessário favorecer a difusão televisiva, sobretudo em canais estatais, das produções audiovisuais realizadas na região, além de incentivar o intercâmbio e a co-produção de novelas e minisséries televisivas.

Desta reunião foi aprovado um *memorandum de entendimento* subscrito pelos ministros e secretários presentes, e que, por sua vez, reafirma que a herança comum dos povos latino-americanos e particularmente dos países do Mercosul é um poderoso fator de aproximação capaz de “(...) *facilitar su integración política y económica*”. (*Memorandum de Entendimiento*: 1995, 1 de 6)

Com nove artigos, cabe destaque para o primeiro pelo qual se criam as comissões técnicas que passam a figurar na estrutura orgânica do Mercosul cultural e que atuam junto aos campos culturais descritos acima, bem como para o artigo quinto, em que se reafirma a importância dos organismos internacionais para a promoção da integração cultural regional.

Em agosto do mesmo ano, realizou-se outra reunião técnica especializada que teve a participação de ministros, secretários e observadores. Destaque para essa reunião foi a avaliação do projeto de protocolo de integração cultural, elaborado pela secretaria da cultura da Argentina. Outros aspectos relevantes giraram em torno da necessidade de reforçar a prática do turismo cultural na região, da necessidade de investimento na capacitação sistemática de gestores e administradores culturais, em cooperação com universidades e centros especializados da região.

Previu-se a possibilidade de constituir um concurso para eleger um logotipo do Mercosul cultural que funcionaria como o elemento visualizador do processo de integração cultural e facilitador de fiscalização da circulação de bens culturais.

Importante destacar que em sua recomendação oitava, o memorando sugere que o *Guarani* seja declarada uma das línguas históricas do Mercosul, aliado à revalorização e ao inventário de seu patrimônio. Conjuntamente a esse processo, foi mencionada a necessidade de maior institucionalização de programas de integração em zonas fronteiriças, além da promoção do ensino do espanhol e do português em todos os países do acordo.

Ainda nessa reunião, reafirma-se a necessidade de estimular, via meios de comunicação de massa, programações culturais conjuntas.

Foi formada também a resolução do Conselho Mercado Comum que cria a *Reunião de Ministros e Responsáveis pelas Políticas Culturais do Mercosul*, com o fim de substituição das reuniões especializadas, entre outras responsabilidades.

Em fevereiro de 1996, na cidade de Canela/RS, no Brasil, acontece a *Primeira Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul* que através da *Ata de Canela*, faz saber suas decisões, entre essas, a aprovação da criação de um concurso para a definição do *Selo Mercosul*, e o lançamento de uma série de quatro selos postais sobre temas culturais. Considera, ainda, de interesse comum o projeto museu das Missões, aprova a realização de cursos de capacitação e estimula a intensificação dos esforços para o desenvolvimento de redes nacionais de informação. Na seqüência dos atos, aprova a criação de um centro de documentação musical, recomenda a continuidade dos estudos referentes aos direitos autorais e estimula o funcionamento da *Casa da Cultura do Mercosul*. Da mesma forma, recomenda um melhor tratamento às questões referentes à estatística e indicadores culturais, estabelecendo a constituição de fóruns culturais. Fixa ainda a data de 17 de setembro como o *Dia do Patrimônio Cultural* a ser celebrado em comum pelos estados parte, e, finalmente, aprova o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul que em dezembro do mesmo ano ganha forma de decreto nº 11/96 do Conselho de Mercado Comum.

Com exatos vinte artigos, o protocolo resume os acúmulos levantados desde as primeiras reuniões de secretários da cultura em 1992, refletindo portanto muitas das temáticas já abordadas nesse estudo. Vale ressaltar o artigo XVI em que se prevê que no caso de controvérsias entre os Estados Partes estas serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas. Se ainda assim não houver consenso, serão aplicados os procedimentos previstos no *Sistema de Solução de Controvérsias* específico do *Tratado de Assunção*.

### 3.3. O ‘Povo do Mercosul’

*(...) onde houver vontade do povo e recursos da iniciativa privada para que se juntem aos escassos recursos dos governos, nós faremos mais pontes para unir o Brasil com a Argentina, porque nós somos, na verdade, hoje, um grande povo, o povo do Mercosul, o povo que tem a satisfação de ver que esta integração física coroa a vontade dos nossos corações, o interesse da nossa razão, e coroa, aquilo que foi sempre a nossa vocação histórica, que é a vocação de união”.*<sup>18</sup>

Com estas palavras o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso saúda em dezembro de 1997, a conclusão da ponte que une São Borja, no Rio Grande do Sul, ao Distrito de San Tomé, no lado Argentino.

A ‘ponte da integração’ é o símbolo maior do processo que liga os países da região do Rio da Prata e no acalorado discurso presidencial há o elogio pelo fato de que hoje, em fins de século, torna-se possível a realização desse sonho, graças à democracia e ao empenho de vários homens de ambos os lados. Inclui ainda lembranças do presidente Getúlio Vargas, filho das terras do sul, e que possuía grandes aspirações pela integração do Brasil com a Argentina. Se naquela ocasião não houve condições para a execução da obra, não haveria o porque desistir, pois. *“(...) passaram-se os anos mas não esmoreceu o entusiasmo”*<sup>19</sup>.

Quem lê ou ouve estas palavras e conhece um pouco das teses de Moniz Bandeira ou mesmo de Almeida Mello a respeito das relações históricas entre o Brasil e a Argentina, notará como os discursos presidenciais da era Mercosul carregam em sua aparente retórica deslumbrada todo um complexo enredo de situações que evocam e refletem as inúmeras tentativas de acordos comerciais e políticos, situações de tensões que levaram ao massacre de muitos, as lides constante com uma frágil política externa afiançada não somente pela presença de capital estrangeiro, mas também pela

<sup>18</sup> NetEstado Notícias/Política – Fernando Henrique Cardoso. “**Nós somos na verdade, o povo do Mercosul.** Quarta-feira, 10 de dezembro de 1997.

<sup>19</sup> Idem

interferência política de muito países de outras regiões do planeta e influenciou decisivamente para a conformidade do que representam as estratégias montadas hoje em torno da escolha por um modelo de inserção internacional.

É possível afirmar que o imaginário *platino* condiciona como nunca o *ethos* de constituição de uma história de sucessivas e frustradas tentativas de integração, e que se em um determinado momento a *Bacia da Prata* foi palco de uma das batalhas mais sangrentas da região, conhecida como a *Guerra da Tríplice Aliança* ou *Guerra do Paraguai*, hoje sua referência se faz penitente à medida que prevê uma atuação direta dos países da região para a superação desses traumas. Porém, ficam duas questões: Por que superar os traumas históricos instalados após sucessivas invasões, espoliações, regimes ditatoriais e massacres populares? E o que isto tem a ver com a perspectiva de constituição de um Mercosul cultural?

A região da Bacia do Prata que possui em torno de 3,5 milhões de Km<sup>2</sup>, representa uma área com mais de 80 milhões de habitantes e território que abarca parte de três países: a Argentina, a Bolívia e o Brasil, mais a totalidade territorial do Paraguai e o Uruguai. Essa área banhada pelo famoso Rio da Prata, pelo menos nos últimos quatro séculos tem sido palco de disputas e constituição de rivalidades que perduram até hoje.

Almeida Mello<sup>20</sup> discute brevemente a importância que a “*questão platina*” teve para a região, uma vez que estabelecida a rivalidade hispano-lusitana, após um período de relativa calmaria com a união das coroas ibéricas (1580-1640), o necessário consenso para a superação dos sucessivos conflitos nunca fora completamente alcançado. Símbolo maior desta rivalidade foi a construção pelos espanhóis do *Forte de Sacramento* situado à margem esquerda do Prata.

É sobretudo nesse período de desencadeamento dos processos de independência na América Latina e a constituição dos estados nacionais no século XIX que a rivalidade que antes era luso-hispânica ganha novos

---

<sup>20</sup> Almeida Mello, Leonel Itaussu. **Argentina e Brasil: A balança do poder no Cone Sul**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

elementos de disputa e reconhece no Brasil e na Argentina suas duas maiores e mais influentes potências.

Moniz Bandeira<sup>21</sup>, enfocando a Argentina e o Brasil, procura demonstrar que no momento da entrada do século XX, que foi o momento de consolidação de vários dos estados nacionais latino-americanos, era possível encontrar num cenário de enormes disparidades, uma série de similitudes que tornavam suas histórias mais comuns que o contrário.

Cabe ressaltar a intrincada relação de poder e mando das oligarquias agro-exportadoras, tanto no Brasil quanto na Argentina, que perderam espaço para modelos quase simultâneos empregados por Vargas na década de 30 e por Perón na década de 40.

Outra questão em comum é o papel alternante de maior ou menor resistência à presença dos Estados Unidos na região, seja por meio de ajuda financeira ou interferências na permuta do poder central.

Moniz Bandeira<sup>22</sup> aponta o período do governo Kennedy como sendo o mais marcante não somente para a Argentina e o Brasil, mas para toda a América Latina. Com o programa norte americano, *Aliança para o Progresso*, uma espécie de revisão da *Doutrina Monroe* houve uma nova orientação no sentido de apoiar ainda que de modo mascarado, a instauração de regimes militares ditatoriais. Mesmo não havendo provas contra tais acusações, e frente à postura dos norte-americanos de defesa dos regimes representativos como sendo o meio mais eficiente para o combate do comunismo, os golpes da Argentina(1962), Peru(1962), Guatemala(1963) e Equador(1962) foram reconhecidos prontamente.

Deste período em diante, há o recorde máximo de tentativas frustradas de integração tanto dos países do cone sul como de tratados mais amplos, como por exemplo, o que ocorre entre 1964-69, com a paralização do processo negociador multilateral entre o Brasil e a Argentina que visaria à definição de listas comuns na ALALC, porque as políticas empregadas pelos dois países

---

<sup>21</sup> Bandeira, Moniz. **O Eixo Argentina-Brasil: O processo de Integração da América Latina**. Brasília: EdUnB, 1987.

<sup>22</sup> Idem, caps. 4 e 5

tornaram-se altamente protecionistas. Somados a isso, sucederam-se diversos tipos de desentendimentos que só serviram para acirrar as diferenças históricas.

Outro exemplo, e que se tornou o mais clássico para determinar aquele que foi um dos motivos do fracasso da ALALC como organismo mediador dos processos de integração no subcontinente, ocorreu durante o período de 1975 e 1980, quando, mesmo sendo uma alavanca para a industrialização brasileira, os militares optaram por descartar o aprofundamento do processo com base em acusações de que o poder nacional corria sérios riscos de cisão, ocasionados por um processo de integração latino-americano, provavelmente endossado pelas esquerdas continentais.

A questão energética na região da *Bacia do Prata* foi outro condicionante para que houvesse nesse prolongado período de presença militar, um maior acirramento das disputas entre os países do cone sul, e em especial entre o Brasil e a Argentina. A negociação do Tratado Bilateral Brasil-Paraguai(1975-79) que criou a Itaipu Binacional, foi motivo de disputas diplomáticas em que se discutiu o aproveitamento dos recursos hídricos da *Bacia do Paraná*. Os argentinos receavam que um incidente na represa de Itaipu pudesse inundar grande parte do país, incluindo Buenos Aires.

Em 1980, é assinado o Tratado de Montevidéo, instituidor da *Associação Latino-americana de Integração – ALADI* - que substituiu a fracassada ALALC e que logo em seguida enfrenta o estouro da crise do endividamento externo, que acelera o fim dos governos militares e registra quedas brutais de comércio intra-regional.

É então que sob, a égide de dois governos civis representantes de um novo período de democracia participativa, Raúl Alfonsim da Argentina e José Sarney do Brasil, abrem os precedentes ou a pré-história imediata do Mercosul, como o conhecemos hoje.

Foi em novembro de 1985 que os dois presidentes reunidos por ocasião da inauguração de uma ponte internacional de nome *Tancredo Neves*, sobre o rio Iguaçu, decidiram criar uma comissão mista para estudar a cooperação e a integração econômica dos dois países. Em meio há uma descomunal crise de

dívida externa, surge a semente de uma nova iniciativa para um processo de integração que hoje estamos avaliando em uma de suas dimensões: a cultural.<sup>23</sup>

Apesar dessa história estar enquadrada numa espécie de narrativa oficial que reflete muito precariamente o universo das relações históricas entre os países da região do Prata, ela apresenta algumas pistas que nos ajudarão na montagem de nossas teses centrais.

A primeira delas é que o Mercosul como estratégia de estados nacionais pretende uma posição no cenário internacional que distinga decididamente o que foi história com o que deve ser composto enquanto novo universo de relações. Isto quer dizer que a vocação histórica para a união tal qual fala Fernando Henrique Cardoso deve ser fundada no princípio histórico que amplifique a idéia de potências e lideranças nacionais tanto do Brasil quanto da Argentina. Sabemos muito bem que a idéia de Mercosul resulta num amadurecimento da lógica quase natural de comércio bilateral entre os dois países, e que as posições do Uruguai, do Paraguai, mesmo da Bolívia e do Chile são constituídas mais pela noção de periférico que do contrário.

Enquanto bloco, esses países assumem posições conjuntas que fortalecem o cone sul, independente da posição que ocupa cada país no acordo, como no caso da ALCA e da União Européia. Entretanto, como realidades nacionais isoladas, são vulneráveis ao extremo, a ponto de minar os alicerces básicos acordados através da maior quantidade de tratados e protocolos antes nunca acumulados em processos integrativos. E o que tornam os países isolados particularmente vulneráveis são as crises econômicas, mas não somente elas. O tratamento dado às situações de crise econômica tem se mostrado muito mais ineficiente que problemas causados por fatores de política

---

<sup>23</sup> Existe uma série de publicações que discute os processos de integração Argentina-Brasil, à luz de vários ângulos teóricos. Vale a pena apresentar algumas dessas obras que, a nosso ver, são de extrema importância para a compreensão do universo histórico da Bacia do Prata.

Baumann, Renato & Lerda, Juan Carlos, orgs. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo: Ed. Marco Zero/Ed.UnB, 1987. Seintenfus, Ricardo. Org. **Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1987. Almeida Mello, Leonel Itaussu. **Argentina e Brasil: A balança do poder no Cone Sul**. São Paulo: ANNABLUME, 1996. Bandeira, Moniz. **O Eixo Argentina-Brasil: O processo de Integração da América Latina**. Brasília: EdUnB, 1987.

interna. A referência ao caso ocorrido recentemente no Paraguai ilustra bem esta colocação.

A tentativa de golpe que envolveu o General Oviedo e o ex-presidente Raúl Cubas, em 1998, terminou após pressão popular, endossada pela advertência conjunta dos países dos Mercosul para que se encontrasse uma solução pacífica e que não ameaçasse o regime democrático, o que poderia resultar na desvinculação do Paraguai do acordo. O desfecho todos sabemos bem. Renúncia de Raúl Cubas, exílio político em Santa Catarina/Brasil e volta à normalidade das relações do país na agenda de consolidação do Mercosul.

Agora, se voltarmos ao dia 13 de janeiro de 1999 e nos situarmos no Brasil, berço da crise mais violenta que atingiu o país desde a instauração do novo regime monetário, encontraremos inúmeros fatores que substituíram as posturas mais otimistas a respeito do futuro do Mercosul. E aqui entram em cena os velhos e tão indesejados fantasmas do passado que ameaçam colocar o acordo no mesmo rastro histórico de insucessos e conflitos ante as possibilidades de resoluções conjuntas de problemas comuns.

Apenas como exemplo vamos nos valer das informações contidas num dos relatórios da Gazeta Mercantil, que reúne informações de periódicos conveniados de praticamente todo o cone sul.

Numa edição especial intitulada *Dossiê: o futuro do Mercosul*, datado de 15 de abril de 1999, encontramos um panorama bastante pessimista para o acordo. Manchetes tais como: “*Fragilidades que a crise aprofunda*”; “*Dia-a-dia dificulta novos avanços*”; “*Queda nas vendas e nas exportações*”; “*Bloco enfrenta mais desafios*”; “*Questões cambiais atrasam a agenda*”; “*Brasil descarta dolarização da economia*”,<sup>24</sup> acomodam sentimentos de profunda frustração com o desenrolar e o espalhamento da crise econômica brasileira, e abundam dados que demonstram a fragilidade dos diversos setores no comércio intra-regional.

---

<sup>24</sup> Ver Relatório Gazeta Mercantil. **Dossiê: O futuro do Mercosul**. Quinta-feira, 15 de abril de 1999

Por certo que as crises econômicas, como a que vem passando o acordo, promovem o estancamento de diversos níveis de relação, incluindo as políticas que fazem florescer rivalidades que em verdade nunca deixaram de existir.<sup>25</sup>

Desconfiamos que é a partir deste ponto que mais se faz importante o chamado Mercosul cultural. Se levarmos em consideração a tese de Salvador Cabral, que concordando com Methol Ferré, vê no Mercosul o feito mais importante dos últimos tempos para a América Latina, mais importante desde a sua própria independência no início do século XIX, - e que por isso caberia ao Brasil e Argentina o papel de condutores de um novo momento integracionista que determinasse a nova agenda de unidade latino americana<sup>26</sup>, - não podemos deixar de apontar algumas ponderações a respeito do que se constitui hoje o Mercosul Cultural e sua relação com a história imediata dos países que compõem a Bacia da Prata.

Observando a agenda do chamado Mercosul Cultural, há uma intenção de realização de um processo integrativo que valorize as culturas locais, estimule e organize um mercado cultural e estabeleça condições as mais concretas possíveis para a realização da unidade latino-americana. Isto decorre em duas situações distintas.

Em primeiro lugar, é certo que nunca houve precedentes em toda a história de integração econômica na América Latina como as que vemos hoje quando a cultura se torna um fator de diferenciação. Entretanto, os esforços para a constituição dessa importante dimensão tem se reduzido à atuação de poucos atores e a organização e o cumprimento das agendas tem se dado de modo muito precário.

Em 1994, Hugo Achúgar denuncia o descaso das autoridades e dos centros de informação do Mercosul que não disponibilizam ou se interessam pelo mercado que envolve a circulação de bens culturais. Em 1996 Achúgar

---

<sup>25</sup> Ver particularmente as declarações dadas em entrevista ao jornal *El Cronista* da Argentina, pelo Secretário de Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria da Argentina, Jorge Campbell, considerado uma dos principais negociadores recentes do acordo. Em determinado ponto da entrevista o secretário coloca: “A questão principal é que não se pode pretender que o Mercosul seja mais sábio, mais puro ou mais ordenado que as sociedades que o compõem”. p.4.

<sup>26</sup> Cabral, Salvador. **A Revolução Cultural do Mercosul**. Florianópolis: Insular, 1995. p. 142.

conjuntamente com Bustamante sustentam a mesma posição ao lerem anuários estatísticos e outros indicadores de comércio na região do Mercosul, não encontrando nada que possibilitasse perceber que uma integração cultural e humana possui particular importância.<sup>27</sup> Isto os faz perceber que as dificuldades do Mercosul “(...) *se conjugan con la historia de integración latino americana: una historia más llena de fracasos que de éxitos; de ahí el desafío y la importancia del acuerdo*” e complementa: “(...) *Los registros y las imágenes que acompañan o que deberían acompañar el proceso de integración regional dicen más de un desfase entre, por un lado, quienes conducen las negociaciones u organizan los indicadores y quienes, por otro, viven el mismo proceso de integración*”<sup>28</sup>

No processo de constituição deste estudo deparamo-nos com o mesmo problema, que consiste basicamente na acentuada dificuldade de obter informações sobre o desenvolvimento das políticas culturais e do comportamento do mercado de circulação dos produtos culturais dos países do acordo. Isso demonstra que estão existindo profundos problemas de compatibilização de agendas, inclusive, no sentido de desembolso dos governos para a implantação de idéias-projeto que estão registradas em atas de diversas reuniões ocorridas desde o ano de 1992. Falamos especificamente sobre as políticas do Mercosul cultural, e não devemos confundir com a realidade constituída das situações nacionais, pois o melhor exemplo é o do Ministério da Cultura do Brasil que dispõe dados sobre a circulação e o desenvolvimento de políticas culturais internas do país via Internet. Mesmo assim, é um trabalho recentíssimo, fruto da renovação das perspectivas de atuação em vistas do reeleição da mesma coligação para o governo federal, e que possui dados acumulados somente a partir da segunda metade da presente década.

---

<sup>27</sup> Achúgar, Hugo. **Registros e Imágenes de la integración en el cono sur**. Estudos Avanzados: Coleção Documentos; Série Cátedra Simon Bolívar – 01, 1994. Achúgar Hugo y Bustamante Francisco. **MERCOSUR, intercambio cultural y perfiles de un imaginario**. In: Néstor García Canclini, Coord., **Culturas en globalización. América Latina-Europa-Estados Unidos: libre Comercio e integración**. Caracas: Nueva Sociedad. 1996.

<sup>28</sup> Achúgar y Bustamante, **MERCOSUR, intercambio cultural...** 1996. p.139

Uma das deliberações endossadas pelas reuniões de ministros da cultura e implantada de fato foi a proposta de criar um selo responsável pela facilitação da circulação dos produtos culturais nas fronteiras dos quatro países do acordo. Em março de 1998, passa a vigorar no Brasil e em todos os países do acordo o *Selo Mercosul Cultural*, cuja principal função reside em tentar sanar parte dos problemas burocráticos enfrentados por produtores quando da exportação de bens culturais. A receita é simples: toda vez que houver necessidade de atravessar fronteiras para expor produtos culturais, basta somente entrar em contato com o ministério da cultura de determinado país para obtenção do aval.

Como é fato recente, não dispomos ainda de dados que demonstrem como vem funcionando esse novo sistema de circulação de bens culturais, a não ser pelos depoimentos de agentes do setor cultural que experienciaram situações não-facilitadoras nas fronteiras.<sup>29</sup> Mesmo beneficiando o intercâmbio de produtos e bens culturais, a constituição do *Selo Mercosul* não tem garantido até o momento a transparência necessária ao processo.

Essas situações que compõem um momento de amadurecimento da segunda etapa de constituição do acordo que prevê o estabelecimento de uma verdadeira zona de livre comércio, poderiam ser justificadas pelo seu provável caráter de incompletude ou falta de amadurecimento do acordo num sentido mais genérico. O Mercosul ainda não está implantado, encontra-se praticamente um pouco além da metade de sua longa travessia. Mas não é o caso, não podemos pensar que os desfalques devam ser encarados como algo inerente a um processo em implantação. O modelo escolhido para a definição dos interesses do Mercosul cultural é que a nosso ver, está na base das suas principais deficiências.

Vamos pensar nos atores envolvidos no conjunto das ações escolhidas para a implementação dessa importante dimensão. Apesar de possuir um

---

<sup>29</sup> Cf. NetEstado – Mercosul cria selo para facilitar o intercâmbio: Obras de arte passam a receber tratamento diferenciado, mas não ficam livres da burocracia. Segunda-feira, 16 de março de 1998; NetEstado – Mercosul ainda falha para audiovisuais: Seminário que terminou sexta em Florianópolis tratou das dificuldades encontradas nas fronteiras. Terça-feira, 10 de junho de 1997.

organograma próprio, o Mercosul Cultural está atrelado diretamente ao Grupo Mercado Comum(GMC) que decide e ao Conselho Mercado Comum(CMC) que delibera, por meio de resoluções e tratados. Isso significa que os debates, as discussões, as indicações podem surgir de delegações montadas especialmente para qualificar as pautas, ou mesmo de reivindicações de setores populares ou atingidos por essa ou aquela resolução. Podem ser constituídos fóruns populares para discutir o futuro do Mercosul Cultural. Podem ser montadas comissões parlamentares e tudo o mais que se possa pensar sobre participação em um processo que influi diretamente nas vidas das pessoas comuns e que vivem em diferentes comunidades. Do modo como está constituído, somente uma ponta do processo atua decisivamente, a outra acata. Parece simples, mas é assim que a coisa é concebida. Exemplo clássico desta lógica perversa ocorreu a partir do Encontro: *O Mercosul e a Integração Sul-Americana - Mais que a economia*, realizado em dezembro de 1996 na cidade de Salvador/Bahia, coordenado pelo professor Roberto Da Matta e que resultou num documento entregue *a posteriori* aos presidentes dos quatro países do acordo.<sup>30</sup> O seminário para o qual foram convidadas autoridades ministeriais foi esvaziado, pois nenhuma delas apareceu, o que, na perspectiva do desdobramento político, seria seu principal ganho.

Vale lembrar da decana luta sindical junto ao acordo, que até o momento é a mais forte dentre os setores de representação de classe que envolvem a discussão da democratização das esferas decisórias, conseguindo por meio de forte *lobby* influenciar na estruturação dos subgrupos de trabalho.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Este encontro foi motivo inclusive para chacotas da imprensa brasileira que fez uma péssima cobertura. Jatobê Medeiros, enviado especial do Jornal O Estado de São Paulo, escreve: “Munidos de chapéus de palha e homevídeos turísticos sobre as belezas das praias do Ceará, 19 intelectuais de Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia concluíram anteontem um documento com reflexões e recomendações sobre a natureza cultural do Mercosul.” e rebate: “As conclusões da “Carta de Fortaleza” são um pouco defasadas.” NetEstado – Intelectuais debatem destino do Mercosul. Domingo, 15 de dezembro de 1998. Para maiores detalhes, ver: **O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas.** Editado pela Fundação Alexandre de Gusmão(FUNAG) em 1997. Este livro contém o resultado de todo o evento, sob forma de artigos, seminários e palestras transcritos *tout court*.

<sup>31</sup> Ver. Sousa, Fernando Ponte. **Os Desafios do sindicalismo no processo de conformação do Mercosul.** Florianópolis/SC, 1998. (mimeo)

Em segundo lugar, já discutimos que os intensos debates em torno da ALCA, batizada por muitos como sendo a provável algoz que poria fim ao acordo sul-americano, estimularam um processo de resistência a qualquer tipo de presença mais acentuada dos nortes-americanos na região, e que fica particularmente aparente quando se atinge um certo consenso político sobre a importante função de barganha que o Mercosul poderia dispor, uma espécie de trunfo nunca antes conseguido de modo conjunto.

A disputa dos mercados latino-americanos entre os EUA e a Europa está voltada para todos os acordos da região, mas o Mercosul tem peso extra à medida que obteve o maior número de avanços até agora, inclusive com a intensificação de exportações e importações intra-acordos e inte-regionais. Sem falar na idéia de constituição de um *Acordo de Livre Comércio Sul Americano* – *ALCSA*, que poria fim definitivamente à idéia da ALCA, mas que na atual conjuntura mantém-se estagnada.

Portanto, não seria estranho que, seguindo uma aparente lógica de continuidade, o Mercosul venha a ser concebido como o acordo que em longo prazo deva se estender por toda a América do Sul e quiçá pela América Central e Caribe. Em curto prazo nos parece que se constituiu uma espécie de “marca-Mercosul” responsável pela encabeçamento político dos processos de integração hoje existentes na região. Um verdadeiro modelo a ser seguido.

Pensamos encontrar então um dos motivos pelo qual se ouve cada vez mais teses como as de Salvador Cabral que vê no futuro do acordo o sucesso da tão sonhada integração e unidade latino-americana.

### **3.4. Mercosul como idéia de América Latina?**

Em face destes argumentos, nos questionamos: como vem sendo pensada a construção da necessária visibilidade que o Mercosul deve ter para tornar-se legítimo como projeto? Como essa construção pode refletir na idéia de América Latina? E qual a contribuição das políticas culturais empregadas desde o acordo para a construção dessa espécie de “marca-Mercosul”?

Partiremos de Dieterich Steffans, quando ele nos diz que a identidade nacional pode ser o resultado de uma dupla evolução. A nacional-endógena ou o produto de uma estrutura de identidade imposta desde o exterior. As variáveis entre essas duas alternativas dão conformidade a um projeto histórico específico.<sup>32</sup>

Pois bem, se aceitamos a tese de que o Mercosul se constitui gradativamente não mais como uma opção econômica para a região, mas sobretudo um projeto histórico representativo, então temos que pensar muito bem as bases político-ideológicas desse projeto histórico.

E aí Steffans torna-se particularmente interessante quando afirma:

“ (...) nos limitamos a señalar cinco identidades regionales: la del Cono Sur (Argentina, concretizarse, evidentemente, hacia sus configuraciones regionales, nacionales y locales. Chile, Uruguay, partes del Sur de Brasil y del Paraguay); la identidad andina, que abarca geográficamente a Bolivia, Perú y regiones de Chile y Ecuador; la identidad circuncaribe, que se encuentra en Colombia, Venezuela, Zonas de Centroamérica y del Caribe y, finalmente, México con algunas zonas centramericanas. La identidad brasileña podría figurar como propia o, también, como parte de la identidad circuncaribeña.” (STEFFANS, 1994: 192)

Como projeto histórico, o Mercosul parte do Cone Sul que reconhecemos como sendo uma das cinco zonas de identidade comentadas por Steffans. Isso quer dizer que o Mercosul não ocupa toda a América do Sul. Ocupa parte.

Estamos diante de um princípio redutor que coloca alguns riscos imediatos para as aspirações hegemônicas do Mercosul. Da América Latina vamos à América do Sul. Da América do Sul vamos ao Cone Sul. Do Cone Sul vamos ao Delta da Bacia da Prata e finalmente do Delta da Bacia da Prata desembocamos em alguns eixos metropolitanos privilegiados no acordo.

Estes dados devem ser levados em consideração quando indagamos para qual base identitária o chamado Mercosul cultural contribui com vistas ao

---

<sup>32</sup> Steffan, Heinz Dieterich. **América Latina: Educación e Identidad Cultural**. In: Educação e Sociedade, nº 48, agosto de 1994. p. 189.

estabelecimento da “marca-Mercosul”, uma vez que exatamente em suas propostas de ação reside o núcleo duro das nossas hipóteses.

A despeito da assinatura do *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul* em dezembro de 1996, o Brasil e a Argentina assinam, em novembro de 1997, um acordo de integração cultural de conteúdo similar ao do protocolo. Não há nada de mal nisso a não ser pelo fato de ser um documento completamente dispensável pois o referido protocolo prevê os graus de interação e troca, mesmo que bilaterais entre os Estados Partes do Mercosul. O desejo de ‘incrementar’ a integração cultural dos dois estados para que a tradicional amizade de ambos pudesse ficar cada vez mais firme, demonstra, a nosso ver, que há uma relação de privilégios históricos e a evocação de uma tradição que é especificamente platina.

Desde 1992, aparece a preocupação com a constituição de projetos de pesquisa e estudos especializados que pudessem recuperar a riqueza das Missões. Chegou-se, inclusive, a sugerir que o Guaraní fosse considerado uma das línguas históricas do Mercosul. O que isto nos diz?

Mesmo sendo uma realidade sul-americana por excelência, tendo se espalhado por regiões caribenhas, pelo alto-amazonas e por grande parte da região platina, a mestiçagem característica para a realidade do Mercosul confluiu para a simpática figura do Gaúcho ou Gaudério, como procuram demonstrar Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind em seu livro “As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina Colonial”.<sup>33</sup> Achúgar e Bustamante vão mais longe quando sustentam que,

“ Si pasamos del nivel nacional al nivel supranacional constituido por el MERCOSUR, es evidente que existen subregiones o demarcaciones territoriales de otro tipo; subregiones que según los casos han favorecido y también dificultado el proceso de integración. Así, existe una región económico-cultural “gaucha/gaúcha” o una región “chaqueña” o una región “jesuítico-guaraníca” que constituyen territorios culturales supranacionales. (ACHÚGAR & BUSTAMENTE, 1996: 130)

---

<sup>33</sup> Reichel, Heloisa & Gutfreind, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina Colonial**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. pp. 171-175.

Nosso receio é que esse princípio redutor que mantém o Mercosul mergulhado na região do Prata resulte no que Raymond Pébayle, quando da comparação do Mercosul com o Mercado Comum Europeu, assinalou como um alerta, ou seja, que os trinta anos de acúmulo de experiências não foram suficientes para cobrir a enorme defasagem que separava as regiões mais desenvolvidas das atrasadas.<sup>34</sup>

Mesmo chegando a um ponto em que 12 países detém 34% do comércio mundial, os incômodos desequilíbrios regionais causados pela excessiva concentração de investimentos em setores como o automobilístico e o agropecuário, fazem com que diversos pontos do acordo comercial europeu sejam rediscutidos, mas sem avanços significativos. Portanto,

“(…), o eixo Londres-Milão, da grande megalópole européia, continua a magnetizar o investimento privado, enquanto as regiões periféricas ficam estagnadas. À luz dessa evolução, não é nada difícil prever quais serão os eixos privilegiados de desenvolvimento do Mercosul: serão os espaços que constituem hoje o que chamaremos de “crescente desenvolvimento” de São Paulo a Montevideo – Buenos Aires – Santa Fé.”(PÉBAYLE, 1994: 17)

Do Delta do Prata vamos aos centros metropolitanos que concentram altos índices de fatores produtivos. E perguntamos: isso influi de que maneira para a construção da idéia de Mercosul como um projeto histórico que se pretende incluyente e aspirante à integração *da Pátria Grande* como quer Salvador Cabral?

Na perspectiva de adesão do Chile, da Bolívia, da Venezuela e de outros países ao Mercosul, uma vez adquirindo o estatuto de mercado sul-americano, como ficariam as realidades identitárias dos afro-caribenhos, encontrados não somente nas ilhas do Caribe e na América Central, mas igualmente no nordeste brasileiro? Como significar as culturas andinas encontradas na Bolívia, no

---

<sup>34</sup> Cf. Pébayle, Raymond. **As regiões fronteiriças e o projeto de integração do Mercosul**. In: Lehnen, Carlos Arno (et al.) **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS/P.M. de Uruguaiana, 1994.

norte do Chile e no norte da Argentina? Partindo disso, indagamos ainda: o Mercosul vem se preparando para ser o quê? Para representar que interesses nacionais, ou quais setores e grupos econômicos?

É preciso se certificar de que o processo de integração econômica do Cone Sul, contrastado com a lógica mercadológica que o condiciona, parece excessivamente cerimonioso em seus diversos aspectos. Todavia, quando se trata de discutir as bases de políticas culturais amplas e representativas não se tem conseguido ultrapassar os espaços decisórios, completamente antipopulares, por meio das quais o futuro da integração cultural é entregue às mãos de delegações e reuniões especializadas de autoridades governamentais, todos *experts* na elaboração e recomendação de tratados, acordos e protocolos.

A pretensão de ser um centro de gravitação enorme, e possuir um campo de ação restrito a uma porção do que abarcar, faz do Mercosul um acordo contraditório, uma vez que no lugar de desenvolvimento equitativo dá margem para a legitimação de facções políticas e grupos de interesse frente ao processo decisório. Aparecem, o Brasil e a Argentina compondo a realidade platina, como a referência positiva para o restante dos possíveis países e serem incluídos no acordo.

Ironicamente, tomadas como realidades nacionais isoladas, são frágeis, quebradiças e tendentes a deliberar por conta própria, ultrapassando qualquer princípio ético integrativo e sobrecarregando a diplomacia dos países de constantes exercícios de ofício para sanar, dentro do possível, as suscetibilidades feridas

Se enfocarmos ainda o tema da integração latino-americana via dimensão cultural é muito mais complexo e exige mais do que reuniões ministeriais: indispensavelmente é necessária a participação de amplos setores das sociedades envolvidas para que os circuitos culturais mais prejudicados com os efeitos da globalização possam ser contemplados, como é o caso do circuito histórico-cultural.

Uma de nossas hipóteses que remonta aos primeiros estudos sobre o tema é a de que a idéia de Mercosul ganha espaço na sociedade, principalmente

pelos efeitos das disputas políticas no âmbito da ALCA e pela forma como o acordo vem sendo divulgado nos circuitos culturais dos países envolvidos. O que antes era um discurso hegemônico específico dos estados e dos empresários, hoje se torna mais consensual à medida que os setores mais numerosos da sociedade assimilam e reproduzem, embora de modo acrítico e descontextualizado, a idéia de Mercosul.

Isto nos coloca diante de outro dilema que resulta, a nosso ver, num dos principais equívocos da política empregada pelo Mercosul Cultural. Em outras experiências de integração, ocorre que a exaltação de uma lógica de mercado capitalista vem se tornando o fator decisivo para a redefinição do conceito de cultura.

De acordo com Yúdice(1996: 76) “(...) *según los europeos, los negociadores estadounidenses en el GATT han definido bienes culturales como películas, programas de television, grabaciones audiovisuales, libros, etc., en términos de mercancías sujetas a las mismas condiciones comerciales que los automóviles o la ropa.*”

Para Yúdice, a comercialização da cultura é somente um dos aspectos de redefinição mais geral do campo cultural recente na história da América Latina. É como se a cultura houvesse se convertido em uma decadente expressão *high tech*, em que quaisquer tipos de inovações são incluídos para proteger as reclamações de propriedades das empresas transnacionais.

Para se ter outra idéia, o TLC seguindo o modelo do GATT, redefiniu a noção de cultura em termos de formas de propriedade intelectual que incluem registros de propriedades culturais, patentes, marcas registradas, direitos de invenção de variedades botânicas, desenhos industriais, segredos de comércio, circuitos integrados, indicações geográficas, sinais cifrados de satélite e etc. (Yúdice, 1996)

E aqui se torna inevitável uma breve comparação entre o Mercosul e a União Européia. Enquanto há uma intensa preocupação por parte dos europeus que defendem que as políticas culturais devem representar resistência às grandes potências, como os Estados Unidos e o Japão, em sete anos de história

não existe qualquer acúmulo bem documentado sobre como estas questões devam ser tratadas por aqui.

O agravante deste problema é que na Europa as políticas culturais são discutidas exaustivamente por dentro do circuito da comunicação massiva, enquanto que aqui se constitui um subgrupo de trabalho somente para as comunicações, como se seu tratamento fosse descolado dos efeitos positivos e nocivos para distintas culturas. Além disso, o peso maior das políticas culturais do Mercosul tem se centrado nas discussões que passam pelo que Canclini denomina de circuitos histórico-territoriais, por um lado, e pelo circuito da cultura das elites, de outro. Exemplo disso é o *Projeto Missões*, financiado pela Unesco e o *Selo Mercosul Cultural*.

O tratamento analítico que vem sendo dado aos processos de discussão das políticas culturais a partir do GATT e do TLC tem incentivado o surgimento de novos estudos que vem sendo propostos para que se amplie a compreensão do Mercosul. Autores como o próprio Canclini, acreditam que é necessário estudar as mudanças nas políticas culturais e culturas locais a partir dos países que compõem o acordo. Hoje, torna-se mais factível sugerir que já há alguma forma de impacto da idéia de Mercosul junto às sociedades locais e que esse impacto resulta numa modificação dirigida das identidades nacionais.

A mídia cumpre papel decisivo na formação da idéia de Mercosul, e com isso vê-se gradativamente que há um princípio de massificação, que ainda não foi completado porque nem todas as regiões dos países que compõem o acordo estão inseridas no debate. É o caso, por exemplo, do Brasil no qual o sul e o sudeste são os responsáveis pela grande maioria do que é produzido e debatido a respeito do Mercosul. O mesmo acontece com a Argentina na qual a região platina domina o tema em contraste, por exemplo, com a situação periférica da Patagônia.

De qualquer maneira, surge uma apropriação popular do tema Mercosul que se materializa através do uso do termo para caracterizar diversos eventos como cursos, produtos, substantivar cidades, divulgar

negócios. Passa a ser comum então ouvirmos falar em *Copa Mercosul*, *Posto de Gasolina Mercosul*, *Capital turística do Mercosul*, *Encontro de artistas do Mercosul*, *Supermercado Mercosul*, *Centro de Estudos do Mercosul* e assim sucessivamente.

O impacto imediato dessa "popularização" ainda precisa ser mais profundamente avaliado, mas arriscamos a afirmar que, de toda sorte resulta que para as sociedades dos quatro países do acordo, a idéia de integração da América Latina pode ver-se reduzida à idéia de Mercosul.

Esta noção do latino-americano é permanentemente atravessada pelos efeitos da indústria cultural, pelo audiovisual, pelas Belas Artes, pela Arte Popular, e determina um grau enorme de complexidade do tema, que, por sua vez, possui poucas referências na literatura.

Achúgar e Bustamante, ao discutir o intercâmbio cultural e a produção de imaginário social nos países do Mercosul<sup>35</sup>, procuram examinar certos elementos constituintes da imagem que alguns setores da sociedade Uruguiaia fazem dos países vizinhos e de seus habitantes, tal como surgem nos meios de comunicação e no sistema educativo.

Os Uruguaios são colocados pelos autores como sendo um povo orgulhoso e com um sentimento de superioridade e diferenciação com relação aos seus vizinhos. Esta constituição possui uma marca histórica que varia de acordo com a fase pela qual passa a nação.

O Paraguai é o país do qual menos notícia os Uruguaios possuem. Ante os olhos do Uruguai os paraguaios são uma sociedade estranha, desconhecida e de forma alguma atraente. A despeito de tanta indiferença, os paraguaios são profundamente marcados pela herança ditatorial da era *stroesnista*.

Para os Uruguaios, os argentinos estão tão próximos que muitas vezes parecem fazer parte do seu território. Os meios de comunicação dão muita ênfase à vida política e social da Argentina. Disto resulta que se há país no qual os Uruguaios se espelham e invejam esse país é a Argentina.

---

<sup>35</sup> Op. Cit. p. 91.

De igual forma, muito se noticia sobre o Brasil, sua vida social e política, entretanto, os resultados são diferentes. O Brasil é a terra das praias e do veraneio. O povo é exótico e alegre, cercado de exuberante vegetação e clima tropical. *"Esta operación reductora consiste más precisamente en aislar del Brasil unos rasgos tomados de una tarjeta postal, concretamente, identificando al conjunto del país com la ciudad de Río de Janeiro, la turística ciudad de playas tropicales, capital del fútbol, la samba y el carnaval."*(ACHÚGAR & BUSTAMENTE, 1996: 154)

Esta caracterização claramente reducionista ainda se confunde com uma avaliação que poderia ser considerada minimamente positiva. Porém, há outros itens que se agregam a esse e dão uma dimensão mais acabada da noção de Brasil para setores centrais e formadores de opinião no Uruguai. Pelé é a personalidade mais conhecida. João Havelange o segue de perto e em seguida vem a Xuxa. São nossos personagens construídos não pelo reconhecimento de uma literatura fascinante, de arte popular criativa e original, mas pela influência direta dos meios de comunicação de massa. É a “balconização” da cultura e da imagem do outro.

Mas, deste ponto em diante, os elementos conceituais determinantes migram para caracterizações negativistas. O Brasil surge como terra do delito, onde há espaço para a corrupção, para o tráfico de drogas, para o roubo e o assassinato. Isso tudo compõe uma receita pela qual o velho gigante das Américas não teria mais do que *pés-de-barro*, detido pela incapacidade de crescimento econômico e desenvolvimento social<sup>36</sup>.

Nós que nos indignamos com as imagens massificantes feitas dos centros exteriores sobre o Brasil e mesmo sobre a América Latina, talvez

---

<sup>36</sup> Idem Ibidem.

nunca tenhamos nos questionado amplamente se entre nós há algo de diferente das formulações que outros nos fazem.

Esse estudo realizado no Uruguai muito certamente teria um efeito desvelador, por ser similar, se fosse realizado em qualquer outro país da América Latina.

Isto indica pelo menos uma coisa: o tipo de reconhecimento que as pessoas reunidas em variados grupos sociais possuem sobre a identidade do Mercosul tem se mostrado distinto qualitativamente do reconhecimento que essa mesma população apresenta sobre as identidades nacionais isoladas.

Portanto, todo cuidado é pouco quando se quer alimentar a crença de que o Mercosul possa vir a ser visto pelos governantes como um instrumento de coesão das diversas nacionalidades. O triste paradoxo tem a marca da história e da tradição, que, em última instância, demonstra como num manual os caminhos para que os novos ideais integracionistas venham abaixo.

Não podemos esquecer, o Mercosul é um projeto que se autodefine como aquele que irá promover uma melhor inserção internacional de seus Estados Partes na nova ordem mundial. Chamam-na de globalização, e se não se pode evitá-la, as autoridades consideram ponderável que ao menos seus riscos sejam reduzidos. E a fórmula utilizada para isso, nasceu truncada, sobretudo porque as raízes que constituem essa nova ordem mundial permanecem enterradas. O combate a um risco extremo lança as pretensões dos governantes do Mercosul a outro extremo. Ao procurar controlar a entrada de alguns países nessa nova ordem, o local sofre nova redução e a idéia de América Latina é alijada novamente.

Se é preciso que o local seja redefinido, então a tradição igualmente demonstra por meio da história qual o caminho mais seguro: em vez de reduzir, por que não ampliar?

A intensificação do fluxo de relações, mesmo as comerciais, não necessariamente garantirá que as trocas entre os povos dos países do acordo se estreitem. Para tanto, seria necessário uma série de posturas éticas que garantissem uma divulgação e um intercâmbio de bens culturais, não somente

dependente do que é produzido pelos centros exteriores, mas principalmente pautados pelas nossas características produtivas. Aliada a isso, a abertura das negociações e espaços decisórios do Mercosul a outros setores das sociedades envolvidas, pode garantir uma construção diferenciada da imagem que vem se tornando hegemônica e que, a nosso ver, não tem permitido que se efetive uma real aproximação dos povos do Mercosul e quanto mais dos povos da América Latina.

## CONCLUSÃO

Chegamos ao final deste estudo com a nítida impressão de que percorremos dois marcos extremos ligados à história recente de constituição do Mercosul. O primeiro marco está ligado diretamente aos fatos que envolvem a discussão sobre o Acordo de Livre Comércio das Américas – ALCA - que vai da Iª Cúpula das Américas realizada em 1994, na cidade de Miami nos EUA, até a IIª Cúpula realizada na cidade de Santiago – Chile, no ano de 1998. Como já havíamos discutido, esse período foi marcado por um processo de ampliação do interesse do acordo para setores outros que não os governantes, diplomatas, sindicatos e empresários. As universidades passaram a prestar mais atenção, a mídia noticiou mais os trâmites do acordo, enfim, o Mercosul nesse período ganhou notoriedade que o transformou em marca de tudo o que se possa pensar: de microempresas a campeonatos de futebol, de supermercados a postos de gasolina. O que reforçou a idéia de que o Mercosul estava sendo um projeto de crucial importância para a região foram, em parte, os ótimos desempenhos no comércio intra-regional no fechamento do ano de 1997, que atingiu picos nunca antes alcançados.

Os posicionamentos assumidos em abril de 1998, durante a Cúpula de Belo Horizonte, demarcaram, para nós, o começo da virada desse período de ascendência. Juntamente com os desfechos da IIª cúpula, os Estados Partes definiram estratégias conjuntas para as ações com relação às pressões dos Estados Unidos e da União Européia. Este era o clima de constituição de uma verdadeira zona de livre comércio, fortalecida o suficiente para lidar com as pressões externas.

Em novembro de 1998, um relatório da Folha de São Paulo<sup>37</sup> apontava o prenúncio de uma crise comercial, decorrente de dificuldades de negociação de regras para a comercialização de produtos, como o açúcar e os automotivos. O desenvolvimento lógico desse quadro de crises generalizadas desembocou em

---

<sup>37</sup> Ver: Folha de São Paulo. **Mercosul: Bloco Econômico testa seu equilíbrio**. Especial 1, São Paulo, Sexta-feira, 27 de novembro de 1998.

problemas políticos e denúncias de agravamento da conjuntura social e de relações diplomáticas entre os vizinhos. O próprio relatório da Folha de São Paulo tratou de divulgar que, mesmo com a multiplicação do comércio, as taxas de desemprego só aumentaram, exemplo seriam as perdas de mais de 70 mil postos de trabalho em fábricas do Uruguai o que forçou a elevação dos níveis para acima dos 10% no país.

Avaliando os dados do *Centro de Economia Internacional* e do BID contidos no relatório, é possível perceber que mesmo sendo um projeto para os quatro países do acordo, no momento de intensas trocas como as que ocorreram em 1997, o Mercosul foi um ótimo negócio para a Argentina e o Brasil que movimentaram entre importações e exportações algo em torno de 8 milhões e 6,7 milhões de dólares respectivamente. Por outro lado, mesmo mantendo uma balança comercial mais equilibrada, a relação de importação e exportação do Brasil com o Uruguai não ultrapassou a casa do 1 milhão de dólares. Com o Paraguai foi um pouco diferente. O Brasil exportou para aquele país cerca de 1,4 milhão de dólares e importou apenas 530 mil dólares, o que demonstra o quadro de relações desiguais para o Paraguai e o Uruguai junto ao acordo.

Hoje o futuro do Mercosul figura como incerto e frágil. A maior crise já passada pelo acordo representa o segundo marco significativo para a sua história. A Argentina impôs tarifas de até 80% para a entrada de produtos como o açúcar, o que contraria as recomendações da OMC que prevê taxações de até 35%. No caso de outros produtos como os têxteis e o calçados, que estão sob regime de salvaguarda, e o que significa, entre outras palavras, que as barreiras comerciais foram instaladas, podemos afirmar que aparecem como fatores decisivos mas não centrais, se enfocarmos a crise econômica que assola boa parte dos países latino-americanos, e em especial a Argentina e o Brasil.

Quanto ao evento mais esperado desde a IIª Cúpula, o encontro entre a União Européia e o Mercosul, chega-se a esse momento com a idéia de que seu acontecimento não resultou em ganhos expressivos. O que era para ser um encontro exclusivo entre representantes da UE e do Mercosul, foi estendido

para a participação de praticamente todos os países da América Latina. As declarações do subsecretário de Comércio Exterior, Félix Peña, de que para a União Européia a América Latina não é uma unidade econômica nem política e sim uma região de grandes disparidades<sup>38</sup> só demonstra o clima estabelecido para um evento de tamanha importância.

Uma vez que agora é o Mercosul que aparece como uma das estratégias político-econômicas mais frágeis da América Latina, a tendência sustentada em fatos recentes traduz a possibilidade de que os entendimentos entre Brasil e Argentina coloquem o acordo em suspensão por um prazo maior do que o anunciado pelos analistas que vêm na espera das eleições argentinas um dos fatores que ainda prejudicam os entendimentos.

Esperas à parte, não se pode deixar de avaliar as declarações do governo do Paraguai que, sentindo-se prejudicado pela possibilidade de criação de uma zona franca na sua fronteira com a Argentina, vê no Mercosul um problema, o que implica colocar-se na iminência de seu desligamento do acordo.<sup>39</sup>

Outro fato importante que deve ser observado neste momento diz respeito à formalização, no último dia 12 de agosto, de um acordo do Brasil com os países da Comunidade Andina de Nações(CAN) visando inicialmente a complementação econômica e, posteriormente, à criação de uma Área de Livre Comércio. A Assinatura com o CAN do chamado *Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica*, que inclui a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela acontecem depois que Mercosul e CAN não conseguiram chegar a bom termo em relação ao compromisso no mês de março do corrente ano.

O Brasil ao partir para negociações isoladas com os países da Comunidade Andina, e a Argentina, ao entrar com pedidos de instauração de painéis contra práticas brasileiras de *antidumping* no âmbito da Organização Mundial do Comércio(OMC), põe em risco o próprio conceito de união aduaneira.

---

<sup>38</sup> Cf.: Gazeta Mercantil Latino-Americana. **Divisão dos latinos marca a Cúpula do Rio**. Ano 4 - Nº 166, 28 de junho a 4 de julho de 1999. P. 1.

<sup>39</sup> NetEstado. Quinta-Feira, 19 de agosto de 1999. [www1.estado.com.br/jornal/99/08/19/news156.html](http://www1.estado.com.br/jornal/99/08/19/news156.html)

A queda brutal das relações comerciais entre os países do acordo e a possibilidade de encerramento definitivo do Mercosul podem agravar ainda mais a situação social na região, uma vez que a análise da participação das inversões a partir do acordo no campo social, está ligada a sua característica básica de centralização e tendência de beneficiamento de pólos produtivos na região.

O Mercosul entra em crise em um exato momento em que os países que o compõem, em especial o Brasil e a Argentina, tem que lidar com quadros recessivos decorrentes de crises financeiras agudas e, por isso mesmo, mobilizam esforços que partem unicamente dos seus próprios estados nacionais para tentar resolvê-las. Nesse meio, organismos internacionais como a ONU, a CEPAL e o BID anunciam para a comunidade internacional os resultados de seus relatórios sobre a situação de desenvolvimento econômico e social que envolve a realidade dos países latino-americanos.

Na ótica desses organismos, há bem pouco o que comemorar, porque, mesmo países como o Brasil, se apresentaram melhoras em índices como a saúde e a educação básica, nos campos relacionados à concentração de renda, violência e instabilidade política batem recordes negativos.

O correspondente do jornal *O Globo* em Buenos Aires, Flávio Ribeiro de Castro começa assim sua matéria sobre a instabilidade política na América Latina:

“Nuvens de pessimismo voltam aos céus da América Latina. Depois de recuperar a confiança dos mercados financeiros internacionais e se transformar num dos principais pólos de atração de investimento no mundo, no início dos anos 90, o continente voltou a mostrar sua face de instabilidade nos últimos meses. Temas que pareciam esquecidos, como guerrilha, recessão, crise social e arroubos autoritários dos governantes, retornaram aos noticiários dos principais países e fizeram ressurgir a preocupação com o futuro, especialmente em relação a um possível aumento da violência social na região.”  
(RIBEIRO DE CASTRO, 1999: 37)

A este quadro pessimista seguem-se dados preocupantes sobre alguns países. Os índices sobre o Brasil, a Argentina e o Uruguai apontam para variações negativas do PIB para o ano de 1999. Níveis de desemprego que vão de 7,8% para o Brasil a mais de 14% como o que acontece na Argentina. Somando-se a isso, estão os baixos níveis de popularidade dos governantes que, no caso de Carlos Menen, não passam dos 19%, Fernando Henrique Cardoso com 16% e Julio Sanguinetti do Uruguai com popularidade de 33%.

Com relação ao recente relatório sobre desenvolvimento humano da ONU, apesar de a Argentina e o Uruguai estarem ocupando boa colocação no *ranking* IDH, ainda em 98, com a 36ª e 38ª posições respectivamente, em contraposição a 62ª colocação do Brasil e 91ª do Paraguai, a tendência de ampliação do quadro de miséria nesses países deve ser considerada.

Com a divulgação desse relatório que apresentou uma nova metodologia para o enquadramento dos países no *ranking*, o Brasil foi o mais prejudicado. Ocupa hoje 79ª posição. A Argentina perdeu 3 posições e figura em 39º. O Uruguai aparece na 40º posição e o Paraguai é o único país do Mercosul que ascende 7 posições no *ranking* e ocupa agora a 84ª posição.<sup>40</sup>

Esses dados mantêm o Brasil e o Paraguai no grupo de países de médio desenvolvimento e a Argentina e o Uruguai permanecem no grupo de alto desenvolvimento humano.

Um dos pontos a destacar é que a perspectiva de entrada dos países da América Latina e em especial os países do Mercosul, no novo século, vem acompanhada pela promessa de esgotamento do receituário imposto pelo *Consenso de Washington*, o que equivale dizer que os dados apontados pelos

---

<sup>40</sup> O Estado de São Paulo. Domingo, 11 de julho de 1999. p. A18. É preciso dizer que os dados apresentados acima foram retirados de diversos jornais de circulação no Brasil e interessante foi notar que conjuntamente com a divulgação do relatório de desenvolvimento humano da ONU, foi comum encontrar matérias que substancializaram os indicadores apresentados justamente nos aspectos que demonstraram uma maior degradação das condições de vida dos latino-americanos. Cf.: O Estado de São Paulo. **Globalização produz riqueza mas aumenta desigualdades**. Domingo, 11 de julho de 1999. Jornal da Tarde. **País perde para Cuba, Chile, Argentina e Uruguai**. Domingo, 11 de julho de 1999. O Estado de São Paulo. **Brasil é rebaixado no ranking do desenvolvimento**. Domingo, 11 de julho de 1999. Folha de São Paulo. **Distribuição de renda é 'grotesca', diz ONU**. Domingo, 11 de julho de 1999. O Globo. **Instabilidade mostra sua cara: América Latina revive tensão social com protestos e ameaças de estado de exceção**. Domingo, 1º de Agosto de 1999. Gazeta Mercantil Latino Americana. **Cresce criminalidade na América Latina**. Ano 4 – Nº 160, de 17 a 23 de maio de 1999.

organismos mundiais podem ser interpretados como um aviso à comunidade mundial do aprofundamento do estado recessivo de muitas nações que hoje são reconhecidas como sociedades em desenvolvimento. Tal projeção, em parte, provém de algumas das recomendações que apareceram na segunda metade desta década, como o estabelecimento de uma governança global. O relatório da ONU para este ano reforça esta tese, comum aos diversos organismos ligadas a esse organismo, como vimos com a UNESCO, a *Comissão Brandt* e a própria *Comissão de Governança Global*.

Às citadas recomendações aliam-se outras de caráter mais prático e que refletem uma preocupação com as conjunturas que estão sendo compostas, não somente na América Latina, mas em diversas regiões menos desenvolvidas do planeta. A avaliação é a de que a globalização gera riqueza, mas até agora ressaltou-se a ampliação das desigualdades sociais devido às altas taxas de concentração de renda. Na ótica desses organismos, mais do que nunca é preciso que alguns mecanismos de regulação dos governos nacionais sejam transpostos para organizações de cunho supranacional. Entre inúmeras propostas destacam-se as seguintes: A criação, no âmbito da OMC, de uma autoridade antimonopólio; o desenvolvimento de um código de conduta multilateral para que as empresas multinacionais se comprometam mais com os aspectos sociais e ambientais; o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre a governabilidade econômica mundial, com a presença de dez representantes de países industrializados, dez representantes de países em desenvolvimento, mais a participação do empresariado e da sociedade civil; acelerar o perdão das dívidas externas dos países mais pobres e reorientar a cooperação internacional em favor dos mesmos; e, finalmente, criar uma segunda câmara para a Assembléia Geral da ONU com representantes da sociedade civil.<sup>41</sup>

A despeito do tratamento dado a recomendações similares formuladas em outros anos e simplesmente ignoradas pela comunidade internacional, novamente nos questionamos se agora, com a pressão de todos esses números

---

<sup>41</sup> Cf.: Globalização produz...Op.Cit. p. 4

desfavoráveis, promessa de agravamento de quadros recessivos e intensificação do controle de um Estado Global sobre regiões como a América Latina, seremos capazes de continuar com as mesmas estratégias de integração a partir do Mercosul, e acreditar que do modo como o acordo vem sendo conduzido será possível a contraposição de projetos impostos a partir de perspectivas hegemônico-globalizantes.

Com certa perplexidade, avaliamos que o Mercosul, mesmo superando as previsões mais pessimistas e retomando sua agenda de integração, carregará em sua lógica de legitimação marcas de uma incapacidade histórica de resolver em conjunto os problemas que não poderiam ser tratados de outra maneira.

O momento em que o Mercosul mostrava-se mais fortalecido, foi quando realmente existiam menos condições operacionais para constituir um consenso legítimo. Ao contrário, a lógica cultural que permeou as suas demonstrações de força e poder político frente às discussões da ALCA aparecem agora como táticas bem montadas para dar conta de um contexto com fim em si mesmo, resultado de um bem articulado discurso político que consistiu no alcance de um consenso forçado pelas circunstâncias.

Em última instância, mesmo num quadro de desgaste, o Mercosul continuará aparecendo como uma região potencial. Uma colagem de estados nacionais com mercados promissores. É possível verificar isso a partir de uma precisa passagem:

“(...) quando forem unificadas as tarifas de bens de capital em 2001 e dos setores de informática e telecomunicações em 2006, o Mercosul será bem mais do que uma união aduaneira imperfeita, cujo cronograma acima coincide folgadoamente com o processo de privatização em curso, abrindo para os que já dominam o mundo, as seguintes cifras: mais de 50% do PNB da América Latina, mais de 50% do Produto Industrial, 46% do comércio intra-regional(no âmbito da ALADI, 58% com inclusão do Brasil e do Chile), cerca de 10% do total do comércio da América Latina com o resto do mundo, 45% da população, 59% da superfície, 80% do investimento da América do Sul.” (SOUSA, 1999:6)

Estes são dados animadores para os agentes financeiros e investidores globais. Arriscamos a afirmar que estas são as condições disponíveis à especulação internacional, independente da consolidação ou não do Mercosul.

Entendemos, em concordância com Sousa, que os mecanismos utilizados pelos governantes do acordo, em específico o Brasil e a Argentina, se sustentam em um novo autoritarismo institucional, como forma de garantir aos seus estados nacionais o mínimo de controle diante de um universo de incertezas.

Foi condição primordial entre as lideranças do acordo que o Mercosul não passasse por situações de desgaste político como as que marcaram toda a história de relação entre essas nações vizinhas. Daí vem a importância da dimensão cultural do acordo que, segundo essas lideranças estimaram, seria a responsável por assegurar ao processo global de integração “(...) *bases sólidas e estáveis alicerçadas no entendimento decorrente do conhecimento e apreciação mútuos das respectivas culturas, bem como do hábito de trabalho conjunto e de realização de empreendimentos comuns.*” (Iº ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE CULTURA DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, março de 1992)

O contraste entre os fatos acontecidos em torno do ALCA, por um lado, e a crise pelo qual passa o Mercosul, de outro, apresenta em conteúdo e significado a composição da lógica cultural do acordo. Num primeiro momento, o Mercosul Cultural sem se envolver diretamente na conjuntura, ganha expressão porque o projeto identitário e civilizatório ibero-americano encarnado no tratado dos quatro países do cone sul é evocado como sendo a promessa de futuro se o embate vivido for vencido.

Num espaço de tempo de aproximadamente 16 meses, convivemos com uma idéia de Mercosul que se viu como portador único e indelével do projeto de integração da América Latina, e que agora, bem ao inverso, se depara com a idéia de sociedades individualizadas, rivais e frágeis.

Mas o que fazer diante disso? Se por um lado enfocarmos a avaliação de Sousa de que propor uma integração autêntica e desconstruir o espectro da colonização portuguesa e espanhola tardia que divide o continente, significa negar o próprio processo de constituição do Mercosul, então devemos apresentar a idéia do que seja essa integração autêntica. O próprio autor nos dá pistas quando propõe que a satisfação do mercado capitalista deixe de ser o princípio básico desse processo e que a razão de sua existência passe a ser a vida, ética e solidária.

Por outro lado, se o que se considera é partir do Mercosul como modelo para essa integração autêntica então “(...) *somente convém irmos mais longe do que a recusa sumária (...) se não esquecermos que ele é uma iniciativa de classe face à internacionalização das lutas sociais.*”(SOUSA, 1998: 310)

Colocar as possibilidades de ação direta frente a esses termos, implica a nosso ver, a reafirmação de que as contradições de um sistema são resultado direto de um conflito de projetos políticos. Neste caso, permanece atual a regra de que a relação capital/trabalho é excludente e direta no seu objetivo de delimitação de espaços e concentração de poder.

Uma vez que essa relação é expressa em fins de século, numa profunda incapacidade dos estados nacionais de representarem o espaço das minorias, das lutas sociais, e da defesa das identidades que constituem seu próprio fundamento, cabe apenas constatar que no âmbito dos atuais projetos integrativos, e em especial o do Mercosul, a lógica montada sob qualquer ângulo de análise deve resultar em políticas desintegradoras da própria idéia de estado, como um espaço de correlação de forças em que predominam políticas sociais amplas e representativas como alicerce para a tomada de decisões.

Aprendemos com Steffan que os estados nacionais do norte são diferentes dos estados do sul. Na América Latina, os estados nacionais se especializaram, sobretudo na década de 90, na abertura indiscriminada das suas economias ao capital internacional. A garantia desse processo somente

cabe às nações latino-americanas. O regionalismo aberto como estratégia, recomendada pelos diversos organismos supranacionais para gerar desenvolvimento, não resultou numa transformação produtiva com equidade como previam, mas também não retirou da região a responsabilidade pelo agravamento das situações políticas e sociais.

O estado nacional latino-americano, reunido ou não em acordos de integração, permanece com a importante função de ser o agente propiciador da participação unidirecional de outros estados nacionais que lucram com a potencialização de suas várias indústrias (cultural, automotiva, das telecomunicações) que representam bilhões em investimentos na região e reversão de taxas de lucros ainda maiores, conquistadas por processos privatizantes altamente atrativos<sup>42</sup>

Isso significa que diante de todos os condicionantes que nos mantêm na condição de meros coabitantes de um território comum em história de constituição, o papel que desempenham os organismos transnacionais, as políticas culturais externas e as grandes organizações da comunicação aparece como sendo o de formadores de uma consciência real e que deveria, no mínimo, nos parecer estranha.

Em suma, finalizamos esse estudo sustentando a tese de que a lógica cultural que permeia o Mercosul é desintegradora, uma vez que reflete o movimento de defesa de projetos divergentes e contraditórios por parte dos estados nacionais que compõem o acordo.

Com o desfecho deste trabalho, surge, para nós, uma nova situação, traduzida no resultado de importantes ensinamentos. Isto necessariamente não possui uma utilidade pragmática, e é preciso dizer, nem é nossa intenção

---

<sup>42</sup> É alarmante o resultado da abertura desenfreada dos mercados latino-americanos. Segundo dados divulgados pelo Centro de Estudos para a Produção – CEP, a expansão das multinacionais na região vem acompanhada por uma ampliação de filiais já instaladas e também com a compra de empresas tanto privadas quanto estatais. Desde 1994, suas vendas cresceram 44%. Mais do que o dobro das empresas locais que obtiveram irrisórios 18% de incremento nas suas vendas do mesmo período. Das 183 dentre as 500 maiores empresas da América Latina, 37,7% vem dos EUA e 54,6% da Europa. Ver: Oscar Vilas. **Região atrai 25% mais múltis**. In: Gazeta Mercantil Latino-Americana. Ano 4 – Nº 172 – de 9 a 15 de agosto de 1999.

fazê-lo neste espaço, mas a partir deste ponto, sua validade definitivamente já pode ser testada.

## BIBLIOGRAFIA

- ACHÚGAR, Hugo & BUSTAMANTE, Francisco. **Mercosur, intercâmbio cultural y perfiles de un imaginário.** In: Nestor Garcia. **Culturas en Globalización. América Latina-Europa-Estados Unidos: Libre Comercio e Integración.** Venezuela: CNCA-CLACSO-Nueva Sociedad. 1996.
- ACHÚGAR, Hugo. **Registros e Imágenes de la Integración en el Cono Sur.** In: Estudos Avançados. Coleção Documentos, Série Cátedra Simon Bolívar – 01, agosto de 1994.
- \_\_\_\_\_. **Inventariar, Integrar o Errar (Apuntes fragmentários sobre identidad, cultura o Mercosur.** In: Estudos Avançados. Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais – 29, dezembro de 1993.
- \_\_\_\_\_. (ed.) **Identidad, políticas culturales e integración regional.** FESUR. Montevideo, 1994.
- ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu. **Argentina e Brasil: A balança do Poder no Cone Sul.** São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- ARAÚJO, A. **O governo brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto.** Brasília (IPEA/131), 1991.
- BAYARDO, Rubens. **Regionalización e Integración Cultural en el Mercosur.** [www.naya.org.ar/articulos/](http://www.naya.org.ar/articulos/)
- BAUMANN, Renato & LERDA, Juan Carlos, orgs. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração en debate.** São Paulo: Ed. Marco Zero/Ed.UnB, 1987.
- BEVERLEY, John. **“A little Azúcar. Una conversación sobre Estudios Culturales: Siglo X/20<sup>th</sup> Century.** 1997.
- CABRAL, Salvador. **A Revolução Cultural do Mercosul.** Florianópolis: Insular, 1995.
- CALDERÓN, Fernando & OTTONE, Martin H. y. Ernesto. **Hacia una perspectiva crítica de la modernidad: Las dimensiones culturales de la transformación productiva com equidad.** In: Educação e Sociedade, nº 47, abril de 1994.
- CALDERÓN, Fernando & SZMUKLER, G. **ASPECTOS CULTURALES DE LAS MIGRACIONES EN EL MERCOSUR.** (In.) Documentos de debate - No. 31. <http://www.unesco.org/most/calderon.htm>

- CALELLO, Hugo. **Discurso Político y Gubernalidad: La Globalización y la muerte de la política en América Latina.** Universidad Central de Venezuela. 199?.(mimeo)
- CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopía Desarmada. Intrigas, Dilemas e Promesas da Esquerda Latino-Americana.** Trad. Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago & MANDIETA, Eduardo. **INTRODUCCIÓN: La Translocalización discursiva de “Latinoamérica” en tiempos de globalización.** In: <http://ensayo.rom.uga.edu/critica/teoria/castro/introd.htm>
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. **Crítica de la razón latino americana.** Barcelona: Puvill Libros, 1996.
- CHOMSKY, Noam & DIETERICH, Heinz. **La Sociedad Global: Educación, Mercado y Democracia.** México: Joaquim Moritz, 1997.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de. (Org.) **Nossa Diversidade Criadora.** Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas, SP: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.
- DIRLIK, Arif. **A Aura Pós-colonial: A Crítica Terceiro-Mundista na Era do Capitalismo Global.** In: Novos Estudos CEBRAP. n° 49, novembro de 1997.
- DIAZ, Raúl & ALONSO, Graciela. **Integración e Interculturalidad en épocas de globalización.** In: <http://www.naya.org.ar/congreso/ponencia1-5.htm>
- FEATHERSTONE, Mike. **A globalização da complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. N° 32, ano 11, outubro de 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Nacionalidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Políticas culturales y integración norteamericana. Una perspectiva desde o México.** In: \_\_\_\_\_. **Culturas en Globalización. América Latina-Europa-Estados Unidos: Libre Comércio e Integración.** Venezuela: CNCA-CLACSO-Nueva Sociedad. 1996.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** São Paulo: Edusp. 1997.

\_\_\_\_\_(comp.) **Cultura y pospolítica: El debate sobre la modernidad en América Latina.** México, D.F. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 1991.

GONÇALVES, José Botafogo. **A consolidação do Mercosul: O primeiro ano de vigência da União Aduaneira.** In: [www.aduaneiras.com.br/merco/17/1artigos/2botafog.htm](http://www.aduaneiras.com.br/merco/17/1artigos/2botafog.htm)

GRUPO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS. **Manifiesto Inaugural.** In: <http://ensayo.rom.uga.edu/critica/teoria/castro/manifiesto.htm>

GUEVARA NIEBLA, Gilberto & GARCIA CANCLINI, Néstor(coords.) **La educación y la Cultura ante el Tratado de Libre Comércio.** Nexos-Nueva Imagen. México, 1992.

HIRST, Mônica. **LA dimensión política del Mercosur. Actores, Politización y Ideología.** In: *Estudios Avanzados* 10(27), 1996.

JAGUARIBE, Hélio. **Globalización y relaciones externas de América Latina y el Caribe.** In: *Revista Capítulos.* Edición nº 53, Enero – Junio de 1998. <http://lanic.utexas.edu/~sela/capitulos/rcap531.htm>

JAMESON, Fredric. **O pós-modernismo e o mercado.** In: ZIZEK, Slavoj.(org.) **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **As sementes do tempo.** São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre os “Estudos de Cultura”.** *Novos Estudos CEBRAP.* Nº 39, julho de 1994.

MARQUES, Renato L. R. **Mercosul 95/96: Um balanço.** In: [www.aduaneiras.com.br/merco/19/1artigos/2artigos.htm](http://www.aduaneiras.com.br/merco/19/1artigos/2artigos.htm)

MARINI, Rui Mauro. **América Latina: Dependência e Integração.** São Paulo. Ed. Página Aberta, 1992.

- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo. Abril Cultural. 1974.
- MAYOBRE, Eduardo. **El Mapa de la Integración Latino-americana**. In: Venezuela Analítica. Revista Eletrônica, nº 15, [www.analitica.com/archivo/va15/sxx11.htm](http://www.analitica.com/archivo/va15/sxx11.htm).
- \_\_\_\_\_. **Las reglas del juego mundial y la política externa de América Latina**. (In.) Globalización y relaciones externas de América Latina y el Caribe. Edición N° 53. Enero-Junio 1998.
- MENDOZA, Plinio Apuleyo (et all). **Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Bertrand Brasil, 1997.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **Do Sonho à Realidade: A Integração Econômica Latino-Americana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- MONETA, Carlos Juan. La dimensión cultural: el eslabón de la globalización. Revista Capítulos. nº 47, julio-septiembre de 1996. In: <http://lanic.utexas.edu/~sela/capitulos/rcap474.htm>
- \_\_\_\_\_. **Las relaciones externas del MECOSUR: Todos los juegos, el juego**. (In.) Boletín sobre Integración de América Latina y el Caribe. No 11. Enero – 1998.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília, editora UnB, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas**. Brasília: FUNAG, 1997.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Lia Valls. **Agenda de Integração Brasileira: uma Avaliação Preliminar**. In: Conjuntura Econômica. Especial ALCA. Maio de 1997.
- PÉBAYLE, Raymond. **As regiões fronteiriças e o projeto de integração do MERCOSUL**. In: LEHNEN, Arno Carlos, CASTELLO, Iára Regina & SCHÄFFER, Neiva Otero. (Orgs.) **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS/P.M.Uruguaiana, 1994.

- REICHEL, Heloisa Jochims & GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina Colonial**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.
- ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **Inteção x Integração. A busca dos conceitos perdidos**. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina. (orgs) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SOARES, M. Clara. **50 anos de Bretton Woods**. Revista Democracia, IBASE, v. 10, n. 106, set-out. 1994.
- \_\_\_\_\_. **Quem ganha e quem sofre os danos das políticas do Banco Mundial/FMI**. Cadernos do IBASE, n. 16, julho de 1993.
- SOUSA, Fernando Ponte de. **Brasil no Mercosul: Integração e Exclusão no Processo Decisório**. Florianópolis: Relatório parcial CNPq, 1998.
- SOUSA, Fernando Ponte de. **A Intransparência da Globalização**. Florianópolis/SC: (mimeo), 1998.
- STEFFAN, Heinz Dieterich. **América Latina: Educación e Identidad Cultural**. In: Educação e Sociedade, nº 48, agosto de 1994.
- \_\_\_\_\_. **Globalización y Educación en América Latina**. In: Educação & Sociedade, ano XVI, nº 52, dezembro de 1995.
- \_\_\_\_\_. **Alternativas Políticas al neoliberalismo en América Latina**. In: \_\_\_\_\_. (coord.) **Globalización, Exclusión y Democracia en América Latina**. México: JM, 1997.
- STERN, Steve J. **Feudalismo, Capitalismo y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe**. In: Revista Mexicana de Sociología. Ano XLIX/Núm.3, Julio-Septiembre de 1987.
- STRAUBHAAR, Joseph D. **Más allá del imperialismo de los medios. Interdependencia asimétrica y proximidad cultural**, en Comunicación y sociedad 18-19, Colima, Mayo-diciembre de 1993.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Relatório Perspectivas para a ALCA e o Mercosul após a reunião da Costa Rica e a Cupula de Santiago**. Gabinete da Deputada Federal PT/RJ. 1998.
- TOMMASI (et al.) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 1996.

- TOURAINÉ, Alain. **Los problemas de una sociología propia en América Latina.** In: Revista Mexicana de Sociología. Año LI/Núm. 3, julio-septiembre de 1989.
- VACCHINO, Mario. **Escenarios y desafíos de la integración latino americana.** <http://www.lanic.utexas.edu/~sela/activ/disco9.htm>
- VIGEVANI, Tullo & LORENZETTI, Jorge. **Globalização e Integração Regional: Atitudes Sindicais e Impactos Sociais.** São Paulo: LTr, 1998.
- \_\_\_\_\_ (et al) **Realismo versus globalismo nas relações internacionais.** In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Globalização, Regionalização e Nacionalismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_ (org). **Processo de Integração Regional e a Sociedade: O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Mercosul: Impactos para trabalhadores e sindicatos.** São Paulo: LTr, 1998
- ZEMELMAN, Hugo. **Homogeneización y pérdida de la subjetividad en la globalización.** In: DIETERICH, Heinz coord.) **Globalización, Exclusión y Democracia en América Latina.** México: JM, 1997.
- WEFFORT, Francisco C. **La América Equivocada. Apuntes sobre la crisis de América Latina.** In: REYNA, José Luis(org). **América Latina a fines de siglo.** México: FCE, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo.** Conferencia Magistral en el XX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, México, 2 al 6 de octubre de 1995.
- YÚDICE, George. **El impacto cultural del Tratado de Libre Comercio Norteamericano.** In: Nestor Garcia. **Culturas en Globalización. América Latina-Europa-Estados Unidos: Libre Comercio e Integración.** Venezuela: CNCA-CLACSO-Nueva Sociedad. 1996.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

**Acordo de Integração Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.** Brasília e São Borja. 1997.

<http://www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA/21/24encbila.html>

**Ata de Canela.** Canela, fevereiro de 1996.

[http://minc.gov.br/merco\\_WEB/reuniao/canela.htm](http://minc.gov.br/merco_WEB/reuniao/canela.htm)

**Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosul.** Ushuaia, julio de 1998. <http://www.ba.net/sinapsis/comunica.htm>

**Declaración de la X Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río.** 4 de septiembre de 1996.

[www.presidencia.gob.mx/disc/sep96/04sep96-3.html](http://www.presidencia.gob.mx/disc/sep96/04sep96-3.html)

**Declaración del Foro Parlamentario. Primero Cumbre de los Pueblos de América.** Santiago de Chile, 17 de abril de 1998.

**Mercosul/GMC/RES. n° 34/92**

<http://www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA/07/2mercosu/merco2.htm>

**Mercosul/CMC/DEC. n° 11/96. Protocolo de Integração Cultural do Mercosul.**

<http://www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA/07/2mercosu/merco2.htm>

**Mercosul - Segunda Reunião Especializada de Cultura - ATA 02/95.**

[http://minc.gov.br/merco\\_WEB/merco.htm](http://minc.gov.br/merco_WEB/merco.htm)

**Primeiro Encontro de Secretários de Cultura dos Estados Partes do Mercosul.** Brasília, 9 e 10 de março de 1992. [www.mre.gov.br/](http://www.mre.gov.br/)

**Primeira Reunião de Secretários de cultura e Autoridades Culturais.**

Brasília, 25/08/1992.

<http://www.mre.gov.br/getec/WEBGETEC/BILA/2MERCOSU/MERCO10.HTM>

**Protocolo de Integración Cultural del Mercosur.** Fortaleza, 1996.

<http://www.Algarbull.com.uy/secretariamercosur/DECT196.HTM>

**Protocolo de Ouro Preto. Ouro Preto, dezembro de 1994.**

[http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrp/ourop/OURO\\_P2.STM](http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrp/ourop/OURO_P2.STM)

**Segunda Cúpula das Américas: Declaração de Santiago.** Santiago, Abril de 1998. [http://www.sice.oas.org/ftaa/santiago/sadop\\_p.stm](http://www.sice.oas.org/ftaa/santiago/sadop_p.stm)

**Tratado de Assunção.** Versión de Julio de 1998.  
<http://www.rau.edu.uy/mercosur/tratapt.htm>

## JORNAIS

Folha de São Paulo. **Mercosul: Bloco Econômico testa seu equilíbrio.** Especial 1, Sexta-feira, 27 de novembro de 1998.

Folha de São Paulo. **Distribuição de renda é ‘grotesca’, diz ONU.** Domingo, 11 de julho de 1999.

Gazeta Mercantil Latino Americana. **Cresce criminalidade na América Latina.** Ano 4 – Nº 160, de 17 a 23 de maio de 1999.

Gazeta Mercantil Latino-Americana. **Divisão dos latinos marca a Cúpula do Rio.** Ano 4 - Nº 166, 28 de junho a 4 de julho de 1999.

Gazeta Mercantil Latino-Americana. **Região atrai 25% mais múltis.** Ano 4 – Nº 172 – de 9 a 15 de agosto de 1999.

Jornal da Tarde. **País perde para Cuba, Chile, Argentina e Uruguai.** Domingo, 11 de julho de 1999.

NetEstado. **Mercosul ainda falha para audiovisuais: Seminário que terminou sexta em Florianópolis tratou das dificuldades encontradas nas fronteiras.** Terça-feira, 10 de junho de 1997.  
[www1.estado.com.br/jornal/](http://www1.estado.com.br/jornal/)

NetEstado Notícias/Política – Fernando Henrique Cardoso. **“Nós somos na verdade, o povo do Mercosul.** Quarta-feira, 10 de dezembro de 1997.  
[www1.estado.com.br/jornal/](http://www1.estado.com.br/jornal/)

NetEstado. **Mercosul cria selo para facilitar o intercâmbio: Obras de arte passam a receber tratamento diferenciado, mas não ficam livres da burocracia.** Segunda-feira, 16 de março de 1998.  
[www1.estado.com.br/jornal/](http://www1.estado.com.br/jornal/)

NetEstado. **Intelectuais debatem destino do Mercosul.** Domingo, 15 de dezembro de 1998. [www1.estado.com.br/jornal/](http://www1.estado.com.br/jornal/)

NetEstado. Quinta-Feira, 19 de agosto de 1999.  
[www1.estado.com.br/jornal/99/08/19/news156.html](http://www1.estado.com.br/jornal/99/08/19/news156.html)

O Estado de São Paulo. **Brasil é rebaixado no *ranking* do desenvolvimento.**  
Domingo, 11 de julho de 1999.

O Estado de São Paulo. **Globalização produz riqueza mas aumenta desigualdades.** Domingo, 11 de julho de 1999.

O Globo. **Instabilidade mostra sua cara: América Latina revive tensão social com protestos e ameaças de estado de exceção.** Domingo, 1º de Agosto de 1999.

Relatório Gazeta Mercantil. **Dossiê: O futuro do Mercosul.** Quinta-feira, 15 de abril de 1999

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.